



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS - CCEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DE BACABAL – PGLB**

LAYSE DAYANA LIMA SANTOS

HISTÓRIAS DE MÃES, MEMÓRIAS DE FILHAS:

Um estudo das intersecções e confluências entre Ficção, História e Memória em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*

BACABAL
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Layse Dayana Lima.

Histórias de mães, memórias de filhas: : Um estudo das intersecções e confluências entre ficção, história e memória em "A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas" / Layse Dayana Lima Santos. - 2021.

113 p.

Orientador(a): Lucélia de Sousa Almeida.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2021.

1. A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas. 2. História. 3. Memória. 4. Representação Feminina. I. Almeida, Lucélia de Sousa. II. Título.

LAYSE DAYANA LIMA SANTOS

HISTÓRIAS DE MÃES, MEMÓRIAS DE FILHAS:

Um estudo das intersecções e confluências entre Ficção, História e Memória em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências, Educação e Linguagens - CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lucélia de Sousa Almeida

BACABAL
2021

HISTÓRIAS DE MÃES, MEMÓRIAS DE FILHAS:

Um estudo das intersecções e confluências entre Ficção, História e Memória em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências, Educação e Linguagens - CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lucélia de Sousa Almeida

Aprovada em _____ de _____ de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Lucélia de Sousa Almeida

(UFMA)

ORIENTADORA

Prof^ª. Dr^ª. Elijames Moraes dos Santos

(IFMA)

Prof. Dr. Franco Baptista Sandanello

(UFMA/AFA)

À Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me agraciar com a oportunidade de cursar essa especialização.

Aos meus pais, Marli e Ladislau, por todo apoio e suporte diários.

Ao meu esposo, Luan, pelo incentivo e pelo companheirismo.

À minha orientadora, professora Lucélia de Sousa Almeida, pela compreensão, disponibilidade e apoio.

A todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal – PGLB.

Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O cerne desta pesquisa reside na investigação acerca da seguinte questão-problema norteadora: como ocorre a representação feminina em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* a partir das intersecções e confluências entre memória e história? O romance de Maria José Silveira aborda a diversidade étnica brasileira através de uma linhagem de mulheres de uma mesma família. São 21 mulheres apresentadas, na maioria das vezes, uma em cada capítulo dentro de um contexto histórico social que abrange toda a história do Brasil, ao passo que a história dessas mulheres e a história nacional são construídas em um paralelo de confluências e disjunções entre história/memória/ficção, tocando ou extrapolando a história formal. Objetiva-se, portanto, com essa pesquisa, analisar intersecções e confluências entre memória e história na representação feminina no romance, tendo por objetivos específicos, investigar como as memórias individuais, coletivas e históricas coadunam para a construção da representação feminina na obra; verificar disjunções ou confluências das representações femininas preconizadas em cada época, delimitada na obra, a partir de seu aspecto histórico-social; identificar, a partir das intersecções e entre memória e história, como se processa a representação feminina no romance. O que se fará adotando procedimentos de uma pesquisa de natureza básica, com objetivos explicativos e procedimentos bibliográficos, principiando por um estudo voltado para as intersecções e confluências entre memória e a história pautado nas ideias de Maurice Halbwachs em *A Memória coletiva* (1990), Iván Izquierdo, *Memória* (2002), Michael Pollak, *Memória e identidade social* (1992), Paul Ricoeur, *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007), *Tempo e Narrativa* (1997) e Jacques Le Goff, *História e Memória* (1990). Além disso, busca-se promover uma reflexão histórica acerca da vida feminina em diferentes períodos da história nacional, fundamentando-se nos estudos de Mary Del Priore e Renato Venancio em *Uma Breve História do Brasil* (2010); Carla Pinsky e Joana Pedro em *Nova História das Mulheres* (2016); Mary Del Priore em *História das Mulheres no Brasil* (2018); Simone Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1967) e Pierre Bourdieu em *A dominação Masculina* (2012). Findando com a análise da obra e de cinco personagens do romance, Tebereté, Maria Cafuza, Jacira Antônia, Damiana e Maria Flor. Observando aspectos estruturais e sociológicos do romance e avaliando a influência deles sobre a representação feminina, apoiando-se nos postulados de Antonio Candido, *Literatura e Sociedade* (2006), Mikhail Bakhtin em *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance* (2010); e Gérard Genette com *Figuras III* (2017).

Palavra-chave: História, Memória, Representação feminina, *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*.

ABSTRACT

The core of this research dwells in the investigation of the following guiding problem-question: how does the female representation in *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* occur from the intersections and confluences between memory and history? Maria José Silveira's novel approaches the Brazilian ethnicity through a lineage of women from the same family. There are twenty-one women presented, most of the time, one in each chapter within a historical social context that covers the entire history of Brazil, while the history of these women and national history are built on a parallel of confluences and disjunctions between history /memory/fiction, touching or extrapolating formal history. The purpose of this research, therefore, is to analyze intersections and confluences between memory and history in the female representation in the novel, having as specific objectives to investigate how individual, collective and historical memories are consistent with the construction of female representation in the work; to verify disjunctions or confluences of female representations advocated in each period, delimited in the work, from its historical-social aspect; to identify, from the intersections and between memory and history, how the female representation is processed in the novel. This will be done by adopting research procedures of a basic nature, with explanatory objectives and bibliographic procedures, starting with a study focused on the intersections and confluences between memory and history based on the ideas of Maurice Halbwachs in *A Memória coletiva* (1990), Iván Izquierdo, *Memory* (2002), Michael Pollak, *Memory and Social Identity* (1992), Paul Ricoeur, *Memory, History, Oblivion* (2007), *Time and Narrative* (1997) and Jacques Le Goff, *History and Memory* (1990) In addition, it seeks to promote a historical reflection on women's life in different periods of national history, based on the studies of Mary Del Priore and Renato Venancio in *A Brief History of Brazil* (2010); Carla Pinsky and Joana Pedro in *New Women's History* (2016); Mary Del Priore in *History of Women in Brazil* (2018); Simone Beauvoir in *The Second Sex* (1967) and Pierre Bourdieu in *Masculine Domination* (2012). Ending with the analysis of the work and five characters from the novel, Tebereté, Maria Cafuza, Jacira Antônia, Damiana e Maria Flor. Attending structural and sociological representation of the novel and evaluating their influence on female representation, based on the postulates of Antonio Candido, *Literature and Society* (2006), Mikhail Bakhtin in *Issues of Literature and Aesthetics: the theory of the novel* (2010) and Gérard Genette with *Figures III* (2017).

Keyword: History, Memory, Female representation, *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 FICÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: representações	17
1.1 “Representação: imagem que remete à ideia e a memória os objetos ausentes”.....	18
1.2 Algumas perspectivas teóricas sobre a memória.....	21
2 DA MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E DA MEMÓRIA HISTÓRICA.....	29
2.1 Da memória histórica sobre as mulheres.....	31
2.2 A mulher no Brasil	34
2.2.1 Colona	35
2.2.2 Imperialista.....	40
2.2.3 Republicana.....	44
3 AS INTERSECÇÕES E CONFLUÊNCIAS ENTRE FICÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA EM A MÃE DA MÃE DE SUA MÃE E SUAS FILHAS	48
3.1 Das histórias das mães, das memórias das filhas.....	50
3.1.1 A voz das mães e das filhas.....	53
3.2 o tempo da coisa contada e o tempo da narrativa.....	60
3.3 As representações históricas na construção do romance	64
3.3.1 <i>Tebereté</i>	64
3.3.2 <i>Maria Cafuza</i>	72
3.3.3 <i>Jacira Antônia</i>	79
3.3.4 <i>Damiana</i>	87
3.3.5 <i>Maria Flor</i>	95
3.5 Represent(ações) femininas.....	103
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas é um título no mínimo inusitado para um romance, difícil de memorizar, assim como de compreender. No entanto, é perfeitamente apropriado ao enredo e à complexidade da trama. O romance de Maria José Silveira propõe uma revisitação à história do Brasil através da narrativa de uma linhagem de mulheres da mesma família. Ao todo, são 21 mulheres, que, como o nome do romance sugere, alternam entre o papel de mãe e o de filha.

A obra consiste no primeiro romance publicado pela escritora goiana Maria José Silveira, comunicadora e antropóloga formada, respectivamente, pela Universidade de Brasília e pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos. Além dessa obra, *Eleanor Marx, Filha de Karl* (2002), *O Fantasma de Luis Buñuel*¹ (2004), *Guerra no Coração do Cerrado* (2006); *Com esse ódio e esse amor* (2010) e *Pauliceia de Mil Dentes* (2012) são outros romances da autora.

Publicado, inicialmente, em 2002 *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* recebeu o prêmio APCA 2002 Revelação e teve seus direitos para minissérie adquiridos pela TV Globo, já foi traduzido para o inglês, italiano e francês pelas editoras *Open Letters* dos Estados Unidos, Editora Mondadori da Itália e pela francesa Gallimard, sendo publicado nos três países². Sua primeira publicação contava com 20 capítulos, mas, em 2019, uma nova edição, agora com 21 capítulos, foi publicada pela editora Globo Livros.

Apesar do potencial presente no romance para diferentes propostas analíticas – tais como abordagem pós-moderna, decolonial, ginocrítica, estruturalista ou sociológica, bem como das perspectivas históricas e memorialísticas desenvolvidas aqui – as pesquisas acerca dele ainda são escassas e pouco difundidas, restringindo-se a três dissertações, *História (d)mulheres, Um livro, muitas vidas apresentada*, da Universidade Federal de Santa Catarina por Veridiana Almeida (2005); e *Entre mulheres, uma história: um olhar literário à colonização brasileira e A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002) – A mediação na releitura ficcional do passado, apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2019) por Patrícia de Oliveira; e, *Representações do feminino em A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, de Elane da Silva Plácido (2018), da Universidade Estadual de Pau dos Ferros; e, artigos publicados: “Representações da loucura feminina em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*” (2018 e

¹ A obra recebeu o prêmio de melhor romance de autor estreante, concedido pela Associação Paulista dos Críticos de Arte – APCA.

² Informações retiradas do Blog de Maria José Silveira. Disponível em: <https://mariajosesilveira.wordpress.com/about/>

“Empoderamento da personagem Jacira em *a mãe...* empoderamento de personagens femininas como forma de transgressão”, ambos de Elane da Silva Plácido e Roniê Rodrigues.

A narrativa assemelha-se a uma história oral e assim é apresentada ao leitor, como uma história que está sendo contada por alguém da família a um ouvinte e, também, membro da família. Essa família não possui sobrenome, conhecemos-lhe por meio de suas mulheres, uma a cada capítulo. Capítulos esses, distribuídos em cinco partes: “Brevíssimo Encanto”, “Desolada Amplidão”, “Esplendor Improvável”, “Viciosa Modernidade” e “Signo do Lucro”.

Na primeira parte, apresentam-se as mais antigas representantes da família, Inaiá (1500-1514) e Tebereté (1514-1548), ambas nativas do Brasil. A primeira nasceu exatamente no dia em que, com euforia e curiosidade, os navegantes portugueses avistaram os primeiros sinais de terra. A tupiniquim, Inaiá, morreu jovem, mas garantiu a continuidade de sua linhagem com o nascimento de sua filha Tebereté, adotada pela tribo que assassinou seus pais.

Em “Brevíssimo Encanto” tem-se um primeiro olhar sobre a história e a diversidade étnica do Brasil, bem como das descendentes dessa família, posto que enquanto a primeira personagem é filha de indígenas, a segunda é filha de uma indígena e um português. A exploração da diversidade étnica brasileira se segue por todo romance, ao passo que as mulheres da segunda parte são filhas de Franceses, africanos, brasileiros e holandeses. Todavia, a narrativa desbrava não só o aspecto étnico das personagens, mas a partir de suas histórias explora grande parte do território nacional, uma vez que essas personagens se estabelecem em diferentes regiões do país.

Em “Esplendor Improvável” mais cinco personagens são apresentadas, Ana de Pádua, Clara Joaquina, Jacira Antônia, Maria Bárbara e Damiana, mulheres de personalidade forte e ideologias bem definidas que dialogam com as transformações resultantes da transição entre o período colonial e a independência brasileira. Vislumbra-se com elas uma fagulha de autonomia; todavia, como o título da parte sugere, ela é improvável e o desfecho de cada uma delas comprova isso.

Já em “Viciosa Modernidade”, o que antes era fagulha começa a ganhar contornos de chama; essa parte do romance estabelece-se entre o período imperial e republicano da história do Brasil, as mulheres aqui apresentadas participam, ainda que umas com mais vigor que outras, de momentos relevantes da história nacional e da história das mulheres. Por fim, em “Signo do Lucro”, pode-se acompanhar, por meio da história das personagens, um momento de ascensão e protagonismo feminino com Rosa Alfonsina e Lígia entre 1926 e 1971; e de esfriamento e comodismo com Maria Flor e Amanda entre 1990 e 2019.

O romance traz lado a lado a história das mulheres e a história do Brasil, possibilitando por meio de uma narrativa ficcional um encontro entre o brasileiro e a história da mulher brasileira. É por essa riqueza histórico-social que se busca estudar as representações femininas no romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* a fim de explorar o conhecimento de histórias e ações femininas ignoradas pela história oficial. Diante disso, guiamo-nos pela seguinte questão-problema norteadora: como ocorre a representação feminina no romance a partir das intersecções e confluências entre ficção, memória e história?

Para que esta investigação se concretize temos como objetivo geral: analisar intersecções e confluências entre ficção, memória e história na representação feminina em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. E como objetivos específicos: investigar como as memórias individuais, coletivas e históricas coadunam para a construção da representação feminina na obra; verificar disjunções ou confluências das representações femininas preconizadas em cada época, delimitada na obra, a partir de seu aspecto histórico-social; identificar, a partir das intersecções e entre memória e história, como se processa a representação feminina no romance.

A proposta do romance em questão é dar visibilidade à história das mulheres, o que viabiliza uma abordagem metodológica centrada nos princípios da crítica literária sociológica associados aos conceitos de história e memória. O que se fará a partir da análise de cinco das vinte e uma protagonistas do romance.

No entanto, não convém fazer um estudo historiográfico da obra, ainda que esta seja um romance histórico, pois na narrativa a história se revela por meio de experiências da vida das personagens e não como fato documentado convencional. Dessa forma, a pesquisa histórica servirá para aprofundar e situar os fatos narrados no tempo e no espaço, posto que é através da vida das personagens que temos acesso ao contexto sócio-histórico da época. Por isso, essa investigação se dará com base nos estudos da memória em suas diversas acepções, individual, coletiva, histórica, bem como sua relação com o espaço e o tempo, apoiando-se para tal nos pressupostos de teóricos como Maurice Halbwachs em *A Memória coletiva* (1990); Iván Izquierdo em *Memória* (2002); Michael Pollak em *Memória e identidade social* (1992), Paul Ricoeur em *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007) e *Tempo e Narrativa* (1997); e Jacques Le Goff em *História e Memória* (1990).

Acrescendo-se a essa abordagem o aspecto histórico, viabiliza-se o estabelecimento de uma crítica sociológica fundamentada, fornecendo acesso à história das mulheres brasileiras e ofertando o conhecimento que torna possível a convergência ou a divergência entre fatos sociais compatíveis com o gênero feminino e os fatos narrados. Essa perspectiva se embasará,

principalmente, nos estudos de Mary Del Priore e Renato Venancio em *Uma Breve História do Brasil* (2010); Carla Pinsky e Joana Pedro em *Nova História das Mulheres* (2016); Mary Del Priore em *História das Mulheres no Brasil* (2018); Simone Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1967) e Pierre Bourdieu em *A dominação Masculina* (2012).

Portanto, a metodologia utilizada se aporta em uma natureza básica, posto que não possui fins práticos, mas apenas a produção de novos conhecimentos, que se buscará aqui por meio de procedimentos bibliográficos tais como, observação, análise, interpretação e comparação. Considerando equitativamente tanto os fatores internos quanto os externos, pois, como já destacava Antonio Candido (2006, p. 12-13), para preservar a integridade de uma obra não se deve concebê-la dissociando texto e contexto; ao contrário: a fusão deles viabiliza um processo interpretativo mais abrangente.

Assim, a pesquisa se dará por duas frentes, a primeira (teórica), centrada na memória e na história, enquanto a segunda (metodológica) seguirá pela crítica literária sociológica avaliando as relações entre forma, conteúdo e contexto no desenvolvimento da narrativa, bem como os reflexos das convenções sociais na representação das personagens. Buscando ainda, estabelecer uma relação entre as escolhas estéticas da autora, a narrativa e a sociedade, pois como afirma Bakhtin (2010, p. 51):

Numa obra poética, as palavras organizam-se, por um lado, no conjunto das orações, do período, do capítulo, do ato etc., e por outro constroem o conjunto da aparência do herói, de seu caráter, de sua situação, de seu ambiente, de sua conduta etc., e, por fim, o conjunto de evento ético da vida, esteticamente formulado e acabado; com isso deixam de ser palavras, proposições, estrofes, capítulos etc. O processo de realização do objeto estético, ou melhor, da tarefa artística em sua essência, é um processo de transformação sistemática de um conjunto verbal, compreendido linguística e composicionalmente, no todo arquitetônico de um evento esteticamente acabado; naturalmente, todas as ligações e inter-relações verbais de ordem linguística e composicional, transformam-se em relações arquitetônicas extraverbais.

Para tanto, fundamentaremos essa segunda frente nos conceitos e técnicas de Antonio Candido, *Literatura e Sociedade* (2006), Mikhail Bakhtin em *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance* (2010) e Gérard Genette com *Figuras III* (2017).

A referida pesquisa busca responder à necessidade de uma representação feminina mais diversa, o que coaduna com a necessidade de se oferecer maiores possibilidades de identificação desse público com a sua própria história e com a história nacional. Visto que, a baixa participação das mulheres no cenário político ou econômico não se relaciona simplesmente com um desinteresse crônico pelas questões sociais, mas principalmente com a ausência de representações femininas que ofertem essa possibilidade.

Por essa razão, analisar o romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, fornece-nos uma possibilidade de revisitação a um passado histórico habitado não só por homens atuantes

e mulheres inativas, mas por homens e mulheres socialmente envolvidos nos mais variados processos sociais, políticos e econômicos do Brasil. No entanto, a História brasileira, bem como a de muitas outras nações, é protagonizada preponderantemente por homens, isso é facilmente verificável em uma rápida consulta em qualquer livro de história, mas vale destacar que esse anonimato ao qual foram submetidas não implica em uma ausência de atuação feminina, mas apenas em um silenciamento destas. E é nessa ótica que a filósofa Djamila Ribeiro pondera em seu livro “O que é lugar de fala?”. Sobre a importância da posição do falante em relação aos fatos narrados, bem como sobre a necessidade de dar voz ao dominado e não só ao dominador.

As considerações de Ribeiro (2017) acentuam o papel social desse estudo, posto que se consolida como busca por uma proposta de representação mais diversa que possibilite a desmistificação do sujeito feminino. As mesmas colocações mostram-se de grande valia, ainda, para justificar a escolha do romance, porquanto nele temos a voz de várias mulheres a partir do lugar que estas ocupam, de modo que seja na fala das personagens, seja na fala da narradora é perceptível a vinculação crítica entre quem fala e sua posição.

Por isso, ao retratar a diversidade étnica brasileira em seu romance, Silveira oportuniza uma reflexão acerca dessas representações de forma bem mais ampla, o que se deve, entre outros fatores, à mobilidade das personagens, cuja ação encontra-se aliada a um posicionamento temporal e espacial bem definidos, viabilizando um estudo do sujeito feminino e seus papéis.

Nesse sentido, a escolha por uma abordagem centrada nos aspectos memória e história justifica-se, dentre outras razões, na localização dessas personagens, posicionadas em contextos históricos de memórias coletivas e de memórias individuais. Tendo por fundamento a afirmação de Halbwachs para quem “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990, p. 51), ressaltando com isso a importância das relações sociais indivíduo/indivíduo, indivíduo/espaco e indivíduo/tempo para a consolidação de qualquer representação.

Merece destaque ainda, a oportunidade de construção de uma representação feminina possível, posto que na narrativa de Maria José Silveira, ainda que ficcional, encontra-se bem mais que os estereótipos femininos preconizados desde a Antiguidade Clássica, mas antes, uma vasta diversidade dessa representação, a qual permite que nos defrontemos com mulheres reais, com qualidades e defeitos.

Portanto, para viabilizar essa proposta, a pesquisa será dividida, em três capítulos, dois destinados à exploração das abordagens teóricas e um dedicado à análise do romance e de suas representações femininas. Nesse sentido, o primeiro capítulo versará sobre algumas

considerações sobre a ficção, a memória e a história, abordando seus conceitos e contextos, investigando, ainda, suas contribuições para a construção da representação feminina no romance.

O segundo capítulo abordará a memória histórica, a memória autobiográfica e alguns aspectos da história da mulher brasileira localizando-a em três períodos históricos, o período colonial, o período imperial e o período republicano, com vistas a perscrutar as posições que ocuparam na sociedade de cada época, bem como de sua migração do espaço privado para o público.

Já no terceiro capítulo analisaremos o romance e as estratégias estilísticas que possibilitaram a construção dessa representação, assim como cinco das 21 personagens do romance, Tebereté, Maria Cafuza, Jacira Antônia, Damiana e Maria Flor.

A escolha das personagens foi feita com a intenção de privilegiar o rompimento com o estereótipo da fragilidade e da inércia feminina, bem como, em virtude de alguns traços narrativos, que favorecem uma abordagem tanto histórica quanto memorialística em cada uma delas.

Portanto, ao escolher Tebereté, busca-se nela localizar aspectos da cultura indígena que ajudem a compreender o papel desta mulher em seu grupo. Com Maria Cafuza, pode-se analisar uma representante das mulheres escravizadas, assim como das mulheres que foram bandeirantes. Enquanto com Jacira Antônia, pode-se debater acerca dos papéis femininos na família, assim como acerca das condições sociais adquiridas pelas mulheres ao se tornarem viúvas.

Com Damiana, pode-se retomar o debate acerca do casamento e da família e ainda abordar a exploração e os abusos praticados pelos esposos. E, por fim, com Maria Flor é possível localizar características da mulher moderna que vão desde a mudança das prioridades na vida feminina, até a adoção de uma postura mais conformada e menos combativa diante das demandas femininas e da sociedade em geral.

1 FICÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA: representações

Em seu romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, Maria José Silveira conecta historicidade e ficcionalidade ao dispor de 21 personagens ficcionais acomodadas sobre mais de 500 anos de história do Brasil. Analisar o romance é, portanto, posicionar-se frente a uma reconstrução histórico-social que se consolida em memórias e histórias ditas e não ditas. Para tanto, faz-se necessário escrutinar, a priori, algumas das teorias relativas à memória, a fim de delinear o caminho que permitirá aplicar à obra perspectivas neurocientíficas, filosóficas, sociológicas e fenomenológicas.

A apresentação de tantas mulheres como participantes, voluntárias ou involuntárias, na construção da história do Brasil insere no leitor uma série de questionamentos críticos sobre qual o lugar dessas mulheres na história oficial, posto que, nesta, as figuras femininas pouco ou nada aparecem. Portanto, é a partir do ficcional que se pretende atingir uma história de possíveis, desse modo a reorganização proposta por Maria José traz uma lista de possibilidades, que, mesmo não sendo reais, representam mulheres reais cujas histórias foram silenciadas por uma série de convenções determinantes da historiografia.

Importa reforçar que esse romance toca o real em diversos momentos; logo, falar em memória dentro de um estudo de representação feminina dessa narrativa, significa que esta análise se dará pela aplicação das teorias referentes à memória tanto a fatos pertencentes à memória histórica brasileira, quanto a memórias ficcionais, pertencentes às personagens. E por perceber que esses fatos, reais ou ficcionais, seguem o mesmo destino, chegando a encontrar-se em alguns momentos, é que se vê a importância de falar em intersecções e confluências entre história e memória na construção dessa representação.

Esse percurso só é possível a partir da percepção da literatura enquanto expressão artística, que embora possua um papel social e histórico latente, os exerce de modo subsidiário, desobrigado, mas, inerente. Logo, o texto literário não possui a obrigação de reproduzir o real, mas se conecta a este, uma vez que, conforme Cândido,

A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra (CÂNDIDO, 2006, p. 186)

O escritor dispõe da liberdade criadora para reorganizar ou desorganizar a determinada realidade de acordo com sua intenção literária, é por isso que Cândido fala em adequado e não em correto, pois o papel do escritor reside na elaboração de um mundo narrado que dialoga por

reconhecimento ou por estranhamento com os mundos conhecidos e não se deve, pois, confundir sua função com a de um historiador, posto que

O historiador só poderia falar a respeito daquilo que aconteceu, a respeito dos pormenores do passado; por outro lado, o poetaalaria sobre o que poderia acontecer, e assim poderia lidar mais com os elementos universais. Livre da sucessão linear da escrita da história, a trama do poeta poderia ter diferentes unidades. (ARISTÓTELES, 1990, 1.451a-b)

O que se tem em uma obra literária é uma perspectiva, resultante de um ponto de vista sobre o qual incidem convenções e convicções pessoais, restando ao leitor compreender e atribuir os sentidos e funções possíveis a estas. Por isso, os aspectos factuais da obra não serão usados para limitar a aplicação do estudo da memória no romance, ao contrário, a memória será aplicada ao ficcional, pois é no plano estético que ela produz a identidade das personagens e é lá que se pode localizar com maior clareza os traços representativos delas.

1.1 “Representação: imagem que remete à ideia e a memória os objetos ausentes”

A história das 21 personagens do romance revisita a história do Brasil até atingir a contemporaneidade do século XXI, dessa forma a extensão da genealogia apresentada ressalta a ancestralidade destacada no encadeamento da narrativa, iniciando a partir do nascimento de uma filha, que ao longo da narrativa se tornará mãe. Essa proposta cronológica se repete em grande parte dos capítulos: nascimento, maternidade e morte.

Todavia essa ancestralidade não se percebe diretamente, posto que a narradora onisciente dirige a narrativa por sua própria voz, de modo que temos pouquíssimo acesso às percepções diretas de cada personagem.

Entretanto, devido à repetição constante da sequência nascimento, maternidade e morte, alguns traços das mães podem ser identificados nas filhas através de suas características, pois os caminhos que tomaram, por vezes, se configuraram a partir das ações ou situações vividas por suas mães.

O termo representação possui larga conceituação, algumas delas são apontadas por Roger Chartier em sua palestra *Defesa e ilustração da noção de representação* realizada em maio de 2010, a primeira delas destaca que

“Representação: imagem que remete a ideia e a memória os objetos ausentes, e que nos apresenta tais como são”. Nesse primeiro sentido, a representação nos permite ver o “objeto ausente” (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente. Representar, portanto, e fazer conhecer as coisas mediatamente pela “pintura de um objeto”, “pelas palavras e gestos”, “por algumas figuras, por algumas marcas” – tais como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. (CHARTIER, 2010, p. 17)

Por essa primeira acepção teríamos com a representação um processo de substituição, segundo o qual o ser ou objeto representado tem seu posto ocupado por uma imagem que lhe faça jus. Desse modo, o representante nos permitiria ver o objeto ausente, todavia, essa visão parece ambígua nesse conceito, posto que, a priori ele afirma que o objeto deve ser apresentado exatamente como é, mas logo adiante admite que essa apresentação seja apenas adequada.

Adiante, Chartier ainda complementa o mesmo ponto de vista partindo de outra referência.

Para a língua castelhana, o *Tesouro de la lingua castelhana* de Covarrubias, publicado em 1616, não menciona mais do que a primeira família de sentido: “Representar: fazermos presente alguma coisa com palavras ou figuras que se fixam em nossa imaginação”. Daí, o significado jurídico do verbo (“Representar, e estar no lugar de outro, como se fosse o mesmo, para representá-lo em todas as suas ações e direitos”) e os sentidos teatrais das palavras vinculadas como “representar”: “Representação, a comedia ou tragédia”, ou “Representantes, os comediantes, porque um representa o rei, e o faz como se o mesmo estivesse presente; outro o galã, outro a dama, etc.” (CHARTIER, 2010, p. 18, grifos do autor).

Acrescida de mais duas possibilidades, a representação aqui também é tomada por substituição, no entanto, o conceito agora descreve a ação de representar, ao passo que o ser ou objeto que representa tem a função de externar a visão do ausente. Chartier apresenta ainda o sentido jurídico do termo, segundo o qual o representante tem o papel de ocupar o lugar do representado, e depois ainda outra acepção retirada das artes cênicas, aquele que interpreta o outro.

Pelo prisma da representação, esses conceitos, embora diversos, dialogam em vários momentos com a perspectiva presente em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, uma vez que não se trata apenas de representar a mulher, mas também de representar os espaços que frequenta e as posições que ocupa.

Nesse sentido, é lícito admitir que Inaiá representa a mulher indígena, quando sua narrativa nos permite assistir, como que a uma encenação, seus hábitos e costumes, e até por substituição, uma vez que rememora a história das primeiras mulheres brasileiras. Da mesma forma, também é possível encontrar representantes da mulher escravizada, da mulher sertaneja, da mulher dona de casa ou militante política. Entretanto, ainda que lícita, tal afirmação não deve ocorrer despreocupadamente, posto que a obra em questão é um romance ficcional, e a relação entre a história e a ficção tem sido objeto de diversas discussões pouco amistosas há vários séculos

A importância da representação, enquanto instrumento de preservação da memória e consolidadora dos processos de identificação social, reside exatamente na possibilidade de se

ter contato com o ausente e de lhe dar permissão para que produza em todos os tempos os efeitos de sua influência.

Ricoeur, a partir dos postulados de Aristóteles, aponta essa oportunidade ao afirmar que “a história cuida do passado efetivo, a poesia encarrega-se do possível” (1997, p. 330); logo, a narrativa literária é *do âmbito do possível* e não, exclusivamente, do efetivo, como a História, ou seja, aquilo que na perspectiva do ouvinte/leitor, *será capaz de realização*. À vista disso, a relevância do discurso presente no romance não está no “Aconteceu assim”, mas no “poderia ter sido assim”.

O enquadramento da obra literária no campo do possível se apresenta como estratégia aplicada, por meio da utilização de personagens e fatos também com vistas ao fortalecimento do processo de identificação do leitor e da construção representativa. Tal método já era empregado na antiguidade clássica como afirma Aristóteles.

Na tragédia, porém, os poetas prendem-se a nomes reais e a razão disso é que o possível é fácil de acreditar. Na verdade, nós não acreditamos que coisas que ainda não aconteceram sejam possíveis; ao contrário, pelo facto de terem acontecido, torna-se evidente que eram possíveis, pois não teriam ocorrido se fossem impossíveis. (ARISTÓTELES, 1990, p. 54)

Existe, ainda, uma última contestação quanto à legitimidade de tais afirmações, descrita em uma das considerações de Ricoeur, destacando que “a verdadeira mimese da ação deve ser procurada nas obras de arte menos preocupadas em refletir sua época” (1997, p. 331). Por essa premissa, há quem confira certo descrédito ao valor representativo do romance, dada a sua declarada intenção histórica. Para ilustrar essa “intenção histórica”, - declarada ou não -, recorremos a um trecho dito por Maria José Silveira em “Conversas Literárias: Literatura e História na produção contemporânea de Língua Portuguesa”, 2010, que fala sobre as motivações para produção do romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*.

“A mãe da mãe...” começou a se esboçar para mim na época das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Nessa ocasião, pesquisadores de biologia da Universidade Federal de Minas Gerais, analisando nosso DNA, descobriram que 2/3 dos brasileiros têm sangue indígena e negro. E que essa herança biológica teria vindo por parte da mãe. O pai contribuía com a parte europeia do DNA. Achei isso extremamente interessante e me veio a ideia de escrever um romance que mostrasse concretamente como essa miscigenação brasileira poderia ter se dado.³

No entanto tal intenção não lhe é privativa, mas sim característica do romance pós-moderno que trazia como um de seus princípios a descrença na separação entre história e ficção, destacando que existe entre elas mais semelhanças que diferenças, pois, com aponta Linda Hutcheon, ambas buscam legitimar-se através da verossimilhança.

³ SILVEIRA, Maria José. História em minha obra. Casa das Rosas, 7 de julho de 2010, evento “Conversas Literárias: Literatura e História na produção contemporânea de Língua Portuguesa”. Disponível em: <https://mariajosesilveira.wordpress.com/encontros-palestras-bate-papos/>. Acessado em: 04/02/2020.

Entretanto, é essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. (HUTCHEON, 1991, p. 141)

A integração entre história e ficção não pretende ocupar o lugar da historiografia, mas surge com a necessidade de se revisitar o passado, fazer conhecer uma série de figuras cuja representação foi omitida e suprir uma deficiência que é a um só tempo histórica, social e literária.

A teleologia das formas de arte - desde a ficção até a música - é sugerida e transformada ao mesmo tempo. O centro já não é totalmente válido. E, a partir da perspectiva descentralizada, o "marginal" e aquilo que vou chamar (Capítulo 4) de "ex-cêntrico" (seja em termos de classe, raça, gênero, orientação sexual ou etnia) assumem uma nova importância à luz do reconhecimento implícito de que na verdade nossa cultura não é o monólito homogêneo (isto é, masculina, classe média, heterossexual, branca e ocidental) que podemos ter presumido. O conceito de não-identidade alienada (que se baseia nas oposições binárias que camuflam as hierarquias) dá lugar, conforme já disse, ao conceito de diferenças, ou seja, à afirmação não da uniformidade centralizada, mas da comunidade descentralizada mais um paradoxo pós-moderno. (HUTCHEON, 1991, p. 29)

A possibilidade de tornar visível o *ex-cêntrico* nos é ofertada no romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, fazendo-nos conhecer uma série de mulheres que, embora tenham nomes fictícios, representam as inúmeras mulheres que fazem parte da história nacional, mas cujos nomes foram esquecidos.

É, portanto, notável que as relações entre história e memória ou ainda entre história e ficção colaboram para o constructo da representação feminina em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. Pois, firmando-se no conteúdo dessas memórias, nos processos de sua consolidação, bem como no conhecimento do sujeito da memória, é possível viabilizar um percurso crítico-analítico.

1.2 Algumas perspectivas teóricas sobre a memória

A partir de uma perspectiva fenomenológica, Paul Ricoeur analisa a memória a partir da relação entre sujeito e objeto, orientada em torno de duas perguntas, “De que há lembrança? De quem é a lembrança?” (RICOEUR, 2007, p. 23). Antes de responder a essa primeira pergunta cumpre examinar e delimitar o que se entende por memória, sob outros pontos de vista.

A memória consiste em um processo cuja consolidação se dá pela “aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações” (IZQUIERDO, 2002, p. 9), esse processo assim descrito pelo neurocientista Iván Izquierdo é o responsável pela construção da personalidade de cada indivíduo, pois segundo ele, somos o produto de nossas recordações. Por esse conceito, a memória se dá através do encadeamento dessas ações, principiando pela aquisição, momento de encontro entre o sujeito e a informação adquirida, os dois passos seguintes respondem pela acomodação dessa informação, e o último, a evocação, seria a busca por ela.

Dessa forma, para o autor, a personalidade de cada sujeito é moldada através das experiências e aprendizagens adquiridas ao longo da vida:

O conjunto das memórias de cada um determina aquilo que se denomina personalidade ou forma de ser. Um homem ou um animal criado no medo será mais cuidadoso, introvertido, lutador ou ressentido, dependendo mais de suas lembranças específicas do que de suas propriedades congênitas. (IZQUIERDO, 2002, p. 10)

Assim, sempre que precisa fazer algo, independentemente da complexidade, o sujeito se move em direção às suas recordações em busca dos meios necessários para agir. Logo, suas ações se darão em conformidade com sua aprendizagem, não se pode fazer o que não se aprendeu, nem condicionar ações futuras a perspectivas desconhecidas, uma vez que “o acervo das nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é, com que sejamos, cada um, um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico” (IZQUIERDO, 2002, p. 09).

Le Goff (1990, p. 423), também destina espaço em sua obra para conceituar a memória, segundo ele, a memória “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Ressaltando em sua perspectiva a função do tempo e das ações do sujeito para a memória, ao passo que, por meio dela, pode-se acessar informações passadas, no entanto, não apenas para reproduzi-las, mas também para reformulá-las.

Todavia, “o que se lembra” e “o que se é” não reside somente no sujeito, ele divide com pessoas, lugares e objetos, diferentes memórias e, por vezes, vale-se deles para recordar algo, à vista disso, percebe-se que para entender a memória é necessária a percepção do “como lembramos”. Tal questionamento se instala entre as duas perguntas-base levantadas por Ricoeur e apresentadas no início dessa discussão, logo, entre o “o quê?” e o “quem?” existe o “como?”.

O “como lembramos” corresponde à última fase do processo definido por Izquierdo, a evocação, que segundo o filósofo Ricoeur pode acontecer a partir de dois movimentos designados pelos gregos como *mneme* e *anamnesis*, o primeiro seria involuntário e o segundo

voluntário. “A distinção entre *mneme* e *anamnesis* apoia-se em duas características: de um lado, a simples lembrança sobrevém à maneira de uma afecção, enquanto a recordação consiste em uma busca ativa” (RICOEUR, 2007, p. 37).

Dessa forma, deve-se considerar que uma parte da memória é assimilada de tal forma que sua evocação ocorre para além da própria consciência, logo, para andar não é necessário refletir acerca do como se deve fazer isso, apenas se anda, o mesmo ocorre com o falar. São aprendizagens, lembranças (*mneme*) que, uma vez adquiridas não necessitam, em condições normais, de um esforço do sujeito para acessá-las. Por outro lado, existem informações que mesmo pertencendo à memória do sujeito necessitam que este aja para acessá-las (*anamnesis*).

O esforço da evocação não consiste em uma busca centrada apenas na informação que se quer recordar, por vezes o sujeito, para acessá-la, volta-se para outros pontos, tais como, as pessoas, os objetos ou lugares. Nesse momento, é necessário focar a próxima pergunta, “de quem é a lembrança?”, a fim de desenvolver um pouco mais a discussão acerca do “como lembramos”.

Pensar em “de quem são as memórias” requer uma compreensão mais extensa sobre o sujeito enquanto ser social, cuja vida está conectada a diversas coletividades que, por sua vez, são frutos dos diferentes círculos de convivência e espaços com os quais dividem suas memórias sendo assim, as memórias se estabelecem no centro de cada um desses círculos.

Existem, nessa perspectiva, memórias individuais e memórias coletivas sobre as quais o sociólogo Maurice Halbwachs constrói um minucioso debate a fim de fundamentar a coexistência dessas duas possibilidades. Todavia, reconhece que a memória coletiva não explica todas as lembranças e condiciona a existência da memória individual ao que chamou de intuição sensível, que corresponderia a um estado de consciência puramente individual, para depois concluir que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A memória individual seria, pois, como a percepção que se tem do fato, porquanto embora a memória esteja inserida em um contexto coletivo, cada um a retoma de seu próprio ponto de vista conseqüentemente, cada perspectiva do fato depende da posição ocupada pelo sujeito. Suas memórias são, portanto, divididas com outros sujeitos e com o ambiente logo, mesmo se estiver com uma variedade de pessoas em determinado lugar, vivendo exatamente as mesmas situações, cada um recordará esse momento a partir de sua própria posição, apoiando-se em contextos diversos e por razões igualmente diversas.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Assim, ainda que esteja só, sobre seus pensamentos agem diversas referências externas que confirmam que está só apenas aparentemente, posto que não pode desvincilhar suas ações dos meios nos quais está inserido. Consequentemente, aqueles que compartilham com o sujeito uma experiência, ajudam-no a lembrá-la, pois “só temos a capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (HALBWACHS, 1990, p. 36). A essa necessidade Halbwachs chamou de confrontação, por esse processo seria possível recordar-se de algo a partir do depoimento de outras pessoas ou grupos.

Entretanto, estar no mesmo lugar, viver as mesmas situações não permite afirmar que essas pessoas possuem as mesmas memórias, o que se pode declarar é que elas dividem uma experiência e que podem apoiar-se umas sobre as memórias das outras para formar e conservar as suas próprias. Logo, “tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo” (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Dessa forma, o outro opera juntamente com o sujeito na formação de sua memória através de seus depoimentos e ainda que os pontos de vista sejam divergentes, esse confronto contribui para a rememoração. Nesse ponto, podemos aplicar essa ideia ao romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* e utilizar tal visão na análise das representações, admitindo a importância da memória na constituição da identidade, posto que a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 476). Por isso, afirma-se integrar determinado grupo ou comunidade a partir de uma sensação de pertencimento que só pode ser alcançada por meio de um constructo social de convivências e experiências que implicam em compartilhamento de memórias.

A memória coletiva compreenderia a maior parte do processo de lembrar uma vez que nos apoiamos nos depoimentos do demais membros do grupo para consolidar nossas memórias ou mesmo para evocá-las. No entanto, por ser produto da coletividade, seria a memória individual a responsável pela formação da identidade. Até por isso Halbwachs diz que

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de

mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

De fato, a pura descrição de um evento, feita por uma testemunha, não é suficiente para promover a evocação de uma memória; por vezes somos interpelados por pessoas com as quais partilhamos alguma experiência, no entanto, mesmo diante do relato, somos incapazes de recordar o fato. Assim, quem faz o relato se não nos leva a recordar a imagem, pode reconstruí-la, mas isso jamais seria uma memória. Halbwachs acrescenta ainda que esses relatos podem, apesar disso, agir para negar ou corrigir uma memória distante. Segundo ele:

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

Seria necessário um forte vínculo entre o indivíduo e o grupo, capaz de mantê-lo ligado a essa corrente de memória coletiva para que suas memórias não se perdessem. A partir daí, poderia, com o apoio de testemunhas, recordar experiências partilhadas no interior do grupo. No entanto, quanto maior o afastamento do sujeito em relação ao grupo, maiores serão as dificuldades para o estabelecimento dessa recordação, pois desse afastamento resulta a desconstrução da posição outrora ocupada, o que por sua vez inviabilizaria o contato com uma memória individual e, conseqüentemente, com uma coletiva. Assim, a consciência da posição ocupada no grupo, bem como a ligação com este, consolida a existência das memórias individuais e permitem sua afiliação a uma corrente do pensamento coletivo.

Dessa forma, o processo de rememoração depende, também, do quanto o sujeito se identifica com o grupo, logo, qualquer afastamento ou desligamento pode culminar com o esquecimento de memórias antes comuns. Sobre este ponto, assenta-se a necessidade de uma comunidade afetiva, que pode configurar-se nos diferentes grupos sociais dos quais se faça parte, visto que, são as reações e sensações pessoais que tornam este, ou aquele evento memorável, ou não. Portanto, não se lembra apenas o que se vê, mas também o que sentiu ao ver.

Pelo exposto, verifica-se que é grande o relevo atribuído ao sujeito na constituição de sua própria memória, todavia, a ele não pode ser outorgado o domínio total do processo, posto que, este se dá por etapas que em adição possibilitam lembrar. Porém, ainda que não concentre a exclusividade do processo, o sujeito é essencial para o estabelecimento do sentimento de identidade.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

O ser, enquanto visão exterior de um estado interior, e o pertencer, enquanto condição necessária a todos que vivem em sociedade, justificam a ligação existente entre a memória e a identidade, enquanto sentimento de pertencimento. É a partir dessa ligação que se consolidam na personalidade do sujeito a visão de si sobre si, bem como a posição ocupada no interior de suas comunidades afetivas. Nesse sentido, deve-se compreender o sentimento de identidade como o faz Pollak.

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

Nessa perspectiva, é necessário visar a memória como parte essencial para a construção do sentimento de identidade, enquanto base para o estudo da representação. Por isso, é importante estender essa discussão para além dos três elementos apontados por Halbwachs – depoimentos, posição do sujeito e comunidade afetiva – visto que coexistem com o sujeito, outros elementos que também colaboram para o lembrar, como aqueles apontados por Michael Pollak, para quem os elementos constitutivos da memória seriam

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 201)

Os acontecimentos seriam aquilo que recordamos, a matéria da memória, e, segundo Pollak, haveria duas formas de se adquirir essas memórias: vivendo-as pessoalmente ou por tabela. Nesse contexto, somamos à *mneme* e à *anamnesis* de Ricoeur, bem como aos depoimentos, à comunidade afetiva e à posição do sujeito de Halbwachs, o conhecimento sobre a formação dessa memória.

O que Pollak propõe com essa discussão permite considerar como memória os eventos não vividos, mas experimentados ulteriormente em virtude da ligação com o grupo. No entanto, para que essa possibilidade encontre amparo nessa teoria, é fundamental a existência de um forte vínculo entre o sujeito e o grupo, de modo que as vivências do grupo possam impactar, por um processo profundo de identificação com a comunidade, as gerações futuras. Logo, “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica,

ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”. (POLLAK, 1992, p. 201)

Por essa ótica, é plenamente possível que os fatos vivenciados no romance por algumas mães, convertam-se em memórias herdadas por suas filhas devido à relevância desses fatos para a história da família. “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. (POLLAK, 1992, p. 204). Pelo exposto, podemos aplicar tal conceito a grupos maiores, o próprio Pollak utiliza para exemplificar suas ideias sobre acontecimentos traumáticos como guerras para demonstrar que mesmo aqueles que não viveram durante o conflito podem, em virtude da ligação com um grupo que vivenciou o evento, ter memória desse fato.

Em seguimento as suas considerações, Pollak destaca ainda mais alguns elementos constituintes da memória, assim,

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. (POLLAK, 1992, p. 201-202)

As pessoas, os outros, participam das memórias do sujeito de mais uma forma, em primeiro momento viu-se a importância do outro enquanto instância que, em tendo compartilhado momentos, poderia fornecer depoimentos que comprovem ou contestem memórias. Com a proposição de Pollak, nota-se uma segunda forma, que consistiria, em suma, na presença física ou por tabela do outro.

Mas além dos acontecimentos e dos personagens, destaca-se mais um elemento apontado por Pollak e Halbwachs como relevante tanto para conservação, quanto para a evocação de uma memória – o lugar:

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. (POLLAK, 1992, p. 202)

Os lugares são capazes de interagir em nível cognitivo com o sujeito e o grupo a ponto de se configurar como parte importante da identidade de um e de outro. Essa premissa nos permite afirmar que lembramos também em função de onde estamos, mas este “onde” não se restringe à ideia de localização, abrangendo também os diversos elementos e objetos que

compõem esse lugar. Desse modo, verifica-se que os espaços também contribuem para elucidar o “como lembramos?”.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço -aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143)

Quando deseja recordar-se algo que não se lembra com facilidade, as pessoas costumam reconstituir seus passos; por onde passaram, quem viram, o que havia no entorno, buscam apoio em tudo isso para tentar recordar. Porém, esse processo ocorre também de modo involuntário, ao passo que um encontro não programado com algum objeto ou espaço do passado pode desencadear uma recordação indesejada.

2 DA MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E DA MEMÓRIA HISTÓRICA

Os fatos referentes à história do Brasil na obra em análise serão abordados como memórias históricas, uma vez que a função da narradora não é a de historiadora, mas de contadora das histórias que ouviu e/ou viveu por tabela ou pessoalmente. Para tanto, firmarmos-nos nas concepções expostas por Halbwachs, principiando pela distinção entre duas possibilidades de percepção acerca da memória histórica.

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 1990, p.55)

Vemos, neste excerto, Halbwachs distinguir duas formas de processamento da memória, uma interna e outra externa, o que reforça a possibilidade, também apontada por Pollak, de se ter recordação das experiências vividas pessoalmente ou por tabela, por meio das aprendizagens consolidadas através da leitura e das interações com o grupo, por exemplo. Tem-se com a memória autobiográfica uma percepção subjetiva que coopera para a formação personalíssima do sujeito, nela a história é notada de modo colaborativo, pois constitui o contexto no qual se insere o eu. Por outro lado, enquanto perspectiva mais externa, a memória histórica dispõe de informações acerca de um contexto ao qual se pode estar ligado direta ou indiretamente, posto que nela residem fatos cuja temporalidade pode, até mesmo, anteceder o nascimento do sujeito.

Em suma, pode-se admitir que a narradora se apoia sobre as memórias históricas para formar a memória das mulheres da família, e que a partir de sua história de vida tem-se acesso a uma memória autobiográfica. Nesse ponto, alguns aspectos dessa narrativa merecem ser antecipados para subsidiar essa discussão.

A memória autobiográfica, ao se aliar à memória histórica, não o faz de modo consciente, posto que demanda tempo para se definir o que será ou não um fato histórico. Logo, o que é histórico se consolida no futuro e não no hoje.

Por outro lado, para situações vividas pessoalmente, o que se lembra não é puramente o fato, mas as impressões e sensações que estes ocasionaram no sujeito. A narradora é portadora de uma grande memória que pode apoiar em diversos marcos históricos para evocá-las. Contudo, atendendo às recomendações de Halbwachs (1990, p. 60), não convém, no trato dessas memórias, distinguir o que seria uma memória autobiográfica ou histórica, por esse motivo analisaremos as duas perspectivas de modo colaborativo e não comparativo, uma vez que

...mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, vale mais não distinguir uma memória pessoal, que reproduziria tal como nossas impressões de outrora, que não nos faria sair do círculo estreito de nossa família, da escola e de nossos amigos; e uma outra memória que chamaríamos histórica, onde não estariam compreendidos senão os acontecimentos nacionais que não pudemos conhecer então; tão bem que por uma penetraríamos num meio no qual nossa vida já se desenrolava, sem disso nos apercebermos, enquanto que a outra nos colocaria em contato com nós mesmos ou com um eu alargado realmente até os limites do grupo que comporta o mundo da criança. (HALBWACHS, 1990, p. 60)

Se as separarmos, a memória autobiográfica nos transmitiria uma informação limitada a um único ponto de vista, enquanto a memória histórica, por estar aliada à memória coletiva, quando relata uma sucessão de eventos cuja percepção é comum à maior parte do grupo do qual faz parte, trazer-nos-ia uma visão panorâmica capaz de transitar, no mesmo grupo, por diferentes pontos de vista. É o que Halbwachs explica a partir da analogia com as lembranças de uma criança:

Um ser tal como uma criancinha, reduzida a suas percepções, não guardará de tais espetáculos senão uma lembrança frágil de pouca duração. Para que, atrás da imagem, ele atinja a realidade histórica, será preciso que saia de si mesmo, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato cessa de se confundir com uma impressão pessoal. Retomamos contato com o esquema da história. É então, diremos, sobre a memória histórica que é preciso se apoiar. É através dela que esse fato exterior a minha vida de criança vem assim mesmo assinalar com sua impressão tal dia, tal hora, e que, a vista dessa impressão me lembrará a hora ou o dia; mas a impressão por si mesma é uma impressão superficial, feita de fora, sem relação com minha memória pessoal e minhas impressões de criança. (Halbwachs, 1990, p. 61)

Não se deve, no entanto, supor que ele estaria, com isso, estabelecendo uma linha hierárquica entre essas memórias, ou que sugeriria a superioridade da memória histórica. O que ele faz é, sobretudo, delinear os pontos fortes e fracos das duas perspectivas, para adiante demonstrar que é na aliança entre elas que se pode fortalecer desde a formação, até a evocação de uma memória:

Admitiremos então que ele cria para si uma espécie de meio artificial, exterior a todos esses pensamentos pessoais, mas que os envolve, um tempo e um espaço coletivos, e uma história coletiva. É dentro de tais quadros que os pensamentos dos indivíduos se reuniram, o que supõe que cada um de nós cessaria momentaneamente de ser ele mesmo. Ele retornaria a si logo, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que ele traz já prontos do exterior. Aqui prenderemos nossas lembranças, mas entre essas lembranças e esses pontos de apoio não existirá nenhuma relação íntima, nenhuma comunidade de substância. É por isso que essas noções históricas e gerais não representariam aqui, senão num papel muito secundário: elas supõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal. As lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as lembranças individuais, e nos dariam assim sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura; mas será preciso então que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa. (HALBWACHS, 1990, p. 61-62)

O que Pollak aponta já havia sido assinalado por Le Goff, nesse sentido, a escolha do que pertencerá ou não à memória do grupo, ou do que merece ou não ser perpetuado na história

do grupo, depende também daqueles que ocupam o lugar de dominação, posto que estes encontrariam na perpetuação de seus valores por meio da memória do grupo, uma forma de manter a posição já ocupada. Por outro lado, àqueles que ocupam a posição de dominados, restaria um silêncio da história oficial.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, p. 04)

A história oral, todavia, permite a continuidade e a eclosão dessas memórias subterrâneas. Desse modo, todo o exposto enrija e justifica o caráter oral do romance que oportuniza às mulheres um espaço ativo na história nacional, diferentemente do, por muito tempo, ofertado pela historiografia.

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLAK, 1989, p. 04)

A memória oficial se ocuparia da história dos dominadores, conquanto, a memória subterrânea se debruçaria sobre a memória dos dominados, desse modo, Pollak ratifica a tendência opressora da memória coletiva e seu papel na consolidação e perpetuação das estruturas de poder ao atribuir à memória subterrânea uma veia transgressora empenhada no rompimento com a marginalização da memória das minorias. Visão também defendida por Le Goff, segundo o qual “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1990, p. 476).

É por essa perspectiva que o desenvolvimento do romance colabora para uma reconstrução da história das mulheres enquanto participantes ativas da história nacional, tomando a memória em seu papel fundamental de primeira guardiã da história, amparando-se ainda em seu caráter ancestral ao utilizar a genealogia dessa família na narrativa, reforçando o que o próprio Le Goff, também já havia averiguado ao afirmar que as genealogias foram o primeiro meio de registro histórico.

2.1 Da memória histórica sobre as mulheres

A escrita histórica não deveria pautar os locais sociais de homens e mulheres, mas ocupar-se do registro dos fatos em função do evento em sua totalidade, desviando-se de um olhar sexista. Até porque, há um vínculo natural entre a história de homens e mulheres que não

deve ser ignorado pela história; entretanto o registro histórico formal, até meados do século XIX, constava de muitos nomes masculinos, bem como de muitos aspectos da vida masculina, mas pouco ou nada da vida feminina.

Isso decorre de uma condição social de subalternidade feminina, segundo a qual o encerramento da mulher no ambiente privado tornaria sua história irrelevante. Ocorre que, mesmo diante das inúmeras restrições existentes, muitas mulheres participaram ativamente da história do Brasil, e mesmo aquelas que se ocupavam da família e do lar têm direito à história.

Os reflexos desses condicionamentos vigoram ainda no presente, como se pode constatar pela baixa participação das mulheres no cenário político ou econômico, bem como na valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino. Nenhuma dessas condições denota desinteresse ou desqualificação da mulher, mas apenas reproduz um cenário de poucas oportunidades, posto que, seja no espaço público, seja no privado, os homens sempre gozaram de maior liberdade.

Elas só tiveram acesso à alfabetização muito depois dos homens, e ainda assim esse acesso privilegiou, inicialmente, as sinhas das famílias tradicionais. O mesmo aconteceu com a educação superior, o mercado de trabalho e os direitos políticos. Logo, as restrições e discriminações vividas pelas mulheres hoje, decorrem, em parte, da ausência de representações femininas que permitissem às mulheres e à sociedade brasileira avançar.

Ficaram, portanto, hiatos na história do Brasil, espaços vazios encontrados na história oficial, e na vida das mulheres. Eles, Le Goff os chamou de “silêncios da história”(LE GOFF, 1990, p. 109), descrevendo-os como a manipulação da história com vistas à perpetuação de convenções a partir do interesse de determinados grupos. Para o mesmo processo, Pollak usava o título de “enquadramento” da memória; por meio dele, os grupos sociais estruturavam documentos históricos para que estes perpetuassem não os fatos puramente, mas os valores pré-definidos com vistas à manutenção da configuração social existente.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9)

É o que se nota nas definições passadas acerca da posição da mulher, nelas se evidencia um reforço das estruturas passadas, segundo as quais, às mulheres cabiam as atividades secundárias e de pouca visibilidade. Essa secundarização foi, por muito tempo, pensada em função de condicionamentos físicos. O mito biológico descrito por Simone de Beauvoir

justificava a atribuição de posições inferiores às mulheres em razão das demandas da maternidade. De sorte que era normal ou natural pensar no passado das mulheres apenas no espaço privado, restringindo seus ofícios às atividades domésticas.

Todavia, as demandas da modernidade exigiram maior participação feminina nos espaços públicos, o que também permitiu a um número bem maior de mulheres vislumbrar novas possibilidades por isso, hoje se pode entender que o passado das mulheres precisa ser conhecido. Não se deve, no entanto, incorrer no erro de creditar interesse de tal estudo a um público restrito, nem tão pouco confundi-lo com uma exaltação imprópria das mulheres, posto que

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos. (DEL PRIORE, 2018, p. 7)

Não se busca, portanto, estabelecer um novo espaço de dominação, colocando agora as mulheres nos espaços dominantes, mas proporcionar um encontro com um passado possível, vivificado literariamente no romance *A mãe da mão de sua mãe e suas filhas*, a fim de que, cada mulher possa determinar o espaço que deseja ocupar. Não se trata de elevar romanticamente a figura feminina, mas de evidenciar a sua presença na história nacional para além da figura da mãe e da esposa, possibilitando a construção de uma representação diversificada, condizente com a vida feminina e, principalmente, capaz de motivar a desconstrução da estrutura de subalternização feminina perpetuada há séculos. Buscando, por isso,

[...] compreender a importância, isto é, dos grupos de gênero no passado dos sexos, histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la". (NATALIE DAVIS, 1975, *apud* SCOTT, 1995, p. 72)

A preocupação com a preservação da ordem social é mais uma das justificativas possíveis para essa anuência segundo Bourdieu, no que tange aos gêneros, coexiste uma relação de dominação e exploração que estipula duas classes de *habitus*:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. (BOURDIEU, 2012, p. 41)

A percepção desses estratos salienta a existência de uma padronização restrita das atividades femininas e masculinas. Entretanto, os questionamentos acerca do fechamento das atribuições do homem são pouco abordados dada a posição privilegiada que suas atividades ocupam por outro lado, dada a inferiorização da atividade feminina, tal fechamento impede sua ascensão, de modo que lhe resta ser a mãe, a esposa ou a filha de um grande homem.

Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres *não podem senão tornar-se o que elas são* segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada: é a elas que cabe a tarefa longa, ingrata e minuciosa de catar, no chão mesmo, as azeitonas ou achas de madeira, que os homens, armados com a vara ou com o machado, deitaram por terra; são elas que, encarregadas das preocupações vulgares da gestão quotidiana da economia doméstica, parecem comprar-se com as mesquinhas do cálculo, das contas e dos ganhos que o homem de honra deve ignorar. (BOURDIEU, 2012, p. 41-42)

Essa condição subalterna se consolidava e se perpetuava, principalmente, no interior das famílias. Nessa perspectiva, um romance que pretende ressignificar a participação feminina na história do Brasil, que tome por base a genealogia de uma família, já desconstrói por si, muitos paradigmas. Principalmente porque “Nas sociedades ditas ‘primitivas’, as genealogias são, muitas vezes, a primeira forma de história, o produto do momento em que a memória tem tendência a organizar-se em séries cronológicas” (LE GOFF, 1990, p. 67), utilizando com isso a mesma instituição (família) para desmistificar, desconstruir e reconstruir a figura da mulher brasileira.

2.2 A mulher no Brasil

Partindo da visão acerca da condição feminina na história oficial, analisar o romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* fornece-nos uma possibilidade de revisitação a um passado histórico habitado não somente por homens atuantes e mulheres inativas, mas por homens e mulheres socialmente envolvidos nos mais variados processos sociais, políticos e econômicos do Brasil, principalmente, levando-se em conta que, ao retratar a diversidade étnica brasileira em seu romance, Silveira oportuniza uma reflexão sobre essas representações de forma bem mais ampla. Por isso, é necessário fazer um pequeno recorte da situação da mulher no Brasil retratada pela História.

2.2.1 Colona

O período colonial não foi apenas o mais extenso da história do Brasil, mas também aquele com maior déficit de registros acerca da história das mulheres. O início desses registros se deu em princípio por meio das crônicas de Pero Vaz de Caminha, no entanto, a maior parte dos documentos históricos desse período foram produzidos pelos jesuítas, motivo pelo qual devem ser analisados com certo cuidado a fim de suprimir, ainda que parcialmente, as avaliações ideológicas e tentar percebê-las como construção étnica.

Falar das mulheres desse período requer a observação dos diferentes grupos sociais que compunham a população brasileira naquele momento. Em vista disso, apontaremos aspectos da vida das mulheres indígenas, negras e brancas em seus diferentes contextos. Todavia é necessário salientar que não podemos abarcar todos esses contextos, dado o grande número de etnias indígenas, por exemplo, existentes no Brasil em seus primeiros séculos, ou ainda, ao variado número de tribos e nações africanas, das quais vieram as negras escravizadas.

Principiemos pela mulher indígena, cuja história enfocaremos principalmente com base na tribo tupinambá.

Descrita como uma gerontocracia, a organização social dos Tupinambá, estudada em obra homônima por Florestan Fernandes, tornou-se conhecida como uma sociedade polígama, na qual a figura feminina era subserviente ao homem. Segundo o eminente sociólogo, entre os Tupinambás, o homem era responsável pela única voz de comando do grupo em matéria religiosa, nos assuntos da guerra e nas decisões importantes para a tribo, cabendo à mulher o plantio, a produção de cerâmica e alimentos, além do cuidado com a prole. A tese de Florestan Fernandes manteve-se incontestável por largos anos, até que, embalado pelos ventos promissores da história cultural, o antropólogo e historiador João Azevedo Fernandes pôs em xeque essa leitura androcêntrica da sociedade Tupinambá. Ao privilegiar em sua análise as regras que orientavam o casamento, uma das instituições mais importantes para esse povo indígena, Azevedo Fernandes inverteu o foco de observação, priorizando as mulheres. (SANTOS, 2020, p. 3-4)

A descrição de Fernandes aponta para uma problemática avaliativa inerente aos primeiros registros históricos referentes à cultura indígena: olhar a vida ameríndia a partir de uma perspectiva ocidental, mobilizando informações reais apresentadas, todavia, com o contexto subvertido. Essa subversão deriva da percepção do papel feminino nas sociedades europeias, o que não pode ser relativizado, pois a mulher indígena não estava tão restrita ao lar. Ela exercia os papéis domésticos em acréscimo a tantos outros, ao passo que, por ser responsável pela agricultura, trazia consigo também a atribuição de prover o lar, o que vai de encontro à premissa ocidental da inaptidão feminina ao trabalho.

Esse contraste entre as atividades realizadas pelas índias e pelas europeias se estende ainda aos índios, posto que a transmissão da cultura aos filhos era tarefa do homem nativo,

enquanto na cultura ocidental essa seria uma atribuição doméstica e, portanto, feminina. Freyre (2003, p. 13) destaca que “a produção artística era exclusiva ou principalmente dos homens [...] a construção da oca era seu trabalho mais duro”. Dentro dessa mesma perspectiva, Santos enfatiza a importância dos estudos de João Azevedo Fernandes.

Com base nos relatos dos cronistas (Azevedo Fernandes) que andaram pela América portuguesa nos primeiros séculos da colonização, esse autor demonstrou que as mulheres tinham um papel importantíssimo na escolha dos genros, aprovando ou vetando o pretendente, que se tornaria futuramente um dos guerreiros da tribo, uma vez que o noivo deixava o núcleo de origem para juntar-se à noiva na casa de seus pais. Esclarece que os grandes chefes tinham mais de uma esposa porque o exercício da liderança demandava, entre outras funções, a oferta de alimentos e acomodação para seus guerreiros. O volume das tarefas era inexecutável para uma única pessoa, por isso a primeira esposa concordava que o marido desposasse outras mulheres, que deviam obediência à mais antiga. Encarregadas das atividades agrícolas e do preparo dos alimentos, as mulheres confeccionavam também potes de cerâmica para armazená-los e eram as únicas responsáveis pela produção do cauim, bebida fermentada à base de mandioca, fundamental para as práticas rituais indígenas e que precediam as cerimônias religiosas e demais celebrações. Em suma, na divisão de papéis atribuídos ao masculino e ao feminino na sociedade Tupinambá, as mulheres expressavam/representavam o trabalho, a cultura; enquanto os homens estavam relacionados à caça e à natureza, em uma relação distinta e inversa daquela presente entre os europeus na época da colonização e que justificava, no outro lado do Atlântico, a submissão feminina. (SANTOS, 2020, p. 4)

Ocorre uma divisão de trabalho baseada no gênero, a qual não percebe a figura feminina como fraca ou incapaz, ao contrário, suas tarefas diárias são constantes e em maior número que as dos homens. Essa configuração destoa da comumente verificável na cultura ocidental, mas não impedia que também as indígenas vivessem sob o mando masculino: “nas reuniões, guardavam completo silêncio e aprendiam a seguir os desígnios do mundo masculino” (RAMINELLI, 2018, p. 21-22). Até por isso, os jesuítas acreditavam ainda existir entre este povo pagão alguns traços da ordem divina.

A relevância do trabalho feminino na cultura indígena ganha ainda mais visibilidade aos olhos ocidentais quando se inicia o processo de escravização dos nativos, pois, ao destinar aos homens o trabalho braçal, responsabilizando-os, principalmente, pelo plantio e pela colheita de mantimentos, descobriram sua inaptidão para essas tarefas. O que pode ser facilmente compreendido levando-se em conta que não havia em sua formação tal preparação, os homens eram guerreiros e caçadores, mas não agricultores. A mulher indígena também foi escravizada e teve um papel essencial para a subsistência da colônia portuguesa nos anos de 1500⁴, sendo usada ainda, por muito tempo, como escrava sexual.

⁴ Sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa do Brasil, maior foi a utilidade social e econômica da mulher que a do homem indígena. Este se retraiu quase por completo aos esforços dos colonos e mesmo aos agrados dos padres para o incorporarem à nova técnica de exploração econômica e ao novo regime de vida social. Melhor ajustamento se verificou da parte da mulher; o que se compreende, dada a sua superioridade técnica entre os povos primitivos; e dada a sua tendência maior para a estabilidade entre os povos

Nos primeiros anos da ocupação portuguesa a presença feminina esteve quase totalmente restrita à figura indígena. Somente a partir de 1532, quando de fato inicia-se o processo de colonização, a presença de mulheres ocidentais cresce, mas elas não foram as únicas. Foi também no século XVI que os primeiros escravizados negros foram trazidos da África.

Essa mulher ocidental branca se instala no Brasil como colonizadora, civilizada e cristã. Aqui, encontra mulheres indígenas e negras em posição de colonizadas, escravizadas e pagãs. Logo, a condição feminina por si não basta para as estudar apenas como mulheres; existiam convenções sociais que criaram uma hierarquia feminina, em que a mulher branca e ocidental ocupava o topo. Muito embora nem todas fossem ricas ou pertencentes à corte, a simples condição de mulher branca era suficiente para que lhe dispensassem certo respeito, enquanto índias e negras eram prostituídas e exploradas.

Diversamente da posição da ameríndia, a europeia estava restrita ao lar e, distante das atividades produtoras, ocupava-se com o cuidado da família e o comando da casa, no entanto essas atividades eram comuns, necessariamente, entre as mais ricas, visto que as mais pobres, por vezes, além do cuidado com a casa e a família, precisavam exercer alguma atividade rentável que lhes permitisse auxiliar no sustento da família. À vista disso, por serem mais abastadas, as primeiras eram também mais vigiadas e privadas de sua liberdade, viviam sempre sob a tutela de algum homem, pai, irmão, tio, esposo.

Associadas à natureza, às emoções, as mulheres eram consideradas, no velho mundo, desde a Antiguidade, seres propensos a desatinos e ao desgoverno, enquanto os homens eram tomados como a expressão da razão e do equilíbrio. Por este motivo, julgava-se imprescindível que as mulheres vivessem sob a tutela do pai, do esposo, do irmão mais velho, de um tutor ou instituição designada especialmente para a função. Nunca por conta própria. O espaço público era consagrado, portanto, à figura masculina, assim como o exercício das atividades profissionais livres e remuneradas, fossem cargos públicos, postos de comando, fosse algum ofício liberal ou mecânico. Das mulheres esperava-se dedicação integral à casa e à família, ou seja, total atenção às tarefas do lar e ao cuidado da prole, além dos idosos adoentados. (SANTOS, 2020, p. 4)

Por outro lado, as mais pobres, mesmo privadas de melhores condições de vida, dispunham de maior liberdade, tanto de trânsito, quanto sexual, no entanto, vale ressaltar que a ausência de liberdade não impediu que muitas senhoras da corte mantivessem escravos sexuais. Isso se deve às restrições a que eram impostas dentro do casamento o sexo com a esposa era,

nômades. A toda contribuição que se exigiu dela na formação social do Brasil - a do corpo que foi a primeira a oferecer ao branco, a do trabalho doméstico e mesmo agrícola, a da estabilidade (estado por que ansiava, estando seus homens ainda em guerra com os invasores e ela aos embolésus, de trouxa à cabeça e filho pequeno ao peito ou escarranchado às costas) - a cunha correspondeu vantajosamente. Entre os seus era a mulher índia o principal valor econômico e técnico. Um pouco besta de carga e um pouco escrava do homem. Mas superior a ele na capacidade de utilizar as coisas e de produzir o necessário à vida e ao conforto comuns. (FREYRE, 2003, p. 184)

principalmente, para procriação e para o prazer do homem e não cabia à mulher manifestar qualquer forma de desejo.

A ligação da mulher branca ao homem foi condicionada de tal forma que, a cada etapa de sua vida, ela devia submeter-se a um novo homem. Dessa forma, antes da menstruação, devia sujeitar-se ao pai, irmão ou ao seu tutor; depois estava apta para o casamento, e passaria à tutela do marido. Todavia, aquelas que não conseguissem se casar eram, por vezes, internadas em conventos.

Todas essas restrições sexuais contrastavam fortemente com a percepção que a indígena tinha sobre o próprio corpo, pois não estavam atadas à virgindade como as europeias. Enquanto solteiras, experimentavam os prazeres do sexo quando e com quem desejassem, “as moças podiam manter relações com rapazes e aventureiros europeus sem que isso provocasse sua desonra” (RAMINELE, 2018, p. 20). Assim, se, para o europeu, a mulher deveria manter-se casta até o casamento, para os índios, antes do casamento, as mulheres eram livres para escolher seus parceiros.

Após o casamento, no entanto, deveriam manter uma relação de fidelidade com os esposos, pois eles costumavam vigiá-las (RAMINELLI, 2018, p. 20). Ainda assim, diversamente das europeias, o sexo não lhes servia apenas para procriação, mas também para o prazer. E mesmo na velhice, quando não suprimiam seus desejos e encarregavam-se da iniciação sexual dos mais jovens, “Gabriel Soares de Sousa conta que as velhas se aproximavam dos garotos com mimos e regalos, e ensinavam a fazer o que eles não sabiam, ficando com eles a qualquer hora, seja durante o dia, seja durante à noite” (RAMINELE, 2018, p. 27).

No Brasil colonial, a presença de mulheres livres no espaço público era conveniente apenas em aparições rápidas, em sinal de recato, e se acompanhadas do pai, marido ou tutor para protegê-las dos olhares curiosos. A honra de uma mulher era medida por seu pudor e usada como moeda de troca no mercado matrimonial que, em regra, era assunto dos interesses econômicos e políticos dos homens, e desconsiderava a opinião feminina. O dote da noiva determinava o status social do pretendente, atraindo ou não para o grupo familiar o capital financeiro e simbólico almejado. Em franca desvantagem, as órfãs pobres recebiam o apoio da Coroa, que lhes pagava um dote para que atraíssem um parceiro capaz de mantê-las. O gesto não era apenas um ato de caridade, tornou-se também uma das estratégias para garantir, nas regiões do Império ultramarino, colonos portugueses fiéis à Sua Majestade. Era ainda uma medida para reduzir a multiplicação de amancebamentos entre portugueses e índias, denunciados pelos padres da Companhia de Jesus. (SANTOS, 2020, p. 4)

No trecho acima, Santos destaca a um só tempo a dependência da mulher ocidental ao homem, bem como o contraste existente entre ricas e pobres por meio da exposição acerca do mercado matrimonial. As mais ricas eram negociadas por seus pais, com vistas a interesses próprios e sem direito de opinar, enquanto as pobres órfãs eram negociadas pela coroa, a fim

de garantir o maior número possível de colonos portugueses. Destaca ainda a importância dada ao recato e ao encerramento feminino no ambiente privado.

As mulheres negras também estavam restritas aos espaços privados, mas sob condições muito diferentes. A posição de escravizadas encerrava-as em senzalas ou pequenos quartos da casa grande as restrições a que estavam sujeitas não advinham apenas da condição feminina, mas, primeiramente, da escravidão.

Forçadas à reprodução, à lactação, à prostituição, as negras escravas também eram submetidas à labuta do roçado, ao trabalho da construção civil, às lides do serviço doméstico ou à refrega do comércio ambulante, conforme determinado pelos proprietários. Mas as duras limitações impostas pela longa travessia do Atlântico e pelo cotidiano entre a casa-grande e a senzala engendraram mecanismos de adaptação e resistência. À sombra das irmandades, dos terreiros de candomblé, as mulheres escravizadas edificaram redutos para manutenção de práticas religiosas capazes de conservar valores africanos, amenizando assim o sofrimento causado pela ruptura dolorosa com a terra natal e criando mecanismos de apoio mútuo para a população escrava, inclusive para que obtivessem a sonhada liberdade. (SANTOS, 2020, p. 9)

Essas mulheres vinham de diferentes regiões do continente africano e foram exploradas de diversas formas, tendo perdido não só o direito à liberdade, mas também o direito a sua identidade. Deveriam reproduzir-se para abastecer as senzalas de seus senhores; amamentar os filhos da casa grande, para que os seios de suas sinhás não perdessem o viço; prostituir-se ora para satisfazer seus senhores, ora para iniciar os jovens nas práticas sexuais; e realizar quaisquer outras tarefas que lhes fossem imputadas. “Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem”. (FREYRE, 2003, p. 415)

Elas, tal qual os negros, foram retiradas de suas terras e das posições que lá ocupavam para serem sobrepujadas. Muitas, devido aos conhecimentos adquiridos antes da escravização, conseguiam desempenhar outras tarefas, trabalhavam como comerciantes, cozinheiras, amas de leite, lavadeiras e engomadeiras⁵, por exemplo. Trabalho que lhes garantiu a renda necessária para colaborar com a libertação de muitas escravas e escravos. Através de acordos estabelecidos com seus senhores, elas conseguiam economizar o suficiente para conseguir a manumissão.

⁵ “Almejada por todos os escravizados, a manumissão era vista com um ato de caridade pelo senhor e como uma conquista para os cativos. A trajetória de muitas ganhadeiras comprova o dito. Usaram a própria lida para reescrever o destino traçado pelo cativo, auferindo somas capazes de comprar a própria alforria. Trabalhando como cozinheiras, amas de leite, lavadeiras, engomadeiras e vendedeiras de alimentos crus ou cozidos, as ganhadeiras movimentavam a vida urbana das vilas e cidades coloniais, auferindo somas diárias significativas para os donos. Acordada previamente, a renda proveniente do trabalho realizado era entregue ao senhor, mas o montante obtido além da quantia fixada pertencia à escrava de ganho, que podia ou não viver sob o mesmo teto do proprietário. Embora a mão de obra masculina fosse mais valorizada do que a feminina, quando o assunto era o comércio ambulante, os senhores tinham franca preferência pelas mulheres, consideradas mais ladinas para o ofício do que os homens”. (SANTOS, 2020, p. 9-10)

Livres e autônomas, as mais prósperas tornaram-se proprietárias de sobrados e de escravos, desafiando as regras socialmente previstas para as mulheres. Ligando-se às irmandades de pretos forros, estimularam devoções marianas, como a de Nossa Senhora da Conceição e a da Virgem do Rosário. À frente de seus núcleos familiares, concederam ou propiciaram, após a morte, alforrias aos próprios escravos. A trajetória singular dessas “sinhas pretas” foi, no entanto, um produto das cidades mineiras enriquecidas em decorrência da mineração. Na sociedade escravista colonial, a figura feminina era, na esmagadora maioria dos casos, submetida à ordem patriarcal. Mas como se pode apreender de algumas peças do precioso acervo documental do Arquivo Nacional, reagiram aos mandos e abusos do poder masculino, direta ou indiretamente. (SANTOS, 2020, p. 10-11)

Como exposto, muitas destas negras não só conseguiam a própria liberdade como também se aliavam a movimentos quilombolas com vistas à libertação de outros negros. No entanto, essas eram minoria; a maioria esmagadora das negras que viveram durante a colônia, nasceu e morreu sob o jugo dos senhores.

2.2.2 *Imperialista*

O império brasileiro tem como marco inicial a Proclamação da Independência em 1822, mas, para melhor explorar as mudanças consolidadas na vida feminina nesse período, é necessário voltar ao período colonial. Especificamente, ao Período Joanino, inaugurado em 1808 com a chegada da corte portuguesa ao Brasil. Fugindo das perseguições napoleônicas, toda a corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro e seu imperador D. João VI, ainda antes de chegar ao Rio, determina a abertura dos portos às nações amigas. Tal decisão impactou decisivamente na configuração econômica da colônia, que passou a negociar diretamente com outras nações.

A chegada da corte revelou a necessidade de desenvolver culturalmente o país, visto que a corte estava habituada a bailes, óperas e concertos. Para tal, junto à realeza desembarcaram também diversos artistas portugueses que implementaram o sistema cultural nacional. Ocorre que, dos aspectos da vida feminina levantados até aqui, percebe-se que seu encerramento nos espaços privados era uma exigência social às mulheres da elite. Todavia, a criação de um cenário cultural nacional possibilitou a uma parcela das mulheres a ocupação de determinados espaços públicos.

No século XIX, a vida da mulher da camada senhorial sofria algumas modificações, à proporção que se intensificava o processo de urbanização. Embora nenhuma alteração profunda se tivesse produzido em sua posição social, já não vivia reclusa na casa-grande. O ambiente da cidade propiciava mais contatos sociais nas festas, nas igrejas, nos teatros. A família patriarcal perdia sua dimensão rígida, permitindo à mulher desenvolver certo desembaraço de atitudes. Todavia, não se cuidava de sua instrução; apenas se acrescentava ao ideal de educação doméstica o cultivo da conversação, que permitiria à mulher ser agradável nas reuniões. (SAFFIOTI, 1976, p. 95)

Saffioti aponta em sua declaração uma preocupação corrente nas elites brasileiras: já não bastava saber bordar ou organizar a casa, era necessário que as mulheres soubessem conversar. Portanto, ainda que não se cuidasse da educação das meninas, com a presença da realeza e a realização de eventos pela corte, surgiu uma nova demanda de saber feminino que impactava diretamente no status das grandes famílias. Nesse momento, ainda que timidamente, acentua-se a preocupação com a educação das meninas, muito embora tal preocupação não se aporte no interesse pela qualidade de vida da mulher, mas simplesmente na imagem que ela deveria passar à sociedade e à corte, agora que sua presença nos espaços públicos era uma realidade.

Entretanto, essa nova demanda não anula as anteriormente apresentadas que, na verdade elas são intensificadas, pois apresentar-se em público requeria, além de tudo, o cuidado com a aparência e a vestimenta. Logo, fica claro que essa presença pública servia, entre outras coisas, como vitrine, na qual maridos poderiam exhibir suas esposas e pais negociar suas filhas.

Ao longo do século XIX, saber tocar um instrumento musical, em especial o piano, tornou-se um imperativo para meninas bem situadas socialmente. Além de introduzir certa disciplina corporal e ajudar a passar o tempo, saber tocar piano seria considerado, na vida adulta, sinônimo de refinamento cultural. Nas cidades, a aprendizagem da escrita e da leitura do vernáculo ocorria com o auxílio de um preceptor, que ensinava as crianças da família e, raras vezes, com o auxílio da mãe. Algumas noções de um segundo idioma, quase sempre o francês, eram também um sinal de status. Era ideia corrente que tais saberes e habilidades proporcionariam à moça um “casamento melhor”, ou seja, com um partido de mais posse. (AREND, 2016, p. 67)

O que Arend explicita, reforça que nenhuma dessas transformações, ocorridas na vida feminina no início do século XIX, tinha por finalidade o seu próprio bem-estar; sua perspectiva futura continuava restrita ao casamento e vinculada à vigilância masculina. Contudo, isso não diminuía a importância do trabalho que realizavam, nem das habilidades necessárias para desempenhá-lo. Elas já eram responsáveis por coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no ambiente doméstico como a fiação, a tecelagem, a confecção de rendas e brocados, o cuidado com as crianças e com os animais domésticos, o preparo das refeições tanto da casa grande quanto das senzalas, bem como a organização dos eventos familiares. Por isso, Saffioti (SAFFIOTI, 1976, p. 92) assevera que é precipitado e generalizante afirmar que estas eram mulheres passivas, pois

Tudo isto, que constituía o domínio próprio, o universo social e cultural da mulher, dificilmente permitiria às mães a indolência e a passividade atribuída a elas. Em quase todo o país a vida era dura para a maioria e da mulher esperava-se que desempenhasse seu papel direta e constantemente. (SAFFIOTI, 1976, p. 92)

Com esse posicionamento, Saffioti refuta algumas acusações⁶ segundo as quais as mulheres brasileiras seriam preguiçosas, deixando claro que o volume de atribuições domésticas a que estavam sujeitas divergem em número e em complexidade do que se trata hoje por trabalho doméstico, posto que não dispunham de tempo para serem indolentes, pois, se eram ainda meninas, precisavam aprender a coordenar uma casa e realizar as tarefas domésticas, e, se já fossem adultas, tinham que executar diariamente o que aprenderam. Mas havia tempo para serem mais e assumir em alguns momentos as atribuições e tarefas de um marido morto ou inválido.

Não somente houve casos frequentes em que as viúvas tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes genuínas, mas também casos em que a esposa de um homem incapaz ou incapacitado tomou seu lugar na chefia da família. Mesmo na história política do país há vários exemplos de mães de família com vigorosas habilidades para a liderança, como, por exemplo, Dona Josefa Carneiro de Mendonça, um dos líderes da revolução liberal de 1842, em Minas Gerais. Em algumas das zonas privilegiadas pode ter-se desenvolvido, entre os estratos sociais mais altos, o ilusório tipo de senhora voluptuosa que forneceu à Sociologia seu estereótipo. (SAFFIOTI, 1976, p. 92)

Se, por um lado a vida das mulheres da elite apresentou discretas mudanças, a das mais pobres pouco mudou, pois elas já dispunham de maior acesso aos espaços públicos em virtude da necessidade de trabalhar para prover ou auxiliar no sustento de suas famílias e essa necessidade se conservou. Às mais pobres não interessava o ensino de música ou línguas, elas aprendiam o estritamente necessário à sobrevivência ou ao desempenho de determinado ofício.

A partir dos 4 ou 5 anos de idade, começavam a auxiliar nas lides domésticas, com os animais (galinhas, vacas, porcos) e no cuidado de outras crianças. Nas cidades também saíam a vender mercadorias junto dos adultos, auxiliavam na lavagem de roupas das famílias de mais posses ou eram postas para pedir esmolas. Algumas aprendiam ofícios considerados especializados, tais como a tecelagem e a costura, os relativos a partos e benzeduras e as habilidades para produzir quitutes populares que seriam vendidos em tabuleiros ou barraquinhas nas ruas. (AREND, 2016, p. 68)

Novamente podemos perceber certa vantagem das mulheres pobres e das negras em detrimento das ricas sob o aspecto liberdade. É certo que o futuro das mais abastadas estava assegurado, mas não passava por suas mãos, nem por suas vontades, enquanto as mais pobres, embora impelidas pela necessidade, poderiam aprender um ofício e viver do próprio trabalho. Para as negras, principalmente, o trabalho representava liberdade, pois, elas entendiam que a especialização de suas atividades lhes traria certas vantagens e maior liberdade, portanto, empenhavam-se na escolha de um ofício e na sua capacitação.

Mas estas reivindicações de liberdade ou acesso ao mercado de trabalho não motivavam essas mulheres, que viviam em condições privilegiadas e não enxergavam ganho em tais

⁶ Visitantes europeu, em visita ao Brasil – um tanto preconceituosos-, registraram que as meninas brasileiras eram preguiçosas, mandonas e desprovidas de encantos. (AREND, 2016, p. 67)

demandas, de modo que, eram por vezes mais conservadoras que os homens, principalmente se levarmos em conta que os filhos eram enviados para estudar na Europa e não as filhas, de modo que eles tinham contato com os ideais e as necessidades da vida moderna, enquanto elas continuavam atreladas às velhas práticas e perpetuavam o ideário patriarcal na criação de seus filhos.

O que era universal na sociedade escravocrata brasileira, quer a mulher desempenhasse papéis úteis, quer levasse vida ociosa, era a aceitação, por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher encaminhava-a para essa submissão. (SAFFIOTI, 1976, p. 93)

Se, para as elites brasileiras, o casamento constituía uma aliança vantajosa para a família da noiva, para as escravas, casamento possuía função distinta. Ao chegarem ao Brasil, debilitadas e por vezes doentes, as negras escravizadas eram incumbidas de diversas funções, algumas trabalhavam nas lavouras, outras no comércio, outras nas cozinhas, mas independentemente de sua ocupação, todas estavam sujeitas à vontade de seus senhores. Por isso, a instrumentalização de seu corpo por seus donos era constante. Nesse sentido o casamento servia-lhes, principalmente, como mecanismo de proteção.

Pois elas acreditavam que a presença de um marido poderia inibir o assédio de outros homens. Em certa medida, era de fato uma união vantajosa, posto que o casamento, para muitas etnias africanas, configurava a união de famílias, de modo que se formava com ele um grupo coeso e unido em prol da defesa mútua, por outro lado, não haveria muito que um marido pudesse fazer quando um senhor desejasse se deitar com sua esposa. Mas, parte dos proprietários de escravos não se opunham ao casamento deles, inclusive os impunha, em alguns momentos, e ofereciam certas vantagens aos casais.

Convencidos de que assim evitariam fugas e revoltas, os grandes proprietários passaram a deixar os casais viverem fora das senzalas coletivas, em pequenas chouças de pau a pique. Era certamente vantajoso para as escravas obter uma casinha e espaço propício a uma roça, e com isso, garantir uma melhor alimentação para suas crianças e, eventualmente, com a venda do excedente, vir a comprar a própria alforria e a de seus filhos, como já era costume na sua terra de origem. (DIAS, 2016, p. 366)

Mas essa estratégia não era uma opção adotada por todas; havia as que preferiam resistir e fugiam para se juntar aos quilombos ou manifestavam-se contra seus senhores. Ao passo que muitos proprietários de escravos temiam ser envenenados por suas escravas. Dentre essas mulheres, Dias (2016, p. 374) cita histórias como a de Josefa, que em 1864 agrediu e ameaçou com uma foice sua senhora por ter ordenado que se encerrasse uma festa, pois já estava tarde, ou Anna que em 1876, juntamente com outros escravos, assassinou seu senhor por ser, segundo eles, um homem muito mau.

A resistência, com isso, não era uma manifestação por ascensão social ou pelos direitos das mulheres, mas sim uma premissa necessária à sobrevivência, visto que suas condições de vida as expunham a diversos riscos. “Se, durante o dia, recebia as chicotadas dos capatazes, que ditavam o ritmo das atividades, à noite eram marcadas pelas pancadas do marido, ou as investidas dos companheiros de plantel” (DIAS, 2016, p. 375).

A resistência delas, bem como de todos os escravos e demais grupos abolicionistas, não se encerra, porém, alcança grandes vitórias, em 1850, como a proibição do tráfico negreiro e a maior delas, a abolição da escravidão do Brasil, em 1888.

A Abolição apresentou significados diversos para a mulher negra e para a mulher branca em virtude do fato de as mudanças operadas no sistema de estratificação em castas não serem acompanhadas, no mesmo grau, por mudanças na estratificação à base do sexo. Com efeito, a mulher negra ganha, com a deterioração da sociedade de castas, pelo menos a liberdade formal que lhe era negada anteriormente. Ascende, neste sentido, tanto quanto o ex-escravo. Situa-se abaixo deste, entretanto, do mesmo modo que a mulher branca, em virtude de não atingir, pelo processo de emancipação das «raças negras», a plenitude dos direitos de pessoa humana. O ex-escravo seria, no novo regime, considerado cidadão brasileiro para efeitos eleitorais, enquanto a mulher, tanto branca quanto negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo. Neste sentido, se a Abolição constituiu uma emancipação precária e incompleta para a mulher de cor, representou, para a mulher branca, uma descensão relativamente ao homem negro (SAFFIOTI, 1976, p. 95)

As mudanças inauguradas durante o império na vida da mulher brasileira, embora tímidas, são em verdade a base para o porvir, constituindo, principalmente, uma abertura no amálgama das representações femininas existentes no país. O trabalho feminino e especializado como fonte de ascensão da mulher dentro dos espaços públicos, bem como o acesso destas ao ensino superior fora e dentro do país, constituem aberturas que adiante possibilitaram as maiores conquistas femininas.

2.2.3 *Republicana*

A maior porta aberta, ainda no império, para a ampliação dos direitos da mulher foi o acesso à educação garantido pela Lei Geral do Ensino em 1827 (ROSEMBERG, 2018, p. 333-359), por meio da qual as meninas poderiam ser alfabetizadas em escolas femininas. Embora configure um avanço, a segregação sexual constituiu um limitador devido ao número reduzido de escolas especializadas e de professoras.

Foi um avanço significativo e fundamental, entretanto, pouco valorizado à época. Sobretudo, considerando que as mulheres que se empenhavam pelo acesso das meninas à educação resumiam-se a um pequeno número de mulheres educadas, o que justifica o baixo índice de mobilização pelo fim da segregação sexual na educação. Entretanto, ainda que poucas,

essas mulheres educadas buscaram dar visibilidade à causa. Entre elas, Nísia Floresta, que ainda durante o Império, alertava para o alto índice de desigualdade existente no sistema educacional, tomando por base o Quadro Demonstrativo das Províncias do Império e dos Municípios da Corte de 1852, segundo qual dos 55 mil alunos matriculados em escolas públicas, apenas 8.433 eram mulheres (ROSEMBERG, 2016, p. 338). A causa dessa desigualdade é variável, visto que não se tratava apenas de uma questão institucional, mas, principalmente, cultural, fincada sobre o olhar da família, da igreja, do estado, e da própria mulher acerca de seu papel.

A premissa, mais antiga e mais resistente, sobre as funções femininas referia-se aos trabalhos domésticos, portanto, uma parcela considerável dessas instâncias sociais - família, igreja, estado - não via utilidade na alfabetização das mulheres. Nesse sentido, um dos fatores responsáveis pela abertura do sistema educacional para as mulheres firma-se sobre a assimilação de uma nova perspectiva: mulheres instruídas podem educar melhor seus filhos e, por conseguinte, desempenhar com maior eficiência o papel materno.

Porém, nem sempre a defesa do acesso e progressão das mulheres à educação formal foi sustentada por razões emancipatórias para além da função doméstico-maternal. Durante os séculos XIX e XX, e mesmo nesse início do terceiro milênio, tem sido possível encontrar a justificativa de que se deve investir na educação da mulher porque “mulheres educadas são melhores mães”. (ROSEMBERG, 2016, p. 338.)

Ainda que tal demanda não ocupasse tanto espaço no ideário feminino da época, espaços continuaram a surgir para as que o buscavam. Foi assim que, em 1887, Rita Lobato se graduou em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, o que só foi possível em virtude da implementação da Lei Leôncio de Carvalho de 1879, a qual instituiu o acesso feminino ao ensino superior no Brasil (ROSEMBERG, 2016, p. 337).

Cabe ressaltar, que além do acesso à educação, a necessidade de mão-de-obra barata, também foi responsável pela abertura do espaço público para as mulheres. Ainda nos fins do século XIX, mas, principalmente, no século XX, a abertura do mercado de trabalho para a mão de obra feminina e infantil estabeleceu novos paradigmas para a vida das mulheres. É certo que o trabalho já era uma realidade para as mulheres pobres, contudo, essa necessidade de trabalhar partia de uma demanda particular, a necessidade de se autossustentar e agora se torna uma demanda da esfera pública.

Um movimento, iniciado ainda no século XVIII, na Europa, despertou o interesse do mercado na utilização da mão-de-obra feminina, a Revolução Industrial. As demandas da modernização do processo fabril apontavam para a insuficiência da mão-de-obra existente e ainda para seu grande custo; a possibilidade de inserir mulheres e crianças nesse campo solucionava as duas questões, posto que a inferiorização das capacidades femininas, defendidas inclusive pela ciência, justificava a desvalorização de seu trabalho, que era, por isso, mal

remunerado. Embora essa desvalorização acentuasse ainda mais as desigualdades de gênero, legitimava a presença feminina em ambientes públicos e abria espaço para novas demandas.

A modernização do parque industrial se inicia no Brasil entre os séculos XIX e XX. Pertencem a esse período, também, outras conquistas femininas, como o já comentado acesso à educação básica e superior, o direito ao voto e à contracepção.

Os questionamentos sobre a restrição das mulheres ao espaço privado (casa) e ao cargo de esposa, mãe, e cuidadora foram, em boa parte, desencadeados pelas atuações de movimentos feministas, especialmente a partir da década de 1960, e impulsionados pelas mudanças socioeconômicas e demográficas, que repercutiram no interior da família. Assim, aspectos como a expansão da presença feminina no mercado de trabalho, a ampliação da escolarização e a participação das mulheres no domínio da política, a separação entre o exercício da sexualidade e da reprodução (com a disseminação da contracepção hormonal) entre outros, são destacados como impulsionadores de uma (re)configuração da identidade feminina. (ROCHA-COUTINHO, 2000, *apud* COUTO E SCHRAIBER, 2013, p. 49)

Um dos nomes estreitamente relacionados a esses movimentos feministas, e conseqüentemente às conquistas alcançadas por eles, é o da cientista Bertha Lutz, que ao concluir seus estudos na Europa retorna ao Brasil e inicia sua campanha pela emancipação feminina (SOIBET, 2016, p. 219). Ela foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922. A fundação tinha por reivindicação a promoção da educação feminina, a proteção às mães e à infância, a proteção legislativa do trabalho feminino, a socialização e a cooperação entre as mulheres, além de garantir às mulheres seus direitos políticos (SAFFIOTI, 1976, p. 145).

Dentre todas essas demandas, a que provavelmente encontrou maior resistência foi a aquisição de direitos políticos, as discussões em torno de tal questão ganharam relevo já na Assembleia Constituinte de 1891, segundo a qual todo cidadão brasileiro teria direito ao voto, o que, aparentemente, incluiria as mulheres, constituindo-se em uma das quais Myrthes de Campos e Leolinda Daltro valeram-se para tentar exercer o direito ao voto. Contudo, suas tentativas foram frustradas e declaradas inconstitucionais pelo congresso (SOIBET, 2016, p. 219).

O que essas mulheres buscavam nesse momento, só começaria a ganhar forma durante o governo provisório de Vargas, no qual o novo código eleitoral foi elaborado, em 1932, com participação de Bertha Lutz, acompanhamento atento da FBPF, a incorporação ao texto constitucional de 1934 (SOIBET, 2016, p. 226).

Pelas décadas seguintes, as reivindicações feministas uniram-se às reivindicações da sociedade em geral pela democracia, em virtude dos mais de 20 anos de ditadura militar, e estendem-se até hoje. De modo que o muito já conquistado não foi capaz de extirpar as

desigualdades de gênero; na verdade, um dos efeitos dessas conquistas foi o enfraquecimento da mobilização e da cooperação feminina.

Isso ocorreu porque algumas mulheres consideraram suficientes as conquistas já alcançadas e ignoram que as desigualdades sociais impedem que muitas mulheres possam exercer de fato alguns desses direitos já legitimados. O que se pode dizer, por exemplo, do acesso à educação superior que está diretamente ligado ao acesso à educação básica de qualidade. Outras, simplesmente, já não veem necessidade de distinguir o direito das mulheres do direito dos homens e acreditam que a luta pelo direito do ser humano já não precisa se prender às questões de gênero. Muito se deve, também, à crescente escalada do pensamento conservador, no século XXI, propagado por diferentes dimensões sociais, cujos adeptos – tanto homens, quanto mulheres – refutam alguns dos princípios da emancipação feminina.

Esses fatores colaboraram para que a busca pelo direito feminino se tornasse mais individualizada ou fragmentada. A exemplo disso, Maria da Penha, a partir de sua própria história, conseguiu o endurecimento da legislação para os casos de violência contra mulher com a implementação da lei **nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 que**

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.⁷

O fato é que a história das mulheres – ainda que a historiografia tenha guardado silêncio por muito tempo – existe e é, antes de mais nada, história. E, como tal, deve ser contada, não para exaltar, mas sim para se fazer conhecer, principalmente, porque a mulher do século XXI ainda precisa se esforçar mais que os homens para conseguir o reconhecimento e a igualdade devidos. Nesse sentido, a história, ao mostrar o muito alcançado instaura na geração presente o desejo de conquistar mais e de sonhar com um porvir mais justo.

⁷Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acessado em: 13/02/2021.

3 AS INTERSECÇÕES E CONFLUÊNCIAS ENTRE FICÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA EM *A MÃE DA MÃE DE SUA MÃE E SUAS FILHAS*

Desde o título, o romance sugere a presença de uma relação genealógica extensa, também verificável no título dos capítulos, que assinalam, ainda, o período em que viveram as personagens. No primeiro deles, Inaiá (1500-1514), tem-se o marco inicial da história das mulheres da família, cujo fechamento estimado ocorre em 2019 no capítulo Amanda (2002-...); somando, com isso, 519 anos de história.

É essa construção genealógica iniciada concomitantemente ao nascimento do Brasil, que viabiliza uma abordagem das intersecções e confluências entre ficção, história e memória. Visto que, a ficção (história das mulheres da família) se localiza dentro de um contexto que abrange diversos marcos da história brasileira, pertencentes não só à história formal, mas, principalmente, à memória nacional. Essas intersecções se estendem a todas as personagens, de modo que, ao longo de todo romance, vê-se lado a lado, a história dessas mulheres e a história do Brasil.

Vale assinalar, também, que o romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* teve sua primeira edição publicada em 2002 com a declarada pretensão de demonstrar as diversas posições ocupadas pelas mulheres dentro da história do Brasil. Dezesete anos depois, em 2019, a autora publica uma segunda edição da obra, à qual foi acrescida de mais um capítulo, “Amanda”.

Algumas modificações de cunho estrutural, que ampliaram a possibilidade de uma abordagem teórica da memória autobiográfica à ficção, resultaram desse acréscimo; tais como: a alteração dos interlocutores do diálogo que motiva a narrativa.

Essa compreensão pode ser alcançada a partir da localização da narradora da primeira edição da obra, qual seja Maria Flor; que, mesmo narrando sua história em terceira pessoa, pode ser identificada pelo contexto. Por outro lado, igual percepção não dispõe de base para se sustentar na análise da segunda edição do romance em virtude da presença de dois capítulos finais, nos quais se nota uma dissimilitude entre as vozes narrativas, a qual só pode ser explicada pela presença de uma segunda narradora não simultânea.

A segunda edição é, portanto, narrada como um relato recontado, no qual uma nova narradora conta a história das mulheres da família a seus, igualmente novos, interlocutores. O que faz, inicialmente, assumindo a posição antes ocupada pela sua mãe e primeira narradora, repetindo o discurso dela palavra por palavra para, no capítulo final, construir seu próprio discurso.

É a partir da presença dessas duas narradoras que se pode admitir a existência de dois pontos de memória autobiográfica, referentes à narrativa da vida delas: o primeiro, com Maria Flor e, o segundo, com sua filha, Amanda, uma vez que nesses dois capítulos os fatos narrados chegam ao conhecimento das narradoras por meio da experiência direta.

Além da memória autobiográfica, levando-se em conta que esta narrativa abarca um espaço-tempo muito amplo, a narradora pode tratar a maior parte dos eventos da história nacional que acompanham a narrativa como memórias históricas, visto que os toma de uma posição futura.

Nessa abordagem, contudo, ao observar o volume de informações levantadas e o tratamento dado aos fatos históricos dentro da narrativa, vê-se com grande inquietação e curiosidade as descrições feitas pela narradora. A profundidade de sua visão gera dúvidas, ao ponto de considerarmos, ainda que a narrativa e lógica não o permitam, que ela esteve presente em todas essas situações, que conviveu pessoalmente com cada personagem.

Nesse sentido, considerando-se a distância entre o tempo da coisa contada (presente da narradora) e o tempo da coisa narrada (presente da narrativa das mulheres) constata-se que o ponto de vista expresso pela narradora transpõe sem quaisquer dificuldades os entraves que essa distância poderia ocasionar, exprimindo acontecimentos internos e externos às personagens, e ainda seus pensamentos e sentimentos.

Essa perspectiva do narrador sobre a *diegese* foi tratada pelo crítico literário Gérard Genette (2017, p 263-264) como focalização, correspondendo à ciência do narrador em vista dos fatos narrados. O crítico estabelece, ainda, uma distinção entre três modelos de focalização: focalização interna, focalização externa e focalização zero ou narrativa não focalizada.

Na focalização interna o conhecimento do narrador condiciona-se ao conhecimento da personagem, portanto, a abrangência da narração limita-se ao ponto de vista da personagem. Contrapondo-se a essa, na focalização externa a consciência do narrador sobre os fatos é inferior à das personagens, pois ele desconhece os pensamentos e sentimentos delas e limita-se a oferecer uma visão de fora, externa aos envolvidos na ação. Enquanto, na narrativa não focalizada ou de focalização zero, a ciência do narrador extrapola o conhecimento das personagens, alcançando ainda seus pensamentos e sentimentos.

Vejamos como a narradora descreve, ao narrar o nascimento de Inaiá, a chegada dos portugueses ao Brasil.

De manhãzinha, quando as gaivotas de plumagem negra e cabeça branca transformaram a expectativa dos marujos em crescente euforia e fizeram repicar os sinos da armada, a mãe de Inaiá em sua tribo se levantou e retomou os afazeres daquele dia de céu azul-turquesa. À hora da véspera daquele 21 de abril, um monte alto e redondo foi avistado pelos marujos em reboliço, debruçados uns sobre os outros nos

tombadilhos dos doze navios da armada, no exato momento em que a mãe de Inaiá se dirigiu para o recanto da floresta que previamente escolhera para esse dia, à beira de um pequeno remanso de águas límpidas que refletia no fundo o verde-esmeralda das árvores ao redor. (SILVEIRA, 2019, p. 17)

Agora observemos o mesmo evento, dessa vez, descrito por Pero Vaz de Caminha, o cronista mor da coroa portuguesa.

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos. Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz. (CAMINHA, 1500, p. 01)

O subjetivismo romanesco apresentado pela descrição da narradora reforça seu caráter ficcional e ratifica a posição dos aspectos históricos como pano de fundo para própria narrativa. Todavia, não o entendamos, por isso, como menos importantes, pois esse diálogo entre ficção e história fortalece as representações femininas difundidas na obra.

A precisão e a riqueza dos detalhes apresentados aproximam ainda mais o romance de uma perspectiva de memória coletiva, visto que traduz emoções e sensações que escapam à área de concentração da história. O que vemos ao longo da narrativa pode ser tratado, inclusive, como uma inversão da perspectiva historiográfica vigente até meados do século XIX, pois os protagonistas da história nacional são coadjuvantes em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. Tais aspectos também são fortalecidos por se tratar de uma narrativa que se pretende oral, uma mãe que conta ao (s) filho (s) a história das mulheres da família.

Portanto, o encontro entre história e memória se consolida na proposta ficcional do romance, nele se pode localizar aspectos relevantes da vida das mulheres brasileiras a partir das posições de mãe e filha; que foram por muito tempo as únicas posições legitimadas para qualquer mulher.

Nesse sentido, ao apresentar mães e filhas presentes e ativas na construção do Brasil, o romance contesta o caráter subalterno atribuído ao sujeito feminino e amplamente disseminado por séculos. Do mesmo modo, esse encontro possibilita analisar as representações a partir da relação entre essas mães e essas filhas, por suas próprias narrativas ou pelas memórias guardadas seja por uma mãe, seja por uma filha, visto que suas histórias se entrelaçam e formam-nas como sujeito.

3.1 Das histórias das mães, das memórias das filhas

De todo exposto até aqui, observa-se no romance a existência de uma relação familiar assentada sobre a convivência entre mãe e filha, na qual uma participa do processo de construção da personalidade da outra.

A identificação dos sujeitos da narrativa passa, portanto, pela identificação dos sujeitos da representação, localizados não só na condição feminina, mas essencialmente como “mães” e “filhas”. Assim, como visto em Ricoeur, os envolvidos no processo de rememoração, o “quem lembra?”, são, dentro da perspectiva fenomenológica, um elemento essencial para o estabelecimento de qualquer memória, tornando fundamental definir e posicionar o sujeito da memória, para só depois explorar suas lembranças. Restando-nos apontar que os sujeitos da representação, em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, são “mães” e “filhas”.

Esses sujeitos são formados a partir do trabalho narrativo, o qual conduz o relato da vida das mulheres interligando a história de cada mãe à memória de sua filha, apontando na genealogia proposta uma relação consanguínea e existencial. Pois, como observamos no assinalado por Izquierdo (2002), o sujeito é formado a partir de suas recordações, logo o sujeito mãe é construído a partir da experiência/memória estabelecida com a filha, e o sujeito filha se faz a partir da experiência/memória dividida com a mãe.

Cumprе аcentuar que cada personagem, а seu tempo, assume ora a posição de mãe, ora a posição de filha, uma vez que todas são apresentadas inicialmente como filhas, que em algum momento da narrativa se tornam mães. Por essa ótica, nota-se, а partir das reflexões de Halbwachs (1990) acerca da memória individual, que a construção de suas personalidades se alia às posições que ocupam e às memórias produzidas em cada uma delas.

Constata-se, com isso, que as lembranças das mães se projetam ativamente sobre as filhas através da educação que as primeiras destinam às segundas, por isso o papel dessas mães enquanto educavam suas filhas, ou ainda, quando conduziam suas próprias vidas gera na vida de suas filhas experiências que produzirão efeitos próprios.

Nesse sentido, as memórias dessas mães se conectam consigo e com suas filhas, do mesmo modo as memórias das filhas também produzem efeitos sobre a vida de suas mães, construindo um espaço de memórias que ultrapassa o próprio indivíduo para estabelecer-se em outros pontos, que possibilitam conceber – como aponta Halbwachs (1990) – a memória como instituição individual, mas também coletiva.

De igual modo, as interações dentro e fora da família contribuem para essa construção, por isso é insuficiente olhar cada personagem isoladamente. Nesse sentido, para identificar como se constrói a representação feminina no romance, é necessário examinar cada uma delas

para além do capítulo destinado a si, avançando para as gerações anteriores e, em alguns casos, às futuras também.

Tome-se por exemplo a personagem Maria Cafuza, sua personalidade é formada principalmente a partir do trágico destino de seus pais. Então, para compreender a construção da personagem, é necessário explorar o vínculo entre ela e sua família, sua comunidade afetiva. Apenas, depois desse reconhecimento, pode-se avaliar o impacto das memórias divididas em família na vida de Cafuza.

Semelhante à situação de Maria Cafuza, tem-se a história de Tebereté, filha de Inaiá, índia tupiniquim, e do português Fernão, pois as duas meninas cresceram ao lado dos assassinos de seus pais, contudo, diferentemente de Cafuza, Tebereté não apresentou traumas ou revolta em desfavor destes.

A explicação para a divergência estabelecida entre o desfecho dessas duas mulheres reside, essencialmente, em dois dos elementos da teoria de Halbwachs, a posição do sujeito e a comunidade afetiva, pois, por ser ainda um bebê quando tudo aconteceu, Tebereté não pôde conservar a memória desses fatos, nem houve tempo para criar laços dentro de sua primeira comunidade afetiva, sua família. Logo, ela não possuía consciência da posição que ocupava no interior daquele grupo, como também não possuía o vínculo necessário para sentir-se parte dele. Por outro lado, com Cafuza ocorreu precisamente o oposto disso; ela já contava com cinco anos de idade quando os pais foram assassinados, por isso guardou em sua memória toda a selvageria e brutalidade daquele evento, logo não pôde furtar-se dos reflexos daquela cena.

Outro exemplo dessa relação entre mãe e filha é Rosa Alfonsina, baseada não na relação da personagem com sua mãe, mas sim em sua relação com sua filha, sua neta e sua bisneta. Rosa, ao final do romance, está com 92 anos, e todos os aspectos de sua vida apresentados pela narrativa, demonstram a abertura de novas possibilidades para a vida feminina, como: acesso ao mundo do trabalho e a ocupação de cargos públicos; perspectivas cujas mudanças podem ser acompanhadas a partir da vida que ela levava, bem como pela forma que contribuía para a educação das mulheres de sua família. Acentuando que a vida das filhas também imprime reflexos sobre a vida das mães.

Portanto, para entender e posicionar cada personagem enquanto representante da mulher brasileira é essencial olhar o que é exterior a elas, enfocando em suas mães/filhas ou ainda em outras pessoas, fatos ou lugares que viabilizem a análise delas. Entretanto, antes de analisar as cinco personagens propostas, é necessário conhecer e compreender a voz que nos permite acessar todas essas informações, a voz das narradoras. Examinando a posição ocupada por elas para narrar o romance, assim como a dinâmica de sua narração.

3.1.1 A voz das mães e das filhas

Conhecer e compreender quem nos conta essa história permite a localização desse sujeito dentro de um plano social, de um lugar de fala, que confira legitimidade a seu discurso. Uma vez que, “o principal objeto do gênero romanesco, aquele que caracteriza, que cria sua originalidade estilística é o homem que fala e sua palavra.” (BAKHTIN, 2010, p. 135)

E é exatamente nas narradoras que encontramos a originalidade narrativa de *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, um romance com duas narradoras, dois níveis narrativos, dois tipos de narradora, que traz uma história narrada a partir de memórias inexplicáveis, pela voz quase sempre uníssona de suas narradoras, características que exploraremos neste tópico.

A começar pela incomum presença de duas narradoras não simultâneas, a saber: Maria Flor e Amanda; apresentadas, respectivamente, no penúltimo e no último capítulo da narrativa. Essa apresentação, no entanto, não as posiciona diretamente como narradoras, pois, a princípio, os relatos da vida de ambas as localizam, simplesmente, como mulheres da família. De modo que, a resolução que permite afirmar que elas são as narradoras do romance é atingida por meio de algumas pistas assinaladas desde o diálogo que antecede a narração da história das mulheres.

Na primeira dessas pistas, a narradora afirma: “Se é assim que vocês querem, vamos contar a história das mulheres da família” (SILVEIRA, 2019, p. 14)

Dirigindo-se diretamente a seus interlocutores, ela deixa entrever sua posição com relação à narrativa, pois, ao afirmar que contará a história das mulheres da família, sugere pertencer à mesma família de seus ouvintes. No entanto, a narrativa não faz qualquer menção ao nome dessa família, ao passo que, a única informação que se pode sustentar sobre ela é que se trata de uma família brasileira, visto que o curso da história dessas mulheres segue concomitantemente ao curso da história do Brasil.

Unindo esse contexto histórico à ausência de um nome para essa família, a narrativa leva a crer, em princípio, que os interlocutores desse diálogo são o próprio povo brasileiro. Perspectiva que também ganha força levando-se em conta que o diálogo inicial é apenas sugerido, visto que apenas a narradora se manifesta, não havendo qualquer resposta ou intervenção de seus interlocutores. Com isso, sempre que a narradora se dirige a seus ouvintes, tem-se a sensação de que ela está falando com os leitores brasileiros.

Isso também se deve à dificuldade de identificação da narradora, pois a voz narrativa, ao contar a história das mulheres, utiliza a terceira pessoa, ocultando sua identidade. Mudando para a primeira pessoa em algumas das pausas que faz durante a narração, seja para falar com

o leitor, seja para apresentar suas opiniões sobre as personagens seja sobre aspectos da vida delas. Como vemos abaixo:

E vocês querem saber se as informações que Diana conseguiu no escritório ajudaram na fuga do carregamento de escravos? Eu até poderia dizer que sim, não poderia? e dar um *beaux final romantique* à instável história da vida de Diana. Mas não, posso até não contar tudo, mas mentir para adoçar ou suavizar as coisas, isso não farei. (SILVEIRA, 2019, p. 211)

Utilizando a primeira pessoa, a narradora aproveita, ainda, para dirigir esclarecimentos ao leitor acerca do como conduzirá a narrativa. Deixando claro, no trecho acima, que seu compromisso é com a transmissão do narrado tal qual assevera ter acontecido, negando qualquer subjetivismo que vise romantizar a história dessas mulheres. Contudo, suas indicações nem sempre se confirmam em suas ações, uma vez que, em diversos momentos, ela volta a interromper a narração para expressar suas opiniões, subjetivando a narrativa. É o que se observa no seguinte trecho:

Vocês estão surpreendidos por uma mulher assumir poder e mando naquela época? Pois não deveriam. Em qualquer época da história, em todo lugar, sempre houve mulheres de tanto poder quanto os homens. Sempre existiram e não foram poucas. E a essas alturas já deu para perceber que as mulheres que povoaram esta terra nos primeiros dois ou três séculos, que foram para as lonjuras do sertão, viver no mato no país que começava, não poderiam ser fracas como muito gostariam de pintá-las. (SILVEIRA, 2019, p. 153)

Nessa intervenção, a narradora faz ver que, no exercício da atividade narrativa, o seu papel não é apenas de relatora, pois questiona a ideia de mulher frágil. Ao fazê-lo, torna visível sua posição enquanto promotora de uma história das mulheres compatível com as exigências sociais, econômicas e políticas de cada época, reforçando que esta obra visa localizar ativamente o sujeito feminino dentro da história do Brasil.

O que pode ser associado a outro aspecto do ato narrativo que vale assinalar aqui: a forma como as narradoras conduzem a narrativa. Assumindo, quase sempre sozinhas, a voz dos personagens, conduzindo suas ações e pensamentos e tornando raros os momentos nos quais utilizam o discurso direto, uma vez que, na maior parte do tempo, utilizam o discurso indireto e, em alguns momentos, o discurso indireto livre.

Esse formato de condução assevera a opção narrativa, já assinalada, pela focalização zero ou narrativa não focalizada. Nessa perspectiva, é essencial reconhecer as narradoras enquanto sujeitos “essencialmente social(s), historicamente concreto(s)” (BAKHTIN, 2010, P. 135). Principalmente, porque elas pertencem a essa família, portanto seria improvável não localizar as inclinações ideológicas das narradoras. Visto que, como bem assinala Bakhtin:

O homem no romance pode agir, não menos que no drama ou na epopeia – mas sua ação é sempre iluminada ideologicamente, é sempre associada ao discurso (ainda virtual), a um motivo ideológico e ocupa uma posição ideológica definida. A ação e o comportamento do personagem no romance são indispensáveis tanto para revelação

como para a experimentação de sua posição ideológica, de sua palavra. (BAKHTIN, 2010, P. 135).

Assim, mesmo que optem pelo uso da terceira pessoa e que afirmem a seus interlocutores que narram com objetividade, as narradoras não podem desligar-se de suas ideologias, as quais se revelam direta ou indiretamente no decorrer da narrativa.

A segunda pista, quanto à identidade das narradoras, surge da associação de dois trechos do diálogo entre elas e seus ouvintes; o primeiro trecho localizado no diálogo anterior à narrativa das mulheres da família, e o segundo no final da narrativa. Somente assim, se percebe que a narradora é também uma personagem da história.

Veja-se o primeiro trecho:

“E, já que a hora cada vez mais se aproxima, vamos começar a contar a história por onde ela começou.

Com Inaiá, a pequena tupiniquim, a origem”. (SILVEIRA, 2019, p. 14)

Isoladamente, o trecho sugere que algo está prestes a acontecer, no entanto não apresenta nenhum indício que permita inferir a que evento se refere a narradora, inserindo o leitor em mais um contexto de dúvida. De modo que, o leitor que já desconhecia a identidade da narradora e de seus ouvintes, descobre que também desconhece o contexto da narração.

Mas, se somarmos a essa sugestão inicial as informações apresentadas ao final do capítulo de Maria Flor podemos obter essa resposta. Com esse fim, observe-se o relato do momento em que ela e Joaquim acabaram de descobrir que serão pais de gêmeos:

Mas agora estão rindo com a novidade, pensando no que terá de ser feito, neurônios e adrenalina antenados nesse inesperado futuro que agora será o deles; na ultrassonografia que Maria Flor acaba de fazer, souberam que não terão apenas um filho, mas gêmeos, uma mulher e um homem.

Vocês. (SILVEIRA, 2019, p. 284)

Ao dizer, “vocês”, percebe-se que a narradora se dirige a seus ouvintes, revelando ao leitor a identidade deles, desse segundo trecho descobrimos, então, que os interlocutores do diálogo que introduz a narrativa são os filhos de Maria Flor. Portanto, os ouvintes não interagem com a narradora quando ela se dirige a eles, simplesmente porque ainda não nasceram. Isso, no entanto, ainda não é suficiente para identificar a narradora, pois não sabemos a relação existente entre ela e os filhos da personagem.

Para localizar essa informação, deve-se retornar ao primeiro trecho para analisar a palavra “hora” e inseri-la no contexto assinalado no segundo trecho. Fazendo-se isso, percebe-se que essa “hora”, que antes representava um evento próximo, porém abstrato, ao ser aliada à imagem de Maria Flor gestante, remete à hora do parto.

Nesse contexto, deduz-se que Maria Flor é a narradora e que está contando aos filhos, que carrega no ventre, a história das mulheres da família.

Seria essa a grande revelação do romance, não fosse a publicação da segunda edição do livro em 2019, na qual houve o acréscimo de mais uma personagem, Amanda. Assim, a história tem um primeiro final com Maria Flor, mas reinicia-se com sua filha.

O acréscimo desse capítulo em nada altera os 20 capítulos publicados na primeira edição, mas, quando se chega ao final do capítulo 21, a dúvida sobre a identidade da narradora volta a aparecer. Tudo isso, porque ela volta a dialogar com seus interlocutores no final desse último capítulo nos seguintes termos: “Chegamos assim, mais uma vez, ao final de nossa história”. (SILVEIRA, 2019, p. 311)

Desse trecho fica evidente que a inclusão deste novo capítulo é, na verdade, produto de uma nova narração, a história foi recontada. E conforme avançamos na análise do trecho percebemos que os interlocutores daquele diálogo inicial já não são os mesmos, pois a narradora afirma: “A hora está próxima.” (SILVEIRA, 2019, p. 311)

A “hora” a que se refere agora já não pode estar relacionada à gestação de Maria Flor, pois neste momento da narrativa ela já está prestes a se tornar avó. Mas, observando-se que, no final do capítulo, Amanda está com nove meses de gestação, caminhando na praia com a bisavó, Rosa Alfonsina, vê-se que Amanda e a narradora estão grávidas e no mesmo lugar: “Aqui, na beira do mar onde você vai nascer, a manhã brilhará com o mesmo sol dourado que acariciou Inaiá, o primeiro útero de onde você veio”. (SILVEIRA, 2019, p. 311)

Esse percurso, permite afirmar que a narrativa possui duas narradoras não simultâneas, pois, cada uma, a seu tempo, contou a história das mulheres da família a seus filhos antes deles nascerem. A segunda narração, conduzida por Amanda, ocorre *ipsis litteris* até o capítulo de Maria Flor, tornando-se original quando passa a narrar, também em terceira pessoa, a própria história.

O segundo ponto do trabalho narrativo que se pretende destacar, refere-se à presença de dois níveis narrativos e à utilização deles pela narração.

Para Genette (2017, p. 305) os níveis narrativos cumprem o papel de posicionar o narrador frente à narrativa. Para tanto, faz-se necessário considerar a existência de dois tempos distinguíveis dentro da narrativa: o tempo da coisa contada e o tempo da narrativa.

De acordo com o estudioso, “todo acontecimento contado por meio de uma narrativa está num nível diegético imediatamente superior àquele em que se situa o ato narrativo produtor dessa narrativa” (GENETTE, 2017, p. 305 - 306). Portanto, no primeiro nível narrativo temos o diálogo entre a narradora e seus filhos, uma vez que este diálogo se constitui como ato

produtor da narrativa principal. Enquanto no segundo, e imediatamente superior, nível temos a histórias das mulheres da família.

Genette faz ainda uma distinção entre três níveis diegéticos: o extradiegético, o intradiegético e o metadiegético. Ao passo que, por nível extradiegético entenda-se aquele no qual o narrador se mostra exterior à diegese, à narração; enquanto por nível intradiegético compreende-se a própria diegese, é nesse nível que se localizam os fatos narrados. Já o nível metadiegético constitui uma narrativa de segundo grau, que pode, ainda, apresentar um novo narrador.

Assim, pode-se concluir que *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* inicia-se em nível extradiegético, pois a abertura da obra traz um diálogo externo à narração; para depois seguir em nível intradiegético, trazendo os eventos que compõem a diegese.

Com isso, pode-se concluir também que a narradora transita entre esses dois níveis, pois concentra-se ora em seus narratários, ora na narrativa. Esse deslocamento entre os níveis diegéticos também foi estudado por Genette (2017, p. 312), o qual chamou-o de metalepse e definiu-o como: “A passagem de um nível narrativo para outro”.

Essas metalepses se consolidam no romance cada vez que a narradora pausa a narração para dirigir-se a seus interlocutores, saindo, com isso, do nível intradiegético para estabelecer-se no nível extradiegético. Logo, o nível extradiegético compreende, além do diálogo que inicia e finaliza o romance, as metalepses dirigidas aos narratários no decorrer da narrativa.

Já o nível intradiegético, compreende o intervalo no qual transcorre a maior parte da narrativa, apresentando as personagens que vão, para a primeira narradora, de Inaiá a Amanda, excetuando-se as intercorrências de metalepse.

O quadro abaixo ilustra a relação entre as narradoras e os níveis diegéticos do romance.

Nº	Narradora	Nível Extradiegético	Nível Intradiegético
1 ^a	Maria Flor	Diálogo inicial e final; Metalepses.	Do capítulo Inaiá ao capítulo Maria Flor.
2 ^a	Amanda		Do capítulo Inaiá ao capítulo Amanda.

Seguindo para o próximo ponto de análise acerca da voz narrativa, tem-se que a classificação das narradoras também será diversificada, uma vez que essa classificação avalia duas atitudes narrativas, “fazer a história ser contada por seus personagens, ou então, por um narrador estranho a essa história” (GENETTE, 2017, p. 324). Ao narrador que pertence à história Genette chamou de homodiegético, e ao que não pertence à história de heterodiegético.

Observe-se a tabela abaixo sobre os tipos de narrador presentes no romance:

Nº	Narradora	Homodiegética	Heterodiegética
1ª	Maria Flor	Diálogo inicial e final; Metalepses; Capítulo Maria Flor.	Do capítulo Inaiá ao capítulo Lígia.
2ª	Amanda	Diálogo inicial e final; Metalepses; Capítulo Amanda.	Do capítulo Inaiá ao capítulo Maria Flor.

Portanto, Maria Flor e Amanda são narradoras homodiegéticas no diálogo inicial e final da narrativa, nas metalepses e em seus respectivos capítulos. Enquanto nos demais momentos da narrativa as duas atuam como narradoras heterodiegéticas.

Resta ainda um último ponto a debater, a origem do conhecimento de 519 anos de história das mulheres e do Brasil, que deu às narradoras acesso a pensamentos e sentimentos das personagens, e permitiu-lhes descrever, detalhadamente, ambientes nos quais nunca estiveram. Conhecimentos, que elas próprias julgam não serem tão profundos:

Pois, se é verdade que o narrador onisciente supostamente sabe tudo, é verdade também que aqui, como em todos os outros campos, há uma bela distância entre a teoria e a prática. O narrador sabe de muita coisa, isso é certo, caso contrário nem poderia estar lhes contando essa história, mas daí à onisciência, francamente, há um fosso magnífico e um enorme exagero. ((SILVEIRA, 2019, p. 195)

Mesmo que não reconheçam, a abrangência de seus conhecimentos é inegável, o que já nos permitiu afirmar que esta é uma narrativa de focalização zero, uma vez que o conhecimento das narradoras supera, inclusive, o conhecimento das personagens. Tão extensos que não superam apenas o conhecimento das protagonistas, como também o de todos os outros personagens.

Um exemplo da amplitude de seus conhecimentos pode ser visto quando as narradoras descrevem as sensações de Eulália ao mudar-se para casa dos sogros italianos: “Eulália sentia-se soçobrar, meio tonta, não aguentava ficar muito tempo naquele tumulto, ia se trancar em seu quarto”. (SILVEIRA, 2019, p. 238) ao ainda ao descreverem os últimos pensamentos de Lígia antes de morrer:

Jogada no chão frio de uma pequena cela, em um intervalo das torturas, em meio à bruma vermelha e negra que envolve seus pensamentos entrecortados, descontínuos, despidos de lógica ou razão. Lígia vê o rosto de Cristo nas costas de Damasceno. Aquele rosto sempre a inquietara, não gostava de vê-los, os irmãos viviam pedindo ao velho, sempre gentil e condescendente que erguesse a camisa para lhe mostrar o rosto inquietante, mas ela não, não olhava, como se achasse obsceno. (SILVEIRA, 2019, p. 265)

Todavia, as mesmas narradoras que sabem tanto da história dos outros, parecem desconhecer aspectos da própria vida, pois quando a história de Maria Flor é narrada, enfatiza-se, em determinado momento, a repugnância que a personagem tem a homens albinos, ao que a narradora afirma desconhecer os motivos. Foi, somente, ao apoiarem-se nas recordações de

Rosa Alfonsina que puderam lembrar e analisar certo episódio da infância da menina, no qual Maria Flor teve contato com um homem com as essas mesmas características.

No entanto, esse lapso de memória é incapaz de reduzir o alcance dos conhecimentos dessas narradoras. Que em dois momentos, uma por vez, apresentam suas justificativas para essas memórias seculares, o primeiro com Maria Flor:

E, como em momentânea miragem, ela sente o ruído das risadas e passos leves correndo na areia da praia. Sente o gosto da água salgada do mar e frutas sumarentas, gosto de mato, cheiro de vento, pés descalços na lama, murmúrios de águas e rios, ouro fino, sedas que farfalham, cheiro de carne assada, chiados da cana do canavial e manhãs luminosas. Sente o silêncio impossível dos grandes espaços e a escuridão, uma voz que ecoa na mata, acordes de pianos tristíssimos e plangência de violões. Sente galopes e mugidos de gado, tiros secos, pés que correm, sangue, sangue, sangue, o gosto da poeira vermelha do cerrado, a altura do jatobá e um cálido perfume de mulher.

São, ela sabe, sabores camuflados do passado.

Sabores de gosto fugaz, mutante, mas que de alguma maneira ela sente que fazem parte dela. Que pertencem a ela, estão nela e estarão nos filhos que se preparam para nascer. (SILVEIRA, 2019, p. 284)

As evidências destacadas no trecho da explicação de Maria Flor sugerem que essas memórias foram recebidas por ela como dom transmitido como herança genética e que será posteriormente transmitido a seus filhos. Perspectiva semelhante à apontada por Amanda enquanto conversava com sua filha:

Seu código genético já está processando suas informações, e as proteínas que formarão suas lembranças inexplicáveis começaram a se reproduzir, essas lembranças com que alimentei você nesses nove meses. É parte do meu papel de placenta. Assim, as longínquas memórias do tempo continuarão a viver em você e em seus filhos. (SILVEIRA, 2019, p. 311)

Essas memórias, portanto, foram transmitidas para as narradoras e para seus filhos enquanto eram gestados. Isso não se pode afirmar sobre as outras mulheres da família, pois não há qualquer menção desse dom em outras mulheres da família. Ao contrário, existem vários episódios apontando o desconhecimento dessas mulheres acerca da história de suas ancestrais, tanto que, a própria narradora tece uma crítica à visão preconceituosa de Jacira Antônia acerca dos indígenas:

Quanto a Jacira, também lhe parecia natural a ideia de que o índio estava mais perto de um bicho do que deles. Essa geração de brasileiros, nem bem dois séculos tinham se passado e já haviam por completo se esquecido de quem descendiam

(...)

Se dissessem a Jacira que tinha sangue índio correndo em suas veias, se lhe falassem de Inaiá, Tebereté e Sahy, seu espanto não caberia nos profundos olhos negros. (SILVEIRA, 2019, p. 146)

O trabalho dessas narradoras, portanto, é extremamente desafiador, contar 519 anos de história das mulheres, utilizando dois níveis narrativos que lhes permitiram contar a história das mulheres e retomar o diálogo com os narratários, inserindo a história de cada personagem num

espaço/tempo bem definidos, para com isso localizá-las dentro da história do Brasil. Tomando cada personagem a partir de suas perspectivas e ideologias.

Assim, o que observamos ao verificar algumas características da voz narrativa do romance, é que ele se assenta sobre dois níveis narrativos, um extradiegético e um intradiegético, dentro dos quais as narradoras transitam por meio das metalepses. Somadas a essas informações avaliaremos no próximo tópico algumas características do tempo adotado na narrativa.

3.2 O tempo da coisa contada e o tempo da narrativa

Como observado até aqui, a narração em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* é conduzida por duas narradoras não simultâneas, que organizam as ações em dois níveis diegéticos: um nível extradiegético e um nível intradiegético. Estando a cargo deles localizar, no primeiro nível, as narradoras e, no segundo nível, a narração.

Observe-se disso, que cada nível corresponde a um espaço e a um tempo diverso, logo no nível extradiegético estabelece-se o presente da narradora e de seu trabalho narrativo, enquanto no nível intradiegético tem-se, simultaneamente, o passado da narradora e o presente das personagens. Isso ocorre, segundo Christian Metz, porque:

A narrativa é uma sequência duplamente temporal: há o tempo da coisa-contada e o tempo da narrativa (tempo do significado e tempo do significante). Essa dualidade é não somente o que torna possíveis todas as distorções temporais que observamos de um modo geral nas narrativas (três anos da vida do herói resumidas em duas frases de um romance, ou em poucos planos de uma montagem frequentativa de cinema etc.), mas, fundamentalmente, ela nos convida a constatar que uma das funções da narrativa é monetizar um tempo num outro tempo (CHRISTIAN METZ, in. GENETTE, 2017, p. 91)

Assim, essa inserção de um tempo dentro do outro aloca dentro do ato narrativo um dualismo que se materializa em uma elaboração temporal fragmentária. No entanto, verificar essa fragmentação em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, implica reconhecer uma dicotomia entre narração e narrativa, mais claramente, entre o que o trabalho narrativo sugere acerca do tempo do romance, e o que de fato se pode concluir a partir da análise desse trabalho.

A explicação para tal depende da observação integral do romance, na qual se pode constatar que ele está dividido em cinco partes, as quais se dividem em um número variável de capítulos. Sendo que, todos os capítulos recebem o nome da personagem cuja história será narrada ali, trazendo ainda, juntamente a cada título, o ano de nascimento e morte da personagem.

Essa organização, sugere certa linearidade e coopera para a localização de cada personagem dentro de um quadro da história do Brasil. No entanto, vai de encontro com o observado no decorrer da leitura, uma vez que as variações temporais não se resumem à constatação de duas linhas do tempo; pois estas contam, ainda, com anacronias e metalepses.

A primeira linha do tempo principia com o diálogo entre as narradoras e seus filhos, o qual sucede nos seguintes termos: “Está bem. Se é assim que vocês querem, vamos contar a história das mulheres da família” (SILVEIRA, 2019, p. 13).

Já a segunda linha tempo inicia no passado mais distante da família e no início da narrativa da história das mulheres:

No LUSCO-FUSCO VERMELHO-DOURADO Do entardecer no mar quando depois de quarenta e dois dias os marujos da armada portuguesa viram as primeiras algas compridas se espalhando pelo verde-escuro do oceano, em claro anúncio de terra próxima, a mãe de Inaiá, no chão firme do terreiro de sua taba, olhou as primeiras estrelas e soube: “Está chegando”. (SILVEIRA, 2019, p. 17)

Tem-se, portanto, como marcos iniciais das duas linhas temporais, respectivamente, o diálogo entre as narradoras e seus filhos; e nascimento de Inaiá concomitante à chegada dos portugueses ao Brasil.

Além disso, dentro da narrativa das mulheres da família ocorre uma segunda variação temporal que ratifica o formato fragmentário da disposição temporal no romance, pois em cada capítulo as ações são organizadas ora cronologicamente, ora psicologicamente. Por isso, vale esclarecer, que não se busca explorar as particularidades de cada capítulo, mas sim levantar aspectos relevantes dessa configuração temporal a partir de alguns deles.

Veja-se, portanto, o primeiro capítulo, nele a narradora produz um contexto que insere a personagem no cenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Depois de caracterizar o ambiente e situar o leitor em um momento específico da história do Brasil, passa a narrar o nascimento e a vida de Inaiá, juntamente com alguns aspectos da rotina dos tupiniquins.

Nesse capítulo, a narração segue uma disposição narrativa cronológica, o que também ocorre com a maior parte dos capítulos da obra, quebrada, porém, em alguns momentos, pela interferência da primeira linha temporal.

Isso ocorre, nos momentos em que a narradora interrompe a narração para dialogar com o seu leitor, como se pode observar nos trechos abaixo:

E como era Inaiá?” (SILVEIRA, 2019, p. 20)

Sim, eles estavam no paraíso, e vocês me perguntam se eles se amaram. O que é o amor, o que era o amor? Não ousou responder. (SILVEIRA, 2019, p. 25)

Muitas outras praias, pelo mundo afora, já foram tingidas pelo sangue de grandes massacres, vocês podem ter certeza disso. (SILVEIRA, 2019, p. 32)

Tudo isso é muito triste, eu sei, mas, como já avisei desde o começo, não tenho a menor intenção de suavizar as coisas que aconteceram nesta história. (SILVEIRA, 2019, p. 59)

Nesses momentos, como destacado nos trechos acima, a narradora interrompe o trabalho de narração para retomar a locução do diálogo que está acontecendo no nível extradiegético. O que lhe confere a propriedade de trafegar entre os níveis diegéticos.

Para Genette, essa capacidade constitui um estatuto da narração, chamado por ele metalepse, sobre as quais ele afirma: “A passagem de um nível narrativo para outro, em princípio, só pode ser assumida pela narração, ato que consiste precisamente em introduzir numa situação, por intermédio de um discurso, o conhecimento de uma outra situação.” (2017, p. 312)

Mas as metalepse não são as únicas responsáveis pelas interferências na cronologia da narrativa, a ordem narrativa também é interrompida pelas anacronias, momentos em que a narrativa principal paralisa para que uma segunda narrativa, que pode ser anterior ou posterior à narrativa principal, aconteça (GENETTE, 2017, p. 93). Quando assinalam eventos anteriores à narrativa principal são chamadas de analepse (GENETTE, 2017, p. 108), quando relatam eventos posteriores à narrativa principal são chamadas de prolepse. (GENETTE, 2017, p. 129)

As anacronias utilizadas no romance são, geralmente, do tipo analepse, usadas, principalmente, para relatar a vida dos homens da família. Isso ocorre, precisamente, nos dez primeiros capítulos do romance, neles a narradora separa a narrativa da história das mulheres da família, da narrativa dos homens por meio de subtítulos. Assim como acontece com o nome dos capítulos referentes à história das mulheres, os subtítulos recebem o nome dos homens cuja história será contada, como podemos observar na imagem abaixo, referente à página 84 do romance, na qual a narradora relata a história do Soldado Wilhelm, com quem Belmira teve um romance e um filha, Guilhermina.

Fig. 01: Exemplo de analepse

Era 1646, a guerra avançava e Maria e Belmira, pela primeira vez na vida, estavam sozinhas.

O SOLDADO WILHELM

WILHELM WILEGRAF NASCEU EM AMSTERDÃ, na época grande centro de comércio europeu. Seu avô, brilhante engenheiro naval, foi um dos responsáveis pela construção da fragata, novo tipo de navio feito para guerra que tanta fama deu aos holandeses no século XVII, tornando-os capazes de ameaçar tirar das mãos de

Fonte: Silveira, 2019, p. 84

Ao finalizar essa narrativa secundária, a narrativa principal é retomada a partir da pausa que antecedeu a analepse. Esse formato adotado para contar a história dos homens, segue constante até a metade do romance, mas a contar do décimo primeiro capítulo sofre algumas

modificações, pois as analepses passam a aparecer sem qualquer separação em relação ao restante da narrativa.

Um outro elemento acerca da disposição temporal do romance refere-se à mudança na ordenação dos fatos, percebida em alguns capítulos do romance, dos quais destacaremos, a título de exemplificação, apenas três, quais sejam: Damiana, Ana Eulália e Amanda. Neles, a narradora abandona a ordem nascimento-desenvolvimento-morte, que substitui por uma nova ordem, guiada, principalmente, pelos eventos que ela pretendia destacar.

Com esse fim, ela antecipa fatos relevantes da vida das personagens para instigar seus interlocutores, abandonando a postura cronológica inicial para privilegiar nesses capítulos o tempo psicológico.

No capítulo Damiana, por exemplo, a narradora inicia seu relato pelo momento em que a personagem está presa na sela do convento no qual foi internada pelo marido. Em seguida, a narradora volta no tempo para contar outros acontecimentos da vida da personagem até retornar àquela cena inicial e a partir dela continuar a narração.

De igual modo, o capítulo Ana Eulália também não segue a ordem da maioria dos capítulos, mesmo que ela ainda seja jovem no início da narrativa, não é mais uma criança, ao passo que apenas adiante encontraremos os relatos de sua infância. No começo da história, está na capela do colégio interno onde estuda, pedindo a Deus que mudasse sua sorte, evitando a separação de seus pais, mesmo que fosse com a morte da mãe. Essa cena antecipada, tanto impacta o leitor pelo desejo da filha de preferir ver a mãe morta a submeter-se à vergonha pública de ser filha de pais separados, quanto justifica para os interlocutores a culpa e os pensamentos atormentadores que assombraram Ana Eulália.

Já no capítulo Amanda, a protagonista está na sala de sua casa, preparando-se para contar aos pais que está grávida e que pretende fazer um aborto, contudo, todo o contexto que a pôs nessa situação só se conhece ao prosseguir com a leitura.

Nesses três exemplos, pôde-se evidenciar que essa postura temporal psicológica tinha por propósito destacar alguns eventos da vida dessas personagens, revelando traços de suas personalidades, para tentar garantir a atenção de seus leitores/ouvintes.

Resta ainda um último ponto da relação temporal dentro do romance que apontaremos aqui, o reencontro ou a união das duas linhas temporais, o chamado grau zero que Genette afirma compreender a perfeita coincidência entre o tempo da narrativa e o tempo da história.

Até aqui observamos que a diegese se inicia no nível extradiegético com o diálogo entre as narradoras e seus filhos, avançando para o nível intradieético ao relatar a história das mulheres da família. Acontece que, ao final da narrativa, esses dois níveis se encontram

exatamente quando os interlocutores desse diálogo são identificados como membros dessa família, tornando suas histórias parte integrante da história das mulheres da família.

Esse grau zero ocorre em dois momentos, visto que a narrativa possui dois fechamentos. O primeiro quando Maria Flor termina de contar a história das mulheres para Amanda e Ben, e o segundo quando Amanda termina de contar a mesma história para sua filha. Portanto, ao finalizar a narrativa as narradoras revelam a ligação de suas histórias com a narrativa, concluindo o romance em um tempo único.

Pelo exposto, verifica-se que, se considerarmos a construção do romance no que tange à estruturação e distribuição dos capítulos, tem-se a falseada sensação de linearidade temporal, contudo, ao observá-lo capítulo a capítulo, vê-se que cada capítulo apresenta uma ordenação diversa, revelando uma fragmentação temporal. Importa esclarecer que os apontamentos feitos neste tópico, não esgotam as particularidades presentes na articulação temporal do romance, mas destacam os que julga necessários para esse estudo.

É, portanto, a partir da observação das particularidades acerca do trabalho narrativo que analisaremos Tebereté, Maria Cafuza, Jacira Antônia, Damiana e Maria Flor, pois as narradoras são a única fonte de informação apresentada no romance, com esse mesmo fim, estabelece-se o plano intradieético como área de concentração primária, uma vez que é nele que a ação narrativa se funda.

3.3 As representações históricas na construção do romance

Neste item, pensamos a análise das cinco personagens a partir das intersecções e confluências das personagens sob a ótica da Memória e da História. Representações da imagem feminina, silenciadas pela Historiografia oficial, reivindicada pelo discurso ficcional na configuração de Tebereté, Maria Cafuza, Jacira Antônia, Damiana e Maria Flor.

3.3.1 Tebereté

A segunda representante do período colonial apresentada no romance é a pequena Tebereté, filha da nativa tupiniquim Inaiá, e do português Fernão. A vida de Tebereté pode ser dividida em dois períodos: um primeiro, extremamente breve, que compreende o tempo em que ela esteve com os seus pais, sua primeira comunidade afetiva; e um segundo momento, mais longo, em que viveu com a tribo tupinambá, sua segunda comunidade afetiva e única com a qual pôde de fato estabelecer vínculo.

Do período no qual estive com os pais, Tebereté não possui lembranças, contudo, sabe-se que ela e os pais levavam uma vida tranquila na Feitoria de Cabo Frio, interrompida, apenas, pelo feroz ataque da tribo tupinambá, que resultou na morte de seus pais e em sua captura.

A partir de sua captura, inicia-se o segundo momento de sua vida, seu desenvolvimento no interior da tribo tupinambá. O que só foi possível porque, embora capturada, ela sempre fora tratada como uma legítima tupinambá, o que lhe permitiu crescer feliz e sem qualquer trauma ou revolta acerca do assassinato dos pais.

Uma das palavras que nos permite analisar, à luz da memória, os fatores que justificam essa vida feliz, apesar de seu envolvimento em um evento traumático, é vínculo. Pois, quando Maurice Halbwachs elenca em *Memória coletiva* as razões do lembrar, coloca entre elas a necessidade de um forte vínculo entre o sujeito e sua comunidade afetiva, possibilitando que ele retome, ratifique ou retifique suas memórias a partir do ponto de vista de diferentes membros do grupo com os quais possa ter dividido algum desses momentos.

Nesse sentido, o romance não reservou espaço na narrativa para a relação de Tebereté com seus pais em seu primeiro ano de vida, é possível apenas supor, a partir da narrativa da vida feliz de seus pais, que ela tenha vivido com eles momentos igualmente felizes como o descrito no trecho abaixo.

Em um ano Inaiá deu à luz. Chamou-a de Tebereté, e o pai balançou a cabeça, satisfeito.

Sim, eles estavam no paraíso, e vocês me perguntam se eles se amaram. O que é amor? Não ousou responder. Que eles certamente gostavam de transar um com o outro, que Fernão não procurou outras índias porque isso nem lhe passou pela cabeça, que os dois passavam horas rolando no chão entre folhas, brincando e gemendo, que Fernão tomava banho no rio puxado por Inaiá, que queria melhorar o cheiro dele, que Inaiá só pensava em levá-lo para o sossego de sua rede, onde pudessem brincar sem as mordidas dos bichos nas folhas, tudo isso aconteceu assim.

É isso o amor? Então, sim, eles se amaram. (SILVEIRA, 2019, p.25-26)

Portanto, ainda que se possa supor essa felicidade, Tebereté não podia conservar memórias desses momentos, pois, com apenas um ano de idade não dispunha dos mecanismos psíquicos necessários para executar as etapas do processo de memorização, quais sejam “a aquisição, a formação, a conservação e a evocação” (IZQUIERDO, 2002, p. 9), logo, não pôde conservar vínculo com sua primeira comunidade afetiva.

Essas diferenças no processamento de informações em crianças são explicadas por Izquierdo:

Quando uma criança de um ano vê uma árvore, vê o objeto em particular e não o interpreta em termos do significado genérico da palavra árvore, porque não a conhece e não pode entendê-la. Leva, como sabemos, um certo tempo ensinar uma criança pequena que seu pai e não qualquer ser humano masculino merece ser chamado de “pai”; muito mais tempo leva, e requer uma maior maturação cerebral, explicar-lhe que “aquilo que tem tronco e folhas se denomina “árvore”. (IZQUIERDO, 2002, p. 89)

O apontado pelo neurocientista torna notório que o simples ver para uma criança de tão pouca idade não lhe permite converter o visto em algo que se possa expressar futuramente em forma de lembrança, Izquierdo compara essas primeiras memórias da infância com um processo de aquisição da língua, seria, segundo ele, como se ao nascer a criança falasse chinês e depois fosse ensinada a falar português, apagando o conhecimento de sua primeira forma de linguagem.

Assim, ressalta-se que as manifestações comunicativas de um recém-nascido respondem a estímulos fisiológicos que são expressos na forma de choro ou riso, leva, portanto, um certo tempo para que a criança desenvolva a habilidade de perceber ou entender o que acontece à sua volta, e muito mais tempo para transpor esses acontecimentos em uma linguagem que se faça entender.

Por essa perspectiva, verifica-se que quando a criança começa a desenvolver uma nova forma de expressão comunicativa, os registros das primeiras experiências, manifestadas inicialmente através do choro ou do riso, perdem-se. Por isso, Tebereté pode ter visto o assassinato dos seus pais, mas não pôde interpretá-lo, nem tão pouco, poderia reproduzi-lo em qualquer forma de linguagem pois

É, assim, inviável “traduzir” essas memórias infantis em termos de linguagem e trazê-las à tona. Faltam elementos, e não há como estabelecer um elo entre o que foi captado e armazenado em termos de imagens e sensações e sua expressão em uma língua qualquer.

Por isso as pessoas não conseguem evocar as memórias da primeira infância. Alguns poucos conseguem lembrar, de maneira exprimível em palavras, episódios simples de quando tinham dois anos de idade. A maioria não consegue fazê-lo com memórias anteriores aos 3 ou 4 anos; em muitos casos até isso requer um longo trabalho terapêutico. (IZQUIERDO, 2002, p. 90)

Diante disso, é possível admitir e compreender a infância feliz da menina ao lado dos assassinos de seus pais, principalmente, porque foi com os tupinambás que Tebereté pôde construir memórias, localizar-se como sujeito e parte de uma comunidade afetiva. Dividindo com eles não só o vínculo afetivo, como também lembranças desenvolvidas no interior do grupo e divididas com vários membros dele. Portanto, caso desejasse ouvir a história de seus pais, a ouviria a partir de um ponto da memória coletiva que compreenderia apenas a perspectiva dos tupinambás, com cuja cultura e princípios estava familiarizada, possibilitando a naturalização daqueles eventos.

Sobre isso, Halbwachs explica que:

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. (HALBWACHS, 1990, p.28)

Logo, mesmo que essa história lhe fosse contada em riqueza de detalhes, várias vezes e por diferentes pessoas, ainda assim, não converteria sua vida feliz em traumática, nem tão pouco se poderia tomar essas narrativas por memórias de fato, seriam no máximo lembranças simuladas, pois as experiências de que tinha registro se formaram e consolidaram-se no grupo ao qual lhe remetia a ideia de família, os tupinambás, e não a Inaiá ou Fernão. Foi com a tribo inimiga que a menina cresceu feliz e ativa.

Cresceu com os tupinambás como se fosse um deles. E, embora em tribo inimiga, sua infância foi em tudo igual à de sua mãe: muito riso, folgedos nos rios, brincadeiras com os animais da mata, frutas em abundância, árvores para subir, cipós, alegria, mandioca comida boa, farinha. Ainda era possível ser feliz na terra dos papagaios, e Tebereté cresceu forte, roliça, cabelos pretos, lisos e compridos, com seus olhos de talismã. (SILVEIRA, 2019, p. 29-30)

O trecho acima descreve todo o apresentado na narrativa sobre a infância de Tebereté, a narradora não engloba todas as fases da vida da menina, mas resume-a a eventos que considera relevantes, como faz com a maior parte das personagens do romance. Ao passo que, da infância somos transportados ao que a narradora chamou de “o primeiro fato importante em sua vida”, tratava-se da captura de um homem branco que seu pai trouxera para ser comida em casa.

A tribo tupinambá era conhecida, entre outros aspectos, por ter hábitos canibais, por isso, era comum após a vitória na batalha conservarem em cativeiro algum prisioneiro ou mesmo levar consigo pedaços dos corpos dos inimigos mortos em combate. E era isso que teriam feito com os corpos de Inaiá, Fernão e seus demais companheiros, não fosse o alarido dos tiros vindos da feitoria de Cabo Frio. A própria narradora abre espaço para discutir as motivações para esses rituais antropofágicos.

Os antropólogos e historiadores sempre consideraram que a antropofagia dos primeiros indígenas brasileiros tinha função simbólica e mágica: ao comer o inimigo o vencedor se apropriava de suas qualidades e perpetuava o desejo de vingança de toda tribo. Hoje, no entanto, arqueólogos e pesquisadores sustentam que o canibalismo também cumpria uma função nutritiva: em um momento de crescimento demográfico e escassez, a carne dos inimigos fornecia proteínas aos vencedores. (SILVEIRA, 2019, p.35)

Ronald Raminelli, 2018, também retrata, a partir da narrativa de Pigafetta a origem do canibalismo na América, ressaltando ainda o papel feminino no ritual.

A história começa com uma velha cujo único filho morreu nas mãos dos inimigos. Tempos depois, o assassino torna-se prisioneiro e é conduzido à presença da anciã. A mulher comporta-se como uma fera, atira-se sobre o oponente com o desejo de devorá-lo vivo e fere seu ombro. O prisioneiro consegue desvencilhar-se das garras e retorna à sua aldeia, onde relata o acontecimento. A notícia provoca uma contrarreação e, a partir daquele momento, os guerreiros, querendo superar a valentia da velha, partem contra o inimigo a fim de transformá-lo em repasto, dando continuidade à ação iniciada pela índia. (RAMINELLI, 2018, p. 28)

Seja qual for a motivação, o fato é que a chegada de um prisioneiro era motivo de grande euforia para todos na aldeia. O que fica claro na narrativa é que havia entre eles certa predileção

pela carne humana, da qual Tebereté era grande apreciadora. Até por isso, ficou tão lisonjeada quando seu pai a designou para ser a esposa do prisioneiro, e, portanto, a encarregada de engordá-lo para o banquete.

Tem-se nesse fato duas situações de cunho histórico-social próprios da cultura ameríndia tupinambá, quais sejam: a determinação do casamento de Tebereté por ordem de seu pai e a participação feminina nos banquetes canibais. Nos quais, as mulheres mais jovens eram observadas como potenciais esposas para o prisioneiro, enquanto as mulheres mais velhas ficavam encarregadas do preparo e da distribuição da refeição canibalesca.

Conforme o estudo publicado por Raminelli (2018, p. 21-22) sobre o cotidiano feminino entre os tupinambás, as tribos eram divididas em seis classes de idade, cada qual dotada de atribuições próprias. A primeira classe era ocupada pelos recém-nascidos de ambos os sexos, chamados de *peitam*.

A segunda classe, por sua vez, englobava as crianças de até sete anos, nela principiavam as distinções entre os sexos, aqui as meninas eram chamadas de *kugnantin-myri*. Elas costumavam ser amamentadas por um período mais longo e nessa fase eram introduzidas nas tarefas cotidianas, como fiar e fabricar potes de barro. Já na terceira classe estavam as moças que tinham entre 7 e 15 anos de idade, nessa etapa elas ganhavam o nome de *kugnantin*, para os tupinambás essa fase representava a perda da pureza em virtude do afloramento das primeiras fantasias. Era também nesta fase que as meninas deveriam aprender todos os deveres da mulher.

Na quarta classe estavam as jovens que tinham entre 15 e 25 anos, as ditas *kugnammu* – moça ou mulher completa. As mulheres dessa classe executavam todas as tarefas destinadas às mulheres da tribo, ao passo que se solteiras, o faziam para auxiliar suas mães, se casadas, o faziam para gerir a própria família. Era também nessa fase que eram pedidas em casamento ou oferecidas por seu pai a algum francês em troca de qualquer objeto. Aqui também vale destacar que essas mulheres desfrutavam de suas vidas sexuais com naturalidade e livres de qualquer vigilância ou limitador social, no entanto, ainda segundo Raminelli, essa liberdade irrestrita encerrava-se com o casamento.

Na classe seguinte estavam as mulheres entre 25 e 40 anos, que iam do ápice de seu vigor ao princípio da decadência física. Quando jovens, afirma Raminelli, “mantinham-se limpas; com o avançar da idade descuidavam da higiene e tornavam-se ‘feias e porcas’”. E na última classe estavam as mulheres com mais de 40 anos encarregadas, entre outras coisas, de presidir a cerimônia de produção do cauim, de assar o corpo dos inimigos, bem como, da distribuição do banquete e da iniciação sexual dos índios mais jovens.

Não há de se admirar, nem condenar, portanto, que o pai de Tebereté a tenha entregado como esposa para o prisioneiro, pela narrativa, assim como pela atitude do pai podemos imaginá-la como uma jovem de quarta classe, pois já estava em idade de casar-se. Assim, vemos descritos no romance dois papéis femininos próprios da cultura tupinambá, para as jovens de quarta classe, o casamento, e para as mulheres de sexta classe, o preparo do banquete canibal.

A missão dada a Tebereté constituía no interior da tribo grande honraria, devia ela avaliar, cuidar, alimentar e alegrar seu esposo.

Tebereté, orgulhosa, aproximou-se de seu cativo encantada com seu tamanho e com a importância de sua tarefa. Com atenção, tirou suas roupas maltrapilhas, levantou-lhe o braço para olhar as axilas, cheirou e teve náusea de vômito. Controlou-se e continuou o exame. Puxou seus cabelos, olhou dentro das orelhas e repugnou-se. Passou a mão pela pele, tentando ver bem debaixo dos pelinhos, e apertou e beliscou várias partes do corpo para sentir a gordura e pesar quanto trabalho teria pela frente examinou o bumbum e achou-o em bom estado. Gostou das coxas e baixou para ver o que tinha dentro das carapaças duras que cobriam os pés, mas outra onda de náusea, agora mais intensa, varreu seu estômago. Tebereté se convenceu de que antes de mais nada teria que banhar o branco no regato para tirar aquele cheiro pestilento de coisa podre. (SILVEIRA, 2019, p.30)

Os detalhes dessa cena assemelham Tebereté a um comprador de gado que avalia o produto, mas essa função era de grande respeito dentro da aldeia e a jovem se envaidecia dela. Pois, a participação feminina nestes rituais antropofágicos era extremamente relevante e valorosa dentro da comunidade.

Tanto que, causavam espanto e horror os relatos e gravuras feitos por viajantes para representar o deleite feminino durante esses banquetes canibais. Como os feitos por Hans Staden, que em um trecho de seu livro relatava: “As mulheres estão pintadas e têm o encargo, quando for ele [o prisioneiro] cortado, de correr em volta das cabanas com os primeiros quatro pedaços. Nisso encontraram prazer demais.” (STADEN, in. Raminelli, 2018, p.30)

A missão de Tebereté, entretanto, iniciou-se logo da chegada do prisioneiro e retrata com exatidão o primeiro papel das índias nesse ritual, o cuidado com o prisioneiro.

Um exemplo mais contundente e expressivo é recolhido na representação da mulher do morto. Logo depois da chegada do prisioneiro à aldeia, o chefe da tribo designava uma mulher para casar com ele. Ela se tornava, então, uma esposa como qualquer outra, capaz de engravidar e formar uma família, até o dia do sacrifício do prisioneiro, ou melhor de seu marido. A tribo tinha essa índia escolhida em alta consideração, e ela não podia se afeiçoar ao inimigo. Devido ao risco de envolvimento, muitas vezes ela era filha de um “príncipe” ou irmã do matador indicado para sacrificar o cunhado prisioneiro. (RAMINELLI, p. 30-31)

Quando o dia do banquete finalmente chegou, Tebereté fez o que pôde para ser ainda mais carinhosa e cuidadosa com Jean-Maurice, à noite, transou com ele várias vezes, pela manhã deu-lhe banho, untou seu corpo com mel, mas depois disso rebateu as investidas do prisioneiro, que reagiu com irritação e sem nenhuma desconfiança do desfecho que o aguardava.

Foi somente quando sua esposa colocou a corda do ritual em sua cintura e o levou a centro do terreiro que, vendo a tribo reunida e ouvindo os gritos animados das mulheres e das crianças, percebeu que chegara seu dia de virar comida.

“Tebereté se ajoelhou ao lado do seu cativo sem vida e chorou rapidamente o pequeno choro ritual antes de besuntar o ceio com o sangue para que a criança que já crescia em seu ventre experimentasse desde cedo o gosto do sangue inimigo” (SILVEIRA, 2019, p. 34). Segundo Raminelli (2018, p. 32), é desse choro rápido que derivam alguns ditados franceses como “mulher rir quando pode e chora quando quer”, “choro de mulher, lágrima de crocodilo”

Depois desse “primeiro fato importante”, a vida de Tebereté seguiu-se com a mesma alegria e naturalidade de sempre até que se estabelece sobre aquela tribo um período de grandes dificuldades e doenças misteriosas que os pajés não conseguiam curar.

O comércio do pau-brasil seguiu-se por décadas e os índios seguiam empenhados na derrubada dessas árvores a fim de adquirir os adereços e ferramentas que os franceses lhes davam em troca das árvores. Enquanto as mulheres cercavam e ofereciam-se aos brancos, em troca dos mesmos objetos.

A história de Tebereté, embora seja insuficiente para abarcar todas as particularidades das primeiras brasileiras, possibilita o acesso a alguns aspectos da vida delas e desmistifica alguns estereótipos acerca das ameríndias, evidenciados desde sua infância até o fim precoce de sua vida.

Antes do início das pesquisas e estudos sobre a história das mulheres, a vida da mulher indígena era romantizada e erotizada pela literatura; ironizada e sobrepujada pela historiografia. De forma que, conservou-se por muito tempo a visão de fragilidade feminina durante o período colonial brasileiro. No entanto, tanto a narrativa quanto a historiografia recente evidenciam que essa visão, que confere contornos apáticos às mulheres nos primeiros séculos, ignora que as primeiras brasileiras não dispunham da maior parte das convenções que permitia atribuir às europeias essa inércia.

O processo de aculturação que se iniciou com a colonização e a catequização, tentou coibir o que para elas era perfeitamente natural. Quando iniciamos nossas discussões no segundo capítulo desta pesquisa, verificamos que a liberdade sexual e a participação nos processos de produção da aldeia eram algumas das características dessas mulheres. As distinções entre o gênero existiam principalmente em função da distribuição das tarefas, mas essa distribuição não as tomava por fracas.

Ao contrário, a sobrecarga feminina era bem superior a masculina. Os homens eram guerreiros, mas nem sempre havia guerra, as mulheres eram agricultoras e todos precisavam

comer sempre. E ainda quando viajavam com seus maridos, eram elas que deveriam carregar tudo quanto eles precisassem. De modo que, *fracas* é um adjetivo inaplicável a essas mulheres.

As diferenças entre os sexos evidenciavam-se com mais relevo após o casamento. Tebereté encarregou-se completamente do cuidado e da satisfação de seu esposo, de igual modo ocorria com as nativas brasileiras, após o casamento elas deveriam guardar, segundo Raminelle, fidelidade a seus esposos, ressaltando a presença do patriarcalismo inclusive entre os ditos pagãos.

Antes do casamento, o pai poderia oferecer-lhe em casamento a qualquer um que escolhesse ou até mesmo trocá-la por algum objeto, depois do casamento o marido lhe dava proteção e exigia-lhe cuidado. Todavia, tais restrições, ainda que apontem a presença da dominação patriarcal sobre a vida das primeiras mulheres brasileiras, apontam, também, suas atividades, capacidades e habilidades que superam o que se podia esperar das mulheres do ocidente civilizado e denunciam um retrocesso no posicionamento social da mulher brasileira.

O capítulo destinado a Tebereté é bem curto, mas entende-se melhor a sua história observando inicialmente os aspectos da vida de seus pais, Inaiá e Fernão. Embora não tenha podido formar com eles lembranças, os laços consanguíneos e a origem indígena, ainda que ligada a uma tribo rival, acentuam os laços invisíveis entre mãe e filha. Assim, trazia consigo a mesma alegria, a mesma liberdade, a mesma vontade de viver em função do que lhe fazia bem que se via em Inaiá, de modo que, ainda que as convenções lhe obrigassem a praticar determinadas ações, ela buscava extrair de cada uma delas o máximo de prazer.

Ela não apenas dava prazer ao seu marido, ela também tirava dele todo prazer que poderia ter, tanto na vida, quanto na morte. Antecipava no sexo o prazer que desejava sentir ao se deliciar com a carne do marido. E ainda desfrutava do prazer de estar na posição de quem realizava uma tarefa extremamente prestigiosa diante de sua comunidade.

Observe-se, no entanto, que o que provoca alegria, gozo ou orgulho parte do sistema de regras daquela comunidade, ao passo que, mesmo que tenha sido feliz e tenha gozado de muita liberdade, viveu também em uma sociedade institucionalizada, que se não a inferiorizava, ao menos a subalternizava. Portanto, a liberdade sexual lhe era permitida por certo período, o casamento não era escolha sua e todas as funções que exercia já eram pré-determinadas.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (BOURDIEU, 2012, p.50)

Foi essa magia, descrita por Bourdieu, que permitiu que Tebereté não se sentisse obrigada a casar com Jeans-Maurice, servi-lo ou ter uma filha com ele, ao contrário, sentia-se honrada, pois fora educada para obedecer ao patriarca.

Já na segunda classe de idades, a educação das crianças começava a diversificar-se em função dos gêneros. Eram nesses momentos que os jovens aprendiam o que lhes daria a glória e o que lhes tornariam reprováveis. Essa força simbólica à qual Bourdieu se refere, remonta a essa institucionalização das práticas de dominação que provocam uma aceitação passível e até mesmo feliz de uma posição de dominada.

O que de fato Tebereté fez foi viver, viveu com a liberdade que lhe coube e desfrutou de tudo quanto quis, não houve impossíveis ou inalcançáveis em sua história. A filha da primeira brasileira, Inaiá, honrou, ainda que involuntariamente, o legado da mãe, e sagrou-se como uma mulher que vivia por si e não por fatores externos a seus desejos. Permitiu-se experimentar tudo quanto sua curiosidade instigasse, de modo que, mesmo enlaçada pelas amarras invisíveis da dominação, não conteve quaisquer de seus instintos, assim como soube executar com esmero seu papel de filha, esposa e mãe.

3.3.2 *Maria Cafuza*

Aquela descrita pela narradora como a mais bela representante da família é também aquela cuja face jamais se viu iluminar por qualquer sorriso. Nasceu Maria Mb'ta e assim foi chamada até os cinco anos, no entanto a vida e as ações de um tal João Tibiritê a transformaram em Maria Cafuza.

Alta, pernas longas, pele de um moreno dourado raríssimo de encontrar. Cabelos pretos de graúna, sedosos, descendo em suaves caracóis pelos ombros. Lábios levemente carnudos em contorno delicado, olhos amendoados furta-cor, verde ou violeta, conforme a luz a incidir sobre eles. Queixo altivo e tão bem delineado que a vontade de quem via era ficar ali, admirando. (SILVEIRA, 2019, p. 59)

Linda, porém, marcada pelo sofrimento. A vida de Maria Cafuza reforça que o esquecimento pode ser ou uma bênção, como fora para Tebereté, ou uma maldição, como fora para Cafuza.

Filha da mameluca Felipa e do negro Mb'ta nasceu em um engenho em Pernambuco, no qual seus pais eram escravizados e viviam sob o julgo de seus senhores, e sob a vigilância dos capitães do mato. Até que, depois de uma tentativa de fuga frustrada, foram brutalmente assassinados diante da filha, que contava, então, com cinco anos. Logo após a morte dos pais, Cafuza foi levada pelo bando do algoz de sua família, João Tibiritê.

Foi junto ao bando dos assassinos de seus pais que Maria cresceu, por isso podemos sistematizar suas ações em dois quadros distintos, um primeiro compreendendo o período no qual esteve com os pais e que culminou com a morte deles, e um segundo referente ao período que viveu com o bando de João Tibiritê.

Pelo apresentado na narrativa, vê-se grande semelhança entre a história do nascimento de Tebereté e a história de Cafuza. As duas meninas viviam com os pais e estiveram presentes quando eles foram assassinados. A diferença reside no fato de Cafuza, por ser mais velha, conservar memórias daquele momento.

O tempo no qual conviveu com os pais foi suficientemente importante para que com eles estabelecesse vínculos, permitindo-nos afirmar que ali, com Felipa e Mb'ta, Maria estava em sua primeira comunidade afetiva. Ao passo que, ainda que não houvesse com ela mais nenhum membro daquela primeira comunidade, o vínculo lhe permitia lembrar. Também porque com a idade de cinco anos, a criança já consegue verbalizar e apresentar em uma linguagem compreensível, para si e para os outros, sua percepção.

Diante de cenas tão brutais, como uma garotinha de cinco anos poderia seguir em frente? Não era possível viver sem os reflexos daquela tragédia, sobretudo porque todos os dias Maria se via diante do torturador e assassino de seus pais, de modo que, a mais bela mulher do romance jamais pôde vestir seu rosto com um belo sorriso.

Quando entrou no acampamento, a menina já apagara para sempre de sua mente tudo que vira até então, até a fala. Em seu peito só ficara a opressão esmagadora do sentimento convulsivo de ódio contra João Tibiritê. Sua vida, desde então, foi só e exclusivamente viver para se consumir por esse ódio. (SILVEIRA, 2019, p. 61)

A partir dali iniciava-se o segundo momento da vida de Maria, tudo que Maria Mb'ta havia vivido a lado da família perdeu-se diante daquele evento estarrecedor. Maria Cafuza nasceu no dia da morte de seus pais, e lembrava apenas das sensações e emoções que sentiu naquele dia. Nem mesmo a fala, que Paul Ricouer coloca dentro de um processo de memória mnêmico, ou seja, involuntário e independente de esforço em condições normais, a menina conseguia usar.

Conservou-se silenciosa pelo resto da vida, mas ainda que seja fruto de uma condição patológica que surgiu a partir do trauma, aquele silêncio tornara-se o melhor meio de guardá-la em segurança, pois as palavras poderiam ter revelado seus sentimentos e denunciado suas intenções. Aquele silêncio foi, também, essencial para que não estabelecesse um vínculo profundo com o bando, sua convivência estava restrita a uma velha índia, encarregada de cuidar da menina, e a Manu Taiôba, um dos homens de Tibiritê.

Por outro lado, o silêncio é também uma reação comum às pessoas que sobreviveram a situações de grande perigo ou testemunharam grandes horrores. De modo que, ainda que tenha sido um meio de proteção, aquele silêncio também serviu de apoio para a repressão do passado e dos sentimentos de Cafuza, tornando-se partícipe direto da destruição das perspectivas da menina, uma vez que não lhe permitia superar o trauma e mantinha-lhe escrava do ódio.

Michael Pollak escreveu um ensaio intitulado “Memória, silêncio e esquecimento” no qual discorre um pouco sobre o impacto de eventos traumáticos na vida das pessoas, a partir de entrevistas realizadas com sobreviventes dos campos de concentração em Auschwitz-Birkenau, segundo ele:

Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões. (POLLAK, 1989, p. 14)

Cafuza passou por um processo de ruptura ao ser separada da família, mas não só passou por um trauma, como foi morar com ele, dormia, fazia as refeições com ele. Por isso, era improvável que pudesse superar sua perda, vendo tão bem aqueles que haviam lhe tirado tudo. Essa ausência de superação privou-a de outros sonhos e objetivos, ao passo que a narrativa de Cafuza se resume à história de sua tragédia e à história de seu ódio. E como a escrava que era desses dois, guardou silêncio, observou e aprendeu o que precisava para realizar o único sonho que pôde ter, a vingança.

Ela cresceu no bando, sem falar e como se não escutasse, como bicho selvagem. Acompanhava as andanças, via os combates, o tempo todo ruminando sua única ideia, sua obsessão, alimento, água e modo de respirar: a ideia de matar João. Agachada, escondida, se arrastando e se confundindo com as folhas e os ramos, Maria Cafuza observava minuto por minuto cada passo de seu demônio particular. (SILVEIRA, 2019, p. 61)

Foi essa postura da menina que a manteve camuflada e deu-lhe o conhecimento necessário para cumprir seu intento. Postura severa e muito centrada para alguém tão jovem, de modo que, ainda que o trauma tenha parte em suas atitudes, a força revelada por suas ações é admirável se comparada a qualquer adulto caso passasse pela mesma situação, e assustadora de se ver em uma criança.

Talvez ela nem fosse mais uma criança, em nenhum momento a narrativa fala em choro, temor ou carência, apenas em silêncio. Quanta força não precisou aquela menina para estar no meio daqueles a quem odiava, e quanta frieza para estar tão próxima de seu maior inimigo e, ainda assim, manter-se oculta. De modo que, João, por mais experiente que fosse na caçada e na matança, só foi capaz de perceber as intenções da menina quando nada mais poderia fazer.

O silêncio costuma ser uma reação comum entre as pessoas submetidas a algum trauma, apresentando-se ora como fruto do esquecimento, ora como estratégia de defesa, como aponta Pollak.

Assim, as dificuldades e bloqueios que eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir SCLI passado. Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente, como no caso de uma sobrevivente judia que escolheu permanecer na Alemanha. (POLLAK, 1989, p. 14)

O contexto apresentado por Pollak é o das entrevistas realizadas com sobreviventes do holocausto, diferentemente de Cafuza essas pessoas usavam o silêncio de maneira consciente, a menina não. O silêncio dela vinha da extinção de uma memória, não sabia como falar, porém, assim como a sobrevivente judia, citada por Pollak, ela estava em um meio que se tornaria hostil caso seus planos se tornassem conhecidos.

As perspectivas de Cafuza sempre foram muito limitadas, enquanto esteve com os pais era escrava, e com o bando de Tibiritê, ainda que não fosse escrava deles, tão pouco podia sentir-se parte daquele grupo, era no máximo escrava de seu ódio e desejo de vingança.

A vida dos escravizados dentro dos engenhos era regada a escassez de alimentos e roupas, e a castigos constantes. Era uma época difícil até para os mais ricos, os próprios senhores de engenho, embora passassem bem melhor que seus escravos, não possuíam muito além de sua posição para ostentar.

Mesmo os fazendeiros mais ricos alimentavam-se mal, comendo em excesso dura carne-seca. Só uma vez ou outra degustavam frutos. Mais raramente ainda legumes. A falta de boa comida era compensada pelo excesso de doces: goiabada, marmeladas, doces de caju e mel de engenho e cocada. (DEL PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 46)

O comércio da cana-de-açúcar, que sustentava a economia brasileira naquela época, compreende um segundo momento da economia colonial. A cultura da cana-de-açúcar demandava muita mão-de-obra, mas essa não era a única justificativa para a escravização de negros e índios, a comercialização de pessoas também era uma fonte rentável para o comércio brasileiro, ao passo que se muitos iam ao continente em busca de escravos, por aqui, muitos grupos também desbravaram o Brasil atacando comunidades indígenas e capturando os sobreviventes, essas expedições ficaram conhecidas como: entradas e bandeiras.

João Tibiritê e seus homens formavam um grupo de bandeirantes, agiam, às vezes, por interesses próprios e em outros momentos por contratos. Normalmente, os bandeirantes partiam em direção ao sertão em busca de riquezas, mas também costumavam ser contratados para caçar escravos fugidos ou mesmo destruir quilombos. Foi esta última finalidade que fez o bando de João estabelecer-se temporariamente em Pernambuco.

Conforme declinava a prosperidade da economia açucareira, em função da concorrência com as Antilhas, essas expedições tornavam-se ainda mais populares. Grupos reunidos por particulares partiam para explorar as matas em busca de riquezas, que não se restringiam a escravos, buscavam também metais e pedras preciosas. Logo, terminado o contrato com o engenho de Pernambuco o bando de João partiu novamente em busca de riquezas.

Maria seguiu com eles, e cresceu ali, muda e atenta, à espera do momento que poria fim ao horror que lhe consumia desde a morte dos pais. Enquanto seu algoz seguia em sua rotina de emboscadas, pilhagens e bebedeiras, sem jamais imaginar o que se escondia por traz do silêncio da menina, para ele, ela era invisível.

É curioso João Tibiritê, tão experiente e astuto, nunca ter percebido o olhar de Maria cravado nele, nunca ter pressentido que bem ali estava a mão que cruzaria seu destino. Jamais lhe passou pela cabeça que a criança muda que um dia, por impulso, ele resolveu levar para ser criada pelo bando pudesse em algum momento vir a ser algum tipo de ameaça. E praticamente se esquecera dela, a criatura arredia que vivia socada com a bruxa velha nas moitas de mato, muito mais bicho que gente. (SILVEIRA, 2019, p. 62)

Foi munida de tudo que aprendeu junto ao bando de João que Maria efetivou sua vingança. Aos catorze anos ela assassinou seu grande inimigo, mas apenas para ser tomada por uma profunda frustração, pois esperava que a morte de João lhe trouxesse algum conforto ou libertação, mas nada mudou.

Tentando ajudá-la a encontrar alguma alegria, Manu Taiôba a leva de volta a Pernambuco, com esperanças de que aquele lugar familiar, no qual conviveu com os pais, a fizesse voltar a falar e libertar-se do passado traumático. No entanto, o resultado desta ação foi o oposto do desejado.

Após a autorização do proprietário, Manu Taiôba conseguiu permissão para montar acampamento nas proximidades do engenho. Ficaram por ali um tempo, e Maria passeava por lá sem demonstrar qualquer familiaridade ou interesse por qualquer coisa, porém era visível que observava tudo com ar reflexivo.

Até que, certo dia, levantou-se ainda na madrugada e saiu andando em direção à margem do rio, Manu que a vira sair, acompanhou-a à distância. Foi uma longa caminhada até um pé de jatobá, diante da árvore a jovem agachou-se e começou a cavar com ferocidade até encontrar um pequeno embrulho e “Tremendo, desamarrou a pequena trouxa dos tesouros de Felipa” (SILVEIRA, 2019, p. 64)

Foi imediatamente consumida pela dor que guardara nas profundezas de sua mente e que nunca se permitiu expressar. Caiu em convulsões, enquanto Manu, arrependido de tê-la levado de volta ao engenho, lhe socorria. Naquele momento, não era apenas uma dor interior

que a tomava, mas também uma dor física. Maria não sabia, mas estava grávida, sua barriga não cresceu muito e, como estivesse entretida com a viagem e a estadia no engenho, não pode interromper a tempo a gestação. De modo que, ali, tomada de dor e emoção, morria enquanto nascia a sua filha.

Observe-se que, a emoção que não lhe rompeu o peito com a morte de João, rasgou-lhe a alma quando encontrou a caixinha de tesouros de Filipa. As emoções que os anos de silêncio lhe permitiram ocultar explodiram diante daquele lugar e daquele objeto. Isso ocorreu porque nossa memória estabelece com o meio pontos de contato que em um possível reencontro pode ocasionar a evocação de alguma memória.

Maria recordou um caminho e seguiu-o, lembrou da árvore e do objeto, imediatamente pôde recordar o que vivera com os pais de forma avassaladora. Esse fato ilustra o que Halbwachs propunha ao afirmar que nossas memórias são sempre coletivas, pois as dividimos com pessoas, assim como com espaços. Também Pollak ratificava utilizando outros termos-acontecimentos, personagens e lugares – para essa mesma perspectiva, asseverando que as memórias se associam a diferentes seres para possibilitarem sua evocação.

À vista disso, torna-se notável que o ponto de apoio que ligava Maria ao trágico desfecho de sua família era João Tibiritê, a presença deste homem mantinha sempre presente os traumas de seu passado, a menina centrou nele todas as emoções e sensações ocasionadas pelo assassinato de seus pais, mas aquela figura só lhe remetia a uma parte de sua vida, apenas àquela tragédia específica.

Suas outras memórias, aquelas que antecederam a morte de seus pais, foram sendo reencontradas desde sua chegada em Pernambuco, assim, ainda que a jovem demonstrasse indiferença ao local, e – embora não se tenha no romance nenhuma fala da personagem, mas apenas fatos apresentados pela narradora – adotasse uma postura contemplativa, sugestionava-se que aquele ambiente lhe transmitia certa familiaridade. O que possibilitou que outras memórias fossem se tornando acessíveis.

Vale ainda acrescentar, que a motivação para o acesso a essas memórias não se resume à presença de João ou ao encontro com caixinha de Filipa, mas descende, necessariamente, das emoções que ela reencontrou a partir do contato com esses seres. Halbwachs explica essa relação entre os apoios da memória e os sentimentos.

É assim que, quando se entra pela primeira vez em um quarto na boca da noite, quando vemos as paredes, móveis e todos os objetos mergulhados dentro de uma semiobscuridade, essas formas fantásticas ou misteriosas permanecem na nossa memória como o quadro apenas real do sentimento de inquietude, de surpresa ou de tristeza que nos acompanhava no momento em que elas feriam nossos olhares. (HALBWACHS, p.23)

Dessa forma, ao ver João Tibiritê, a priori, Cafuza lembrava do ódio que sentia e por lembrar do ódio lembrava-se dos terrores daquela noite na floresta. Igualmente, quando viu a caixinha de sua mãe podia recordar as emoções que tal objeto lhe causava ou a alegria que sua mãe sentia com aquele pequeno tesouro.

O reencontro com essas memórias também só foi possível, porque elas não foram esquecidas, segundo Izquierdo memórias esquecidas não podem ser evocadas, mas as memórias extintas:

permanecem latentes e não são evocadas, a menos que ocorra uma circunstância especial: uma apresentação dos estímulos usados para adquiri-las de uma forma muito precisa e/ou com uma intensidade muito aumentada; uma dica muito apropriada; um quadro emocional que imite o quadro em que elas foram originalmente adquiridas; uma situação comportamental que se assemelhe à do aprendizado original. Por exemplo, é provável que, ao sermos expostos a uma determinada situação perigosa, lembremo-nos das estratégias de escape ou defesa para situações perigosas em geral. (IZQUIERDO, 2002, P. 60-61)

Foram, portanto, as condições criadas por Manu Taiôba que tornaram essas memórias extintas, novamente, acessíveis.

Todos os traumas tornaram Maria uma mulher severa e compenetrada, ao mesmo tempo tornaram-na escrava de seus próprios sentimentos. Por isso, Cafuza não pôde protagonizar a sua história, fora sempre conduzida pela força dos acontecimentos. Não teve sonhos, ou objetivos que distassem de sua tragédia familiar, ao contrário, sua vida seguiu sempre o rastro da tragédia. Nem mesmo a morte de seu inimigo foi suficiente para trazer-lhe alguma alegria; viveu como se uma mão empurrasse suas costas para que continuasse andando.

Enquanto seu inimigo estava vivo tinha o seu ódio por melhor amigo e meta, depois da morte dele, o objeto desse sentimento já não existia, mas o ódio se conservava e externava-se em sua postura severa e arredia. Agora, ela odiava um fantasma.

Mulher provada no fogo, Maria Cafuza se mostrou guerreira, centrada e persistente, viveu por um único objetivo e ao menos na morte pôde reencontrar outros sentimentos, não mais o ódio. As emoções que a fazem gritar antes da morte remetem aos momentos da infância ao lado dos pais, àquilo que viveu em Pernambuco, algo próximo do que poderia ter chamado de felicidade.

Representa outras tantas brasileiras que não puderam escolher seus destinos e apenas seguiram pelos caminhos que desenharam para elas. Mas representa também aquelas que rompem com essas formas visíveis ou invisíveis de dominação. Maria fez isso ao matar João, extinguiu a causa de seu aprisionamento. No entanto, não teve forças, nem tempo para buscar um novo caminho.

3.3.3 Jacira Antônia

Em definitivo uma mulher de poder, Jacira Antônia tornou-se uma fazendeira poderosa e influente apesar de todas as intemperes que abateram sua infância. Filha de Clara Joaquina e Diogo Ambrósio, a pequena Jacira só esteve com sua família até os três anos de idade, pois com essa idade foi abandonada pelo pai e entregue aos cuidados do Cabo Jesuíno.

Ela nunca soube as causas de seu abandono, pois as razões estavam expressas na história da vida de sua mãe, cuja única coisa da qual conseguia lembrar-se era o nome. Mas foram as palavras finais de sua mãe que selaram seu destino.

Alguma vez o senhor pensou por que essa menina não se parece nada com o senhor, só comigo? Pois vou lhe dizer agora. Ela é bastarda. Ela não é sua filha. E morreu ali com um sorriso de gelo nos lábios, certa de que então, sim, naquele último momento, completara sua magnífica vingança. (SILVEIRA, 2019, p. 139)

Ao semear a dúvida sobre a paternidade de Jacira, Clara conseguiu atingir seu objetivo, pois colocara o marido em posição de desonra conquistando com isso a vitória no constante embate que fora seu casamento. Foram, portanto, as ações da mãe de Jacira Antônia que ocasionaram o seu abandono.

Se podemos afirmar que entre as mulheres pioneiras do Brasil houvesse megeras, Clara, com certeza, é a melhor personagem deste romance para representá-las. A mãe de Jacira não tinha um perfil maternal, fora criada principalmente por uma ama de leite, quando criança tinha a saúde delicada, esteve por isso sempre cercada de cuidados e cresceu achando-se o centro do universo.

Ana conhecia bem o caráter da filha, mas nunca entendeu o que lhe cabia fazer a respeito. Via suas implicâncias e pequenas crueldades com as escravas, com as pessoas pobres da vila, com os animais. Via sua dissimulação perante o pai, seu egoísmo e suas intrigas. Sim, Ana sabia. Só não sabia o que mais poderia fazer a não ser ir atrás, desfazendo os malfeitos da filha. (SILVEIRA, 2019, p. 124)

Àquela época vigorava uma rígida legislação acerca do adultério, por isso as ações do pai de Jacira possuíam amparo legal a partir do Código Filipino “legislação do período colonial que permaneceu vigente até o século XIX – permitia que o marido assassinasse a esposa adúltera”. (NADER; LAGE, in. PINSKY, 2016, p. 286)

O destino das crianças nascidas de relações ilegítimas era o abandono em casas de acolhida, nas rodas das igrejas ou sob a tutela de alguma família que pudesse e desejasse assumir aquela criança.

No Brasil, durante o período colonial, as relações ilegítimas, por mais que fossem escondidas, estavam profundamente enraizadas no contexto familiar. Os maridos costumavam ter amantes e por vezes filhos bastardos, tal conduta, embora configurasse uma prática

corriqueira, era considerada ilegal. Portanto, nesses casos, tanto o homem quanto a mulher, vítimas de desonra, poderiam denunciar o adúltero à autoridade eclesial, a qual cumpria o dever de investigar e punir. Mas ainda que homem e mulher pudessem denunciar o adúltero, a punição costumava ser extremamente branda para os homens e extremamente severa para as mulheres, conforme afirma Maria Beatriz Nizza da Silva:

Quando era o marido a cometer o adultério, geralmente a esposa fazia a denúncia. Dada a assimetria na punição do adultério pelas leis civis, não se observava, contudo, o mesmo segredo na investigação do crime pela justiça eclesiástica, uma vez que as Ordenações só puniam severamente as mulheres adúlteras, ficando os homens sem punição. (SILVA, 1993, p. 182)

Foi então, pelo simples desejo de vingança da mãe, que Jacira se viu privada da vida em família e dos luxos que poderia ter gozado se tivesse sido criada por sua família biológica. Porém, ainda que não entendesse o porquê de ter sido abandonada, a menina não reclamava da vida que levava ao lado do Cabo Jesuíno e sua esposa, fora sempre uma menina séria, dada ao trabalho e de sorriso raro.

Mesmo sem entender, ela aceitou tudo que aconteceu, conservando em seu interior a certeza de que seu pai voltaria para buscá-la, contudo, o tempo a fez parar de esperar e ocupar-se apenas com a vida que tinha. Aos quatorze anos, tendo despertado o interesse do capitão Dagoberto, ela se casa com ele e ambos partem para o interior de Goiás em busca das riquezas daquelas terras inexploradas.

Foi um casamento bem à moda da época, pensado com finalidades práticas.

O que ele viu em Jacira – e estava muito certo em ver – foi uma força interior, uma energia que certamente não era fácil de encontrar nas moças do lugar. A mocinha miúda tinha um passo decidido, um olhar reflexivo nos grandes olhos escuros, sinal certo de inteligência e tirocínio e sempre era vista em alguma atividade: varrendo a casa e o quintal, buscando água no rio, atiçando as brasas do fogão, lavando roupa no rego, cuidando das galinhas e da porca, debulhando o milho, preparando a comida, que era comida de pobre mais substanciosa, graças justamente à iniciativa da menina, que substituía a mãe entevada em praticamente tudo. (SILVEIRA, 2019, p. 143)

Se para o capitão o que importava eram as habilidades da menina, a Jacira não havia motivos para se casar com ele, tanto quanto não havia motivos para não o fazer.

Quanto a Jacira, casar com o capitão ou com qualquer outro lhe dava no mesmo, pois certamente essas coisas naquela época e lugar continuavam sendo aceitas, como acontecera com sua mãe e com suas avós, como se aceita um dia de chuva ou de sol, a chegada da noite ou do dia. (SILVEIRA, 2019, p. 143)

À época, na instituição do casamento, o homem buscava uma parceira que se encarregasse de cuidar do marido, da casa e gerasse filhos, por outro lado a visão feminina acerca do matrimônio era um pouco diversa. Por isso, as mulheres mais ricas buscavam o matrimônio por fins românticos ou socioeconômicos, consistindo este ou na idealização de um amor, ou ainda em um conjunto de vantagens que a condição de mulher casada poderia oferecer.

Para essas mulheres, o casamento estava, portanto, cercado de expectativas, ao passo que mesmo que este não passasse de um contrato celebrado entre o pai da noiva e o marido, essas jovens conservavam grandes esperanças com a mudança de estado civil.

Clara Joaquina exemplifica muito bem isso, não buscava amor, mas buscava no casamento uma mudança social, embora já fosse rica e gozasse de boa posição social desejava adentrar às grandes camadas da sociedade carioca.

Diferentemente da mãe, Jacira não tinha qualquer expectativa com o casamento, não via nele vantagens, nem tampouco desvantagens. Retratava bem o pensamento das mulheres mais pobres. Ela não escolheu casar-se, pois fossem ricas ou pobres, em comum tinham a falta de poder decisório sobre suas vidas. Então, quando Dagoberto pediu sua mão, e seus pais adotivos consentiram a união, a menina só pôde aceitar.

A única coisa que lhe provocou alguma ansiedade foi a vida que o marido lhe oferecera, uma aventura em busca de terras e fortuna em uma capitania pouco explorada, Goiás, de modo que, a descoberta da sexualidade foi uma grata surpresa. Assim, logo depois do casamento, partiram rumo à sua aventura.

Naquele dia, no friozinho da madrugada de neblina baixa, Jacira partiu com o capitão seu marido, cada um em seu cavalo, acompanhados por vinte mulas carregadas de mantimentos, apetrechos e munição, quatro feitores mulatos e trinta peças escravas (vinte e cinco homens, cinco mulheres, todos negros). Iam armados, com boa munição e muita disposição rumo à capitania de Goiás, lugar ainda pouco desbravado, onde se dizia haver muito ouro e muita terra boa. (SILVEIRA, 2019, p. 145)

As armas eram de fato necessárias, uma vez que, por ser uma região pouco explorada, estava repleta de comunidades indígenas desconhecidas e por vezes hostis. Com todo cuidado e com muita disposição, a viagem seguiu por vários meses, até que, ao final de mais de oito meses de exploração, o capitão encontrou o lugar que viria a ser o lar de sua família. Jacira gostara do lugar e imaginava muito satisfeita tudo que poderia fazer naquelas terras.

Essas terras não haviam sido exploradas por colonos, mas sempre foram habitadas pelos nativos, ocasionando grande preocupação nos fazendeiros locais. Contudo, dado o comportamento pacífico de Dagoberto, ele e sua família buscavam uma convivência harmoniosa com os vizinhos indígenas.

Nesse ponto da história, a narradora intervém para esclarecer que a postura do casal não derivava de qualquer consciência ou consideração com os nativos, mas puramente numa inclinação moral à não violência, como afirma:

O capitão era um dos poucos que dera ordem para que seus escravos e empregados nada fizessem. Não por especial virtude, pois, tanto quanto os outros, também achava que índio e bicho eram primos-irmãos, mas por uma questão de estilo; o capitão era homem mais afeito ao domínio pela força do caráter do que pela violência e desmandos. Quanto a Jacira, também lhe parecia natural a ideia de que o índio estava

mais perto de um bicho do que deles. Essa geração de brasileiros, nem bem dois séculos tinham se passado e já havia por completo se esquecido de quem descendia. (SILVEIRA, 2019, p. 146)

O trecho não só demonstra a postura pacificadora de Dagoberto, como também tece uma crítica à memória curta do brasileiro, tratada pela narradora como um problema crônico e muito antigo, ao passo que, Jacira, com pouco mais de dois séculos de distância da primeira mãe dessa família brasileira, já ignorava sua descendência. Sua opinião, como a de muitos àquela época, destinava aos nativos ou temor ou desprezo.

No entanto, Jacira e a família não puderam se conservar pacíficos por muito tempo, pois a cada dia os ataques indígenas se intensificavam. Foi em um desses ataques que Jacira teve que comandar a defesa de sua família e de suas terras sozinha, porque seu marido havia viajado para conversar com outros fazendeiros sobre os ataques.

Essa empreitada trouxe à tona habilidades que Jacira não imaginava ter, seu poder de mando e capacidade estratégica tornaram bem-sucedida a defesa da fazenda, revelando a Jacira um novo prazer:

Depois desse dia em que descobriu seu poder e se sentiu tão bem, algo em Jacira mudou. Sutil, muito interior, algo que nem mesmo o capitão Dagoberto, com sua astúcia de ledor de fisionomias, percebeu de imediato. Algo que poderia ser traduzido como uma paixão quase natural pelo poder e a certeza de que, para chegar a ele, acharia o caminho certo, fosse pela astúcia, fosse pela força. (SILVEIRA, 2019, p. 149)

Desde a vitoriosa batalha, os problemas com indígenas se tornaram menos frequentes, enquanto isso, Jacira e Dagoberto seguiam trabalhando e prosperando muito; o número de propriedades, bem como a influência da família, crescia vertiginosamente. E Jacira, como era comum às mulheres que não possuíam ascendência nobre, contava com muitas obrigações, supervisionada a fabricação do polvilho, a confecção de doces, ordenava obras e acompanhava os teares.

Como visto no capítulo dois, o trabalho doméstico feminino compreendia a administração de diversas atividades produtivas, desse modo as donas de casa do período colonial, assim como Jacira, deveriam dispor de múltiplas habilidades, a fim de gerir o lar e corresponder às necessidades e expectativas familiares.

Nesse mesmo capítulo, observou-se, também, que durante os períodos colonial e imperial, principalmente, as mulheres conservavam-se sob a tutela de um homem, – pai, irmão, tio ou esposo – devendo-lhe obediência e respeito. Eram educadas em um ambiente extremamente patriarcal que as ensinava a serem dóceis e obedientes a seus tutores. Sobre isso, Saffioti afirma que:

As mulheres brancas da época escravocrata apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação, ao poder do patriarca, aliando à ignorância uma

imensa imaturidade. Casavam-se, via de regra, tão jovens que aos vinte anos eram praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. (SAFFIOTI, 1978, p. 91)

Contudo, havia uma situação específica na qual uma mulher poderia assumir o comando da vida da família legalmente, a viuvez. Assim, a viuvez era a única condição que retirava a mulher de sua posição naturalmente submissa, pois, se o pai morresse passava à tutela de outro homem da família – um irmão ou um tio –, mas quando o esposo morria a mulher assumia a responsabilidade administrativa, operacional, social e educacional da família.

Percebe-se, com isso, que, para algumas mulheres, a viuvez seria um caminho para a liberdade e em alguns casos para a dignidade, visto que, possibilitava à mulher explorar suas habilidades em outras atribuições, escolher novos caminhos – desde que estes não ferissem a conduta moral exigida à época – e colocava-as em uma posição de mando e poder legitimada na sociedade, pois uma mulher solteira e fazendeira próspera não seria bem aceita, mas viúva sim, como ratifica June E. Habner:

No Brasil do século XIX, algumas mulheres chegaram a administrar propriedades com desenvoltura e independência. O reverendo Robert Walsh, capelão do embaixador britânico, viajou pelo interior da província de Minas Gerais no final da década de 1820 e observou que viúvas de fazendeiros costumavam gerir sozinhas suas fazendas e escravos, “e assumiam o papel e o fardo de seus maridos em todos os aspectos”. De fato, na viuvez, ficavam suspensas algumas das restrições legais impostas sobre mulheres casadas, e as viúvas passavam ser consideradas “chefes de família”. (HABNER, 2016, p. 46-47)

Jacira agora era uma chefe de família, mas não ficara feliz com a viuvez, daria tudo para ter o esposo de volta, mas com a morte dele, pôde colocar-se em posição de liderança, e disso ela gostava bastante.

Suas atividades se multiplicaram. Em alguns anos tornou-se a mais poderosa fazendeira da região, e o que não conseguia pelo convencimento conseguia na astúcia ou na força, seu lema secreto, o lema que fazia assomar a seu rosto o sorrisinho de vitória quando, ao anoitecer, se sentava em sua cadeira na varanda, os pés mergulhados na água quente que a escrava vinha constantemente renovar para o lava-pés. Ali, ao lado da cadeira vazia do seu falecido, mas eternamente presente capitão, ela ia jogando os sabugos de milho para queimar no tacho de cobre e lhe contando sem palavras o que havia conseguido em seu nome. (SILVEIRA, 2019, p. 154)

Fazendeira respeitada e conhecida no interior e na capital da capitania de Goiás, Jacira construiu um nome forte em sua região, no entanto não o fez por vontade, pois nunca propagou o próprio nome. Tudo que fazia era em nome do capitão Dagoberto, sua fazenda era a fazenda do capitão Dagoberto, seus empregados, eram os homens do capitão Dagoberto, seus negócios eram os negócios do capitão Dagoberto.

Mesmo viúva e responsável pela família e por seus negócios, ela preferia continuar sob o mando invisível do marido. Dava ordens em nome do marido, fazia o que achava que ele

faria. Tamanha era sua veneração ao marido que, mesmo quando as ações dela contrariavam a opção do marido pela não-violência, era em nome dele que ela afirmava agir.

Por isso, quando um de seus empregados foi preso por homicídio, diante da recusa do comandante em soltar o “homem do capitão Dagoberto”, Jacira mandou pôr fogo na delegacia. E, embora suas atitudes nessa emboscada em nada lembrassem o modo de agir do marido, a fazendeira afirmava, “Agora, sim, aquele comandante acabou de aprender que a autoridade aqui é você, Dagoberto”. (SILVEIRA, 2019, p. 157)

Por traz dessa veneração pós-morte, pode-se observar bem mais que a dedicação de uma viúva. A presença invisível do marido morto equivale à presença invisível de uma violência que Bourdieu (2012, p. 8) chamou de simbólica, justamente por não ser reconhecida nem mesmo pela vítima.

Essa violência não entra na vida de Jacira no casamento, descende de sua educação que, como a educação da maior parte das meninas do século XVIII, preparava-as simplesmente para obedecer e naturalizava o silêncio feminino.

Jacira gostava de poder, mas não queria ver seu nome elevado, não achava justo, o exaltado deveria ser o marido, ao passo que todo seu trabalho não a transformou na fazendeira Jacira Antônia, mas sim na Jacira mulher do capitão Dagoberto. Sobre essa força invisível Bourdieu afirma que:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, p.8)

Pelo exposto, os sentimentos de Jacira pelo marido legitimavam essa violência simbólica, que fazia com que Jacira não conseguisse se ver grande. Pode-se, ainda, atribuir a essa violência o temperamento servil propagado pela educação feminina, que não só colocava as mulheres em posição de dominadas, mas também fazia com que gostassem dessa posição. Evidenciando que, embora seja uma violência característica das sociedades patriarcais, é na mulher que encontra legitimidade para se propagar.

Por isso, Jacira quis proceder com a filha, Maria Bárbara, tal qual procederam consigo, pois, se o casamento que escolheram para ela a fez feliz, ela também poderia escolher um bom casamento para a filha. Não via problemas em um casamento arranjado, sonhava encontrar para a filha um homem tão bom, imponente e culto quanto Dagoberto.

Mas, diferentemente da mãe, Maria Bárbara escolheu seu companheiro e Jacira tudo fez para separá-los, pois não achava que Jacinto – capataz, mulato e de pouca instrução – fosse

parceiro digno para a filha do capitão Dagoberto. É importante esclarecer que essa preocupação de Jacira com a posição de Jacinto não era de cunho econômico, não precisavam de dinheiro, ela simplesmente achava que se encontrasse para a filha um parceiro com as mesmas características de Dagoberto estaria assegurando a felicidade de Maria. Foi, novamente, de Jacira a mão que legitimou a violência simbólica, invisível e disfarçada de bem na vida, agora, de Maria Bárbara.

Jacira foi vítima da própria ignorância, despejou sobre a vida da filha a mesma dominação opressora e determinista que recebeu em sua criação, mas essa ação não foi aceita servilmente por Maria.

Depois das mortes de Jacinto e, meses depois, de Maria Bárbara, a única alegria na vida de Jacira era a neta Damiana; pois seus filhos, já adultos, seguiram seus caminhos. Feliciano morava no Rio de Janeiro, Mariano, irmão gêmeo de Maria Bárbara, rompeu com a mãe e partiu logo depois do enterro da irmã, perto de Jacira ficaram o silencioso Antônio e o caçula Justino.

Dali para frente, a vida no Brasil começava a mudar, ecos sobre a independência e o desejo de formar uma república lhe chegavam pelas cartas de Feliciano e enquanto a tudo acompanhava, Jacira viu a economia dentro de sua fazenda mudar, passou a contar com menos empregados e escravos, abandonou os canaviais, diminuiu as plantações e focou apenas na criação de gado.

O marasmo que se seguiu em sua vida só foi interrompido por um reencontro inesperado com seu irmão Alencar Ambrósio, cujo nome ou existência apagara completamente desde aquela madrugada que seu pai a abandonara na varanda do cabo Jesuíno.

Jacira não pôde esconder seu tremor ao escutar o que lhe dizia aquele senhor imponente, de barba e cabelos totalmente brancos, e não soube o que pensar daquela figura patriarcal, com modos citadinos, tão diferentes dos seus. Em sua memória ficara o som do galope do pai, os nomes de Diogo Ambrósio e Clara Joaquina. Um quarto escuro, uma névoa. Mais nada.

Nenhum irmão. Nenhum afeto, nem memória de carinhos, nem lembranças boas ou ruins. Nada. (SILVEIRA, 2019, p. 166)

O reencontro com o irmão provocou um reencontro com as poucas memórias que tinha, memórias indesejadas, memórias dolorosas, principalmente, por serem irremediáveis. Setenta anos haviam se passado e nada poderia modificar o passado, assim como nenhum bem lhe fazia imaginar a vida que poderia ter tido.

Essa rememoração só foi possível em virtude de dois pontos dos processos de rememoração, o primeiro, os personagens, descrito por Pollak e o segundo, os depoimentos, descrito por Halbwachs.

Pollak afirmava que nossa memória se apoiava também em personagens cuja presença possibilitaria a evocação de determinada memória. Por isso, ainda que não recordasse da existência ou do nome de Alencar, ele, como seu irmão, age como um personagem da família e provoca a instantânea lembrança de Clara e Diogo.

De igual modo, o depoimento do irmão ao relatar a partida da irmã e sua busca por ela trouxeram outras memórias, como o galope do pai: “A vista do irmão trouxe-lhe outra vez o som do tropel de um cavalo partindo, um só, um único tropel ensurdecido em sua cabeça, varando a escuridão da madrugada, fazendo-a acordar alquebrada, em pânico, inteiramente só” (SILVEIRA, 2019, p. 176). O encontro com essas memórias sugou as últimas forças de Jacira, que morreu pouco tempo depois.

A vida de Jacira chama atenção, principalmente, por sua capacidade de transformação. Da história da menina abandonada, privada das riquezas da família, criada na pobreza e na servidão, para uma vida de aventuras pelo interior do Brasil, para uma fazendeira próspera e influente na capitania de Goiás. De uma mãe protetora e arraigada à cultura patriarcal, a uma avó disposta a não repetir com a neta os erros que cometeu com a filha.

Vemos nessa personagem a força que era regra para as mulheres do século XVIII e não exceção como nos fizeram crer por muito tempo. Nessa época, o Brasil era um país em construção, nada havia pronto, homens e mulheres trabalhavam duramente para encontrar riqueza, desbravar o território e firmar-se como parte integrante e importante de suas comunidades. O trabalho dessas mulheres não podia, portanto, restringir-se ao cuidado dos filhos ou da casa. Ou melhor, o cuidado da casa e dos filhos exigia uma série de outros cuidados para os quais fragilidade e excessiva delicadeza eram inconcebíveis.

Vale esclarecer que, não vemos em Jacira uma *masculinização* da mulher, vemos apenas uma mulher no exercício da força que lhe é inata e que desde o dia que a descobriu não se privou de usá-la, ainda que sempre a mantivesse condicionada à autoridade visível ou invisível do marido

A vida desta mulher também evidencia o papel feminino na propagação da cultura patriarcal, pois é na aceitação feminina que a violência simbólica encontra uma base para firmar-se e um meio plausível de perpetuação. Nessa perspectiva, Simone de Beauvoir afirma:

Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, 1970, p. 12)

Contudo, a mudança interior provocada pela morte de Maria Bárbara também ressalta que esse elo invisível, que manteve tantas mulheres atadas à dominação masculina, também pode ser rompido e de fato foi rompido tanto na narrativa quanto na vida de muitas mulheres desse período.

3.3.4 *Damiana*

Damiana é mais uma das mulheres dessa família a ter uma infância marcada por tragédias, na verdade não só a infância, as tragédias pareciam gostar de sua companhia. Sua primeira grande perda precedeu seu nascimento, pois quando seu pai, Jacinto, morreu, vítima de um tiro ordenado por Jacira Antônia, ninguém podia imaginar, mas Damiana já habitava o ventre de sua mãe Maria Bárbara.

O triste desfecho dos pais de Damiana ficamos conhecendo enquanto analisávamos sua avó, Jacira, que, diante de todo sofrimento que provocado à filha, buscava compensar suas faltas enchendo a neta de cuidados e carinhos, o que também faziam os tios de Damiana. De sorte que, apesar de não ter conhecido os pais, pôde gozar de uma infância alegre, feliz e repleta de amor.

De igual modo, conhecemos a história do nascimento de Damiana, também, no capítulo do romance que se destinava à sua avó e à sua mãe, porquanto no seu capítulo não havia muitas informações sobre sua infância e crescimento, pois sua narrativa não segue uma cronologia rigorosa ou detalhada, de modo que, na primeira cena do capítulo, Damiana está na pequena cela do convento onde esteve presa até poucos dias antes de sua morte.

De sua vida, a narradora escolheu relatar a história de seus infortúnios, primeiro a morte dos pais, depois a morte de João Batista, depois o casamento infeliz com Inácio Belchior e por fim seu encarceramento em um convento. Infortúnios que direcionam o cerne da discussão sobre esta personagem à família enquanto instituição social, principalmente no que diz respeito à localização feminina dentro dessa instituição. Ao passo que, verifica-se na história de Damiana, em maior relevo, duas etapas da cronologia familiar, o casamento e o divórcio.

Todas as tragédias que atingiram Damiana fizeram-na uma mulher persistente. A neta de dona Jacira, trazia em si a força das mulheres da família, por isso não se curvou diante dessas situações e, enquanto teve forças, conservou a esperança e o empenho para superá-las. De forma que, ao mesmo tempo que se pode observar alguns aspectos da vida feminina no século XIX, tais como, as restrições e punições a que as mulheres eram submetidas, vê-se também que nem todas as mulheres conservavam-se passivas diante dos abusos sofridos.

Essa determinação e essa força descendem necessariamente da educação de Damiana que, em virtude da morte dos pais, foi menos rigorosa que a de sua mãe, Maria Bárbara. Tanto que, tão logo João Batista pediu sua mão em casamento a Jacira, a avó não pôde negar, pois aprendera, da forma mais dura, que as mulheres também necessitam de direito de escolha. Dali por diante, faria diferente

São dores que ela sabe que estarão dentro dela quando a terra cair sobre o caixão. São momentos irremediáveis que ela jamais poderá apagar, mas que poderá, isso sim, evitar que aconteçam outra vez. Evitar que aconteçam com Damiana, a preciosa criatura que lhe ficou da união de Maria Bárbara e Jacinto, essa união que ela tentou de maneira tão estúpida evitar. (SILVEIRA, 2019, p. 161)

A partir dessa mudança interior de Jacira Antônia, Damiana usufruiu de maior liberdade e, diferentemente de Maria Bárbara, teve a chance de escolher com quem se casaria, algo pouco usual, visto que a estrutura familiar patriarcal que imperava à época apoiava-se na centralidade do homem enquanto chefe da família e tinha no casamento um meio de perpetuação ou elevação do status econômico da família.

Por esse motivo, o amor romântico não figurava entre os critérios para o enlace, considerando a realidade das famílias mais favorecidas economicamente, onde podemos incluir a família de Damiana, buscava-se ampliar ou conservar o patrimônio familiar através de arranjos matrimoniais entre iguais, ou seja, entre pessoas em situação econômica igual ou superior à da noiva.

Conforme June Habner (2016, p. 47-48) a decisão da realização ou não do casamento estava a cargo do homem da família, a quem cumpria o papel de avaliar as vantagens da aliança entre as famílias. Os noivos, tanto o homem quanto a mulher, acatavam a decisão do pai, sem participar da escolha. Contudo, após o casamento o homem tornava-se o patriarca de sua própria família, assumindo o mando de sua vida, assim como da vida de sua esposa e dos filhos que viessem a ter, por outro lado a mulher conservava-se em posição de obediência ao homem da casa, tendo sua autoridade restrita aos escravos e apenas nos assuntos relativos ao ambiente doméstico.

Pelo exposto, pode-se afirmar que após o casamento a posição da mulher continuava a ser de obediência, que agora seria devida a seu novo tutor, o esposo. Fora isso, outras mudanças que se pode considerar são as novas funções assumidas em decorrência da administração das atividades domésticas e o sexo, muito embora este último tivesse, necessariamente, papel reprodutivo, não considerando o prazer feminino.

Logo, permitir que Damiana se casasse com aquele que amava, consistia em um rompimento com o silenciamento da mulher no interior da família, constituindo um passo para

o futuro que, só a partir da segunda metade do século XIX, se tornaria uma realidade normativa na vida feminina, como afirma Safitotti

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis, no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior. O namoro ganha, feições totalmente novas. Não mais os pais acertam entre si o casamento dos filhos imaturos; são os próprios interessados que tomam iniciativa, facilitada agora pelos novos hábitos de frequentar bailes, cinemas e fazer o «footing» nas cidades interioranas. Minado o sistema de segregação sexual e o de reclusão da mulher no lar, decrescem as diferenças de participação cultural dos elementos femininos e masculinos. (SAFIOTTI, 1978, p. 97-98)

Essas transformações sociais, assim como as transformações históricas que inflamavam o Brasil ainda na primeira metade do século XIX, instigavam Damiana, que tinha nas cartas de seu tio Mariano um meio para manter-se a par de tudo, no entanto sua maior fonte de conhecimento e informações foi, com certeza, João Batista, seu primeiro amor.

Batista era amigo de Mariano e ficou na fazenda por dois meses, ao partir, já estava noivo de Damiana, que ficou ali aguardando que ele retornasse tão logo concluísse os preparativos para o casamento.

E assim teria ocorrido, não fosse a insistência da sombra do trágico, sempre a perseguir a menina. Foi essa tal sombra que fez seu tio, e não João, voltar dois meses depois. Mariano esperou a sobrinha em uma fazenda vizinha e mandou chamá-la, quando ela chegou contou-lhe da morte de João Batista em uma briga por uma dívida de jogo. Ela tentando não se deixar abater, mostrava a força que herdara das mulheres da família.

Na fazenda com as cartas de João Batista, ela tenta encarar o destino sem se deixar abater. É seu jeito de ser, essa capacidade de aceitar a vida com o que ela traz. Tem o dom de não fazer do passado um fardo e sim um cofre fechado onde guardará para sempre seu tesouro de luz inextinguível. (SILVEIRA, 2019, p. 171)

Era assim que vivia, a cada novo infortúnio aprendia algo e evoluía com isso, suas dores convertiam-se em aprendizagem, por isso achava-se privilegiada por ter conhecido João e aprendido tanto com ele. De modo que, embora ele tenha morrido, seus ideais permaneceram vivos em Damiana, que escrevia constantemente ao tio para pedir-lhe os livros dos quais João havia lhe falado.

Mariano, por sua vez, se sentia responsável pela sobrinha e doí-lhe ver-lhe novamente como vítima de uma nova tragédia. Se pudesse, teria levado a sobrinha consigo assim que deixara a fazenda, mas nunca se casara e levava uma vida boemia regada a reuniões abolicionistas, mas também a muitas festas e bebedeiras. Que ambiente poderia oferecer para a criação de uma menina? Nenhum que fosse minimamente aceitável à sociedade carioca do início do século XIX.

Mas agora a sobrinha já era adulta e já não podia ver-lhe presa àquele ambiente rural, ele acreditava que o lugar ideal para a sobrinha era na cidade. No entanto, um problema persistia; àquela época toda mulher vivia sob a tutela de algum homem, ele como tio poderia cuidar da sobrinha se fosse casado. Como não era, as únicas opções eram, ou deixar Damiana com a avó, ou providenciar um bom casamento para a jovem.

Damiana não tinha, neste momento, nenhum desejo de casar-se, mas desejava muito mudar-se para o Rio de Janeiro e para ela, assim como para qualquer mulher naquele momento, só poderia sair da casa da família para estabelecer-se com sua própria família através do matrimônio. “Não obstante a maneira pela qual se organizou no Brasil a família patriarcal e as diferenças de grau de liberdade e de posição que conferia ao homem e à mulher, o casamento representava praticamente a única carreira aberta a esta”. (SAFIOTTI, 1978, p. 92)

Mesmo usando a palavra carreira, essa única opção aberta para as mulheres poderia ser, como foi para Jacira, um caminho de felicidade ou de infelicidade, como foi para Clara Joaquina. A verdade é que, nos moldes das famílias coloniais brasileiras, para as mulheres o casamento era uma loteria, algumas encontravam nele a felicidade, enquanto para outras ele se tornava uma prisão cruel.

Mas Mariano tratou de procurar um bom partido para a sobrinha, e novamente enviou um amigo à fazenda, era o português Inácio Belchior, “falante, falso, bajulador” (SILVEIRA, 2019, 172). Hábil nas palavras, o português enganou a todos, dizia-se um brasileiro nascido em Portugal, mas essa era apenas a estratégia perfeita para conquistar a idealista Damiana e sua vultuosa herança.

Inácio era apenas um homem ambicioso e disposto a tudo para conseguir o que queria, Damiana, por sua vez, não sentia qualquer atração por ele, seu único desejo era mudar-se para o Rio de Janeiro e o casamento era a única rota possível para realizar seu desejo, então consentiu que se casassem.

Socializada para o casamento o com um homem escolhido por seu pai, de idade, comumente, bastante superior à sua, a mulher brasileira tinha em relação a vida conjugal expectativas muito realistas e estava preparada para enfrentar a vida que a esperava, remunerando, assim, positivamente, as expectativas sociais com referência a si própria. (SAFIOTTI, 1978, p. 93)

Damiana conhecia suas opções, logo suas expectativas eram claras e realistas, por isso casou e conseguiu o que queria, mudou-se para o Rio de Janeiro. Onde teve a convicção de que o tio estava certo, a fazenda não era lugar para ela, ela era, com certeza, uma mulher da cidade, por isso tão logo chegou viu-se completamente encantada pelo ambiente, pelas pessoas e por toda agitação que a vida urbana representava.

Menos romanesca do que outrora, começa a pensar muito mais no casamento do que no amor. Não envolve mais seu futuro esposo numa auréola prestigiosa: o que almeja é ter neste mundo uma situação estável, começar a viver sua vida de mulher. (BEAUVOIR, 1967, p. 106)

Ora, Damiana já havia vivido seu grande amor, então sua perspectiva quanto ao casamento era bem prática, não esperava se apaixonar por Inácio, assim como também não poderia prever o quanto o odiaria. Ainda assim, os primeiros anos da relação seguiram-se sem grandes conflitos.

Contudo, Inácio sempre fora amigo da coroa portuguesa e em verdade esperava com as terras conquistadas com o casamento, conseguir, junto à coroa, um título de barão. Não era a favor da independência, nem tão pouco da abolição, mas a todos conseguiu enganar por muito tempo. Foi só depois do nascimento da filha dos dois que Damiana pôde perceber claramente que as intenções do marido eram falsas, tanto quanto suas palavras.

Tudo aconteceu porque ainda antes do casamente, o casal acordou que caso o primeiro filho dele fosse menino, Inácio escolheria o nome, caso fosse menina, Damiana escolheria o nome. Então quando nasceu uma menina a esposa chamou-a de Açucena Brasília, mas o esposo, contrariando o acordado, registrou a menina com Antônia Carlota.

Damiana, indignada, argumentou que haviam combinado que seria ela a escolher o nome da filha mulher, que ele nunca se opusera a esse nome em todos os nove meses e que ele sabia bem que ela não queria nomes portugueses, a filha deles nascera em um país rico, jovem, magnífico e deveria ter um nome característico desse país. Belchior, pela primeira vez, mandou que ela se calasse. Gritou-lhe que em sua casa quem mandava era ele e que o nome da filha seria o que ele escolhesse e estava acabada a discussão. (SILVEIRA, 2019, p. 174)

Era exatamente assim que funcionava a estrutura familiar da época, centralizada na figura masculina, ao passo que o papel da esposa estava sempre condicionado à obediência ao marido. Por isso, não importava se havia entre eles um acordo ou não, o determinante de qualquer decisão no âmbito familiar era o homem. E como Inácio já não possuía interesse em conservar sua máscara de bom moço, não se furtava de utilizar sua autoridade de homem da casa para fazer valer sua vontade.

Foi assim que, pouco a pouco, Damiana percebeu que a implicância do marido não era direcionada apenas ao nome que escolhera para a filha, mas sim, a tudo que ela gostava. Passou a notar as expressões que denotavam o nojo que ele sentia de Mariano, dos amigos da esposa e principalmente das ideias revolucionárias do grupo.

A preocupação, em manter ocultos seus verdadeiros planos, diminuía conforme Inácio começava a ganhar prestígio diante do rei, tudo graças a sua posição de grande comerciante e proprietário de terras, tanto, que foi convidado para a cerimônia de aclamação do rei dom João. Deste dia em diante, não usou mais qualquer máscara, finalmente mostrava-se sem receios:

“Sua ousadia não tem fim. Damiana agora é chamada de leviana, de dona de salão. Seus amigos são uns sem-vergonha. Suas poesias, escritos infantis. Seus hábitos uma devassidão”. (SILVEIRA, 2019, p.175)

A terceira tragédia de Damiana foi, portanto, seu casamento com Inácio, aquilo que parecia ser o caminho para a realização dos sonhos da jovem, tornou-se a fonte de seus maiores pesadelos. O marido passou a depreciá-la, agredindo-a verbalmente, questionando as condutas que até bem pouco tempo fingia admirar, e não demorou para que essa violência verbal se tornasse também física.

Situação que evidencia a fragilidade das perspectivas de lar e família correntes à época, a ideia de proteção e cuidado era na verdade bem seletiva, servia para o marido e para os filhos, mas quase nunca para as mulheres. Sempre restritas ao ambiente privado e subordinadas a um tutor, viam no lar uma verdadeira prisão. Sobretudo, porque a vida privada era extremamente reservada, ao passo que as situações vividas no interior da casa competiam apenas à própria família, tanto que a violência contra mulher era empregada para correção da esposa de modo legítimo e com amparo legal.

A desigualdade de tratamento das mulheres, especialmente na ordem privada face ao poder pátrio, está presente na estruturação institucional e legal da história colonial, imperial e republicana brasileira. “Matar a mulher que traísse” era legalmente admitido, assim como castigar fisicamente a mulher que não obedecesse em tudo que “fosse justo e honesto” ao marido, durante a longa vigência das Ordenações Manuelinas e Filipinas. Na República, a defesa da honra ou a passionalidade e emocionalidade do crime de feminicídio representaram argumentos para a absolvição. Obedecer aos maridos, e não vice-versa, estava presente do Império até a República com o Código Civil de 1916. As mulheres casadas somente puderam escolher onde morar e ter o direito de decidir trabalhar depois do Estatuto da Mulher Casada em 1962. Assim, a vitimização das mulheres fez parte de um quadro presente não somente na memória social e cultural, mas na materialidade do sistema jurídico dos seus códigos civis e penais e da sua jurisprudência. (MACHADO, 2010, p. 60)

Observe-se que esse processo de vitimização da mulher é exterior a ela, assim como sua subalternização, são status institucionalizados e convencionalizados que, com amparo da lei, colocavam a mulher nessa posição. Por isso, a mesma legislação que permitiu a Diêgo Ambrósio assassinar Clara Joaquina, permitia que Inácio a agredisse verbal ou fisicamente.

No entanto, Damiana era diferente, não fora criada para abaixar a cabeça para ninguém, era neta de Jacira e por ela fora criada para ser uma mulher forte, decidida e, se necessário, combativa. Em função disso, assim que começaram as primeiras ofensas do marido ela se decidiu pelo divórcio.

O divórcio fora instituído no Brasil a partir dos anos de 1700 com base nas implementações eclesiais derivadas do Concílio de Trento, portanto não constituía uma instância civil, principalmente, levando-se em conta que a formalização dos casamentos ainda

eram uma função privativa da igreja. Por isso, deve-se compreender o termo divórcio, tal qual a igreja o definia, como a separação provisória ou permanente dos corpos.

Segundo Maria Nizza (1984, p. 213-215), embora contraditório a igreja continuava a afirmar a indissolubilidade do matrimônio, mas admitia a separação ou a anulação do casamento em alguns casos específicos, dos quais as motivações mais comuns para abertura de processo de divórcio eram o adultério e as sevícias.

Ainda segundo Nizza (1984, p. 213-215), ofertada a denúncia por meio de petição, o vigário colado procederia à inquirição das testemunhas com vistas à justificação das acusações de adultério ou sevícias. Tendo concluído o interrogatório, o vigário colado encaminhava ao vigário-geral um parecer quanto à veracidade dos testemunhos e um segundo parecer sobre as queixas apresentadas na petição. Caso as acusações fossem consideradas verdadeiras, o queixoso procederia a um novo requerimento solicitando a citação do acusado.

Concluídas essas etapas as possibilidades de conclusão do processo eram diversas, pois dependia da postura adotada pelo acusado

Como reagia o homem ao ser chamado a um processo desse tipo? As atitudes variavam: nuns casos, quando a inquirição das testemunhas não deixava margem para dúvidas acerca da culpabilidade do marido, este nem se dava ao trabalho de comparecer em juízo, deixando o litígio correr à sua revelia; outras vezes o homem apresentava-se, mas desistia de toda oposição “com o protesto de não pagar custas algumas”; ocorria, contudo, de o marido “contrariar o libelo”, isto é, defender-se das acusações, negando-as simplesmente ou passando ao contra-ataque. Era comum, nos processos por adultério, o marido revidar acusando a mulher do mesmo crime, pois caso sua argumentação fosse aceita o divórcio não podia ter lugar. (SILVA, 1984, p. 216)

Damiana podia, portanto, requerer o divórcio, mas não teve tempo para isso, pois, em certo dia, chegando em casa, Inácio encontrou-a em companhia de alguns dos amigos que ele em nada estimava, mandou todos embora e quando a esposa entrou no quarto deu-lhe um tapa no rosto. Surpresa e com os olhos marejados, Damiana não pôde conter-se e, por raiva, as palavras escaparam-lhe e ela avisou ao marido que pediria o divórcio.

Inácio, imediatamente, começou a buscar formas de impedir a esposa, não porque desejasse preservar a união, mas para evitar um escândalo e, principalmente, para não dividir o patrimônio com a esposa, arriscando perder a posição que já havia conquistado. O que não lhe era privativo, uma vez que, embora o divórcio fosse permitido, muitos casamentos infelizes se mantinham com o fim único de evitar a dilapidação do patrimônio ou do status dos esposos. Assim, para Inácio, cuja motivação para casar-se com Damiana fora unicamente financeira, o divórcio era inconcebível, sua única opção era, então, antecipar-se à esposa.

Apoiando-se no Código Filipino – legislação que permitia ao homem matar a esposa adúltera, ou ainda, interná-la em conventos ou casas de reclusão por inconveniências ou

desobediência – Inácio, aproveitando-se da dispersão da esposa em virtude da doença que repentinamente acometera a filha do casal, foi até o intendente-geral e prestou queixa contra a esposa, acusou-a de ser libertina, irreligiosa, devassa, perdulária e indigna da sociedade. Em seguida, em reunião com o arcebispo fez as mesmas acusações que culminaram com a quarta tragédia de Damiana.

Com a desculpa de em nome da filha e da família tentarem resolver as coisas, leva a esposa até uma casa de religiosas para aconselhamento. “Quando chega ao convento e é conduzida por corredores sombrios e pedem que entre em uma pequena cela e fecham a porta às suas costas e a trancafiam, ela fica atônita” (SILVEIRA, 2019, p. 177)

Essa estratégia era muito usada por aqueles que não queria continuar com as esposas, tão pouco queriam o divórcio, como explica Safiotti

Não eram raros os casos de internamento de moças solteironas em conventos, quando o pai suspeitava de sua conduta e, embora menos frequentes, maridos havia que para aquelas instituições mandavam as esposas inconvenientes. A vida conventual parece, pois, ter significado uma constante ameaça quer à mulher solteira, quer à casada. Esta constitui, portanto, mais uma evidência de que à mulher branca da casa-grande pouca responsabilidade cabia pela restrição à camada dominante da organização familiar. (SAFIOTTI, 1978, p. 91)

Inácio conseguiu manter a esposa presa por dois anos, período no qual Damiana experimentou muitos sofrimentos O sofrimento de estar presa, só, de não ver a filha, de não ver sua família e seus amigos e de ser vítima das mentiras do marido. A tudo ela enfrentou de cabeça erguida, sem nunca se render, gritava por socorro e a cada oportunidade tentava fugir.

E quando seu corpo, enfraquecido pelo ambiente insalubre e pela baixa nutrição, já não lhe permitiam fugir, passou a escrever cartas que jogava pela janela, à espera de que alguém as lesse e viesse em seu socorro. Mas nunca soube que aquela janela não dava acesso à rua, mas sim a um matagal onde suas cartas se perdiam ao vento.

As coisas ainda ficaram bem piores quando a mudaram de cela, sua nova habitação ficava ao lado de um cemitério de indigentes, no qual pessoas eram enterradas a pouca profundidade, fazendo com que um cheiro pútrido invadisse o quarto de Damiana.

Com o tempo o cheiro parou de incomodar, mas os malefícios dos gases emitidos pelos corpos em decomposição, começavam a prejudicar sua saúde, e ela foi ficando cada vez mais fraca. Somente quando seu tio Mariano finalmente voltou ao Rio de Janeiro, Damiana foi enfim libertada, mas já estava fraca demais, morreu sem ter visto a tão sonhada independência do Brasil.

A história de Damiana é uma história de inúmeras dores, todas causadas pela mão funesta da dominação masculina, que, convencionada em uma estrutura social patriarcal,

penetrou tão profundamente na sociedade brasileira de modo a habitar na memória coletiva dos diferentes grupos étnicos que compunham o país, assegurando a perpetuação desses valores por pelo menos três séculos.

A realidade de pouca liberdade, violência em função do gênero, cerceamento do direito de ir e vir eram práticas às quais qualquer mulher estava sujeita, e quando ofereciam qualquer resistência, acabavam como Damiana, presa, ou como Clara, morta. Nenhuma mulher podia errar, nem tampouco pensar livremente sem sofrer as devidas punições.

Legitimada pela ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, a dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade. (LAGE; NADER, 2016, p. 287)

Foi pensando no bem da família que Jacira fizera de tudo para separar os pais de Damiana, foi para cumprir uma exigência social que Mariano arranhou o casamento de Damiana e Inácio, foi pelo bem da família que, com o apoio da justiça e da igreja, Inácio internou a esposa em um convento.

Nos infortúnios de Damiana vemos os infortúnios das mulheres do início do século XIX, mas vemos também, a força de uma mulher resignada, mas não no sofrimento, pelo contrário, resignada em sua determinação, na superação de todos os problemas. Todas as desgraças que abateram Damiana surgiram-lhe disfarçadas de bem, até por isso, muitas das situações que justificaram as tragédias da jovem, ainda são vistas no século XXI, todavia com novas punições legítimas, tais como a falta de reconhecimento, a desvalorização do trabalho, salários menores, tendo ainda as punições ilegítimas ou mesmo ilegais como o feminicídio e a violência de gênero.

3.3.5 *Maria Flor*

Maria flor nasceu em uma época bem distinta da época de suas antepassadas e tinha como direito natural o que elas nunca imaginaram ter. Filha de Lúcia e Chico, teve uma vida itinerante, morou com os pais e com a avó em Brasília, depois teve que se mudar para a França durante o exílio de seu pai, alternando depois entre o Rio de Janeiro e a Bahia.

Sempre esteve coberta pelos carinhos e mimos, principalmente, da avó e dos tios, crescera livre e teve a sua disposição o direito de escolher o caminho que desejava seguir, por isso fez de sua vida uma constante experimentação:

Cabelos azuis como papel carbono, rosa-*pink* como roupinha de bebê, roxo-paixão-de-cristo: todas as cores do arco-íris já coloriram os cabelos de Maria Flor, cabelos sempre cortados certinhos para deixar aparecer a borboleta tatuada que esvoaça em sua nuca, do lado oposto do pequenino triângulo escuro cujo vértice se vira para a

esquerda, a marca com que nasceu. Hoje seu cabelo está verde samambaia. (SILVEIRA, 2019, p. 269)

Maria Flor nasceu em meio à ditadura militar e mesmo tão pequena sofreu os impactos desse período tão conturbado da história do Brasil. Um deles foi a morte prematura de sua mãe, com quem ela pouco conviveu, por isso, ainda que não tenha experimentado diretamente a dureza da repressão vivida àquela época, vê-se, em sua vida, as consequências desse sistema através das experiências de sua mãe.

Pois, ainda que não pudesse conservar memória das situações vividas por seus pais, podia experimentá-las por tabela, o que se pode afirmar tanto a partir de Halbwachs, quanto a partir de Pollak, ainda que por duas perspectivas diferentes.

Com Halbwachs, vê-se que:

Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (Halbwachs, 1990, p. 41)

Não foi, portanto, pelos livros que Maria Flor teve acesso às histórias sobre a ditadura militar, essa memória histórica foi experimentada pela menina através do contato com uma história vivida por seus pais e por toda sua família. Memórias que ela acessava quando sua avó lhe contava as histórias sobre a vida de Lígia.

Já pela perspectiva de Pollak, como vimos no capítulo 1, existem duas formas de se obter uma memória, vivendo-a pessoalmente ou por tabela. Uma memória vivida por tabela consistiria em uma memória praticamente herdada pois, segundo ele, as experiências vividas por um grupo podem ser transmitidas a membros do grupo mesmo que eles não tenham vivenciado essas situações.

Contudo, essa segunda forma de aquisição de memória não se aplica a qualquer tipo de memória. Pollak alia o conceito das memórias por tabela a memórias de grande impacto, aquelas capazes de marcar profundamente o interior do grupo e de perpetuar-se por gerações. A título de exemplificação, Pollak cita as memórias de guerras.

Logo, por serem memórias de grande impacto tanto na história do Brasil, quanto na vida de Maria Flor, é compreensível que a Ditadura Militar, assim como os eventos que ocasionaram a morte de sua mãe e o exílio de seu pai, alcançassem em algum nível a sua vida.

De modo que, ainda que sua avó e seus tios de tudo fizessem para preservá-la desse sofrimento, às vezes ele se manifestava no inconsciente da menina, tanto que, certa vez, Flor contara a avó que sentia asco a um certo tipo de homem, descrito por ela assim:

Era um cara totalmente esbranquiçado, transparente de tão branco, louro aguado, de olhos vermelhos e pestanas brancas, dizia seu subconsciente. São monstregos

ridículos, repelentes – e provavelmente têm pinto pequeno e ejaculação precoce. Na verdade, sentia um nojo tão grande por caras assim que imaginava algum motivo obscuro, alguma coisa de que não tinha consciência, mas que de alguma forma estava lá, no fundo de sua mente, de prontidão. (SILVEIRA, 2019, p. 274)

E ela estava certa, havia de fato uma motivação oculta em seu subconsciente para essa repulsa. Ocorre que, as características descritas por Maria condizem perfeitamente com as características do homem que as atendeu quando Rosa tentou falar com o general Antônio Camargo Garcia.

Maria era jovem demais para compreender o que faziam naquele lugar ou porque aquele homem lhe provocava uma sensação ruim. Por não entender, não pôde conservar uma memória mais precisa do fato, mas nossa memória costuma se apoiar no que nos cerca, assim como, em nossos sentimentos. Ao passo que, mesmo que ela não conseguisse lembrar exatamente o que aconteceu, lembrava-se do que sentiu e das características físicas daquele homem que tanto lhe enojava.

No entanto, mesmo diante da perda da mãe, de modo tão violento, e do exílio do pai, ela teve uma vida feliz, passara a maior parte da infância com a avó e os tios Leandro, Lauro e Laércio. “Maria Flor era a menina dos olhos de todos eles, que a enchiam de balinhas, pirulitos e chocolates” (SILVEIRA, 2019, p. 275). E, diferentemente da maioria das mulheres de sua família, teve o privilégio de nascer em uma época na qual as mulheres já dispunham de mais direitos e liberdades, de modo que ela podia estudar, trabalhar e, com a retorno da democracia, votar. Já não havia a necessidade de casar-se para obter uma mudança de status, isso era possível, agora, por meio dos estudos e do investimento em sua carreira profissional.

As preocupações de Maria Flor, em sua juventude, eram, principalmente, com dinheiro, com a carreira que escolheria e com o seu corpo. E essas não eram preocupações incomuns para uma adolescente do século XX, mas com certeza para suas ancestrais mais antigas como Jacira, Damiana ou Açucena não eram uma opção e para outras, ainda mais antigas, como Tebereté, Cafuza ou Clara não eram nem preocupação, nem desejo.

O maior privilégio de Maria em relação às suas ancestrais era possuir os meios para realizar seus sonhos, já não havia dispositivo legal que a impedisse, e ainda que algumas pessoas olhassem com estranhamento seu cabelo azul, outras olhavam com naturalidade, pois as convenções sócias se tornaram mais diversificadas.

Contudo, mesmo diante dos grandes avanços na vida feminina observados neste intervalo de mais de cem anos que separam Maria Flor de Damiana, algumas restrições permaneciam, mais veladas, mais naturalizadas, mas igualmente *subalternizantes*. A uma dessas restrições Naomi Wolf chamou de o mito da beleza, para a autora, devido às conquistas

femininas que possibilitaram a abertura dos espaços públicos, as determinações acerca do ideal de corpo feminino tornaram-se instrumento de subordinação e dominação masculina:

O mito da beleza tem uma história a contar. A qualidade chamada "beleza" existe de forma objetiva e universal. As mulheres devem querer encarná-la, e os homens devem querer possuir mulheres que a encarnem. Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher tem relação com sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável (WOLF, p. 14-15)

Esse mito revela que ainda existe um padrão feminino a ser seguido, muito embora esse padrão fosse mutável e revisto de tempos em tempos, constituía um ideário que acabava por condicionar a vida feminina e sua autoestima. Esse padrão não respeita as características físicas de cada mulher e torna-se, portanto, extremamente cruel, sendo o responsável por uma série de doenças psicológicas como depressão e ansiedade, e transtornos alimentares como anorexia e bulimia. Mas Wolf reforça, que ele é apenas um mito:

Nada disso é verdade. A "beleza" é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer, sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram. (WOLF, p. 15)

E Maria Flor, que sempre fora gordinha, viu-se vítima desse mito, passando anos da sua vida controlando a alimentação e ingerindo medicações para emagrecer, até perceber a indústria do emagrecimento que se ocultava por traz dessa cultura da mulher magra.

Decidiu abordar toda a questão por um novo ângulo e se convencer de que não tinha sentido nenhum tanto remédio e regime para ser aceita socialmente. Avalia com certo orgulho essa reviravolta em sua vida. Começou a levantar dados sobre a milionária indústria do emagrecimento e a se dar conta de como a publicidade se esmerava em tentar convencê-la de que seu corpo era inadequado. (SILVEIRA, 2019, p. 270)

Vencida a preocupação com o corpo, as outras preocupações da menina podem ser analisadas juntas: a escolha de uma profissão e suas perspectivas financeiras. Novamente uma preocupação relativamente nova, pois a abertura do mercado de trabalho para as mulheres se inicia com o processo de industrialização e a necessidade de mão de obra barata. Contudo, ainda que a motivação para utilização da mão de obra feminina tenha sido exploratória, possibilitou o surgimento de novas opções para esse público, que um século antes só tinha o casamento ou a reclusão em conventos como possíveis “carreiras”.

Importa acrescentar que, o trabalho sempre fora uma realidade para as mulheres, principalmente para as mais pobres, o que não existia era o trabalho especializado, a profissionalização, assim os trabalhos executados por mulheres possuíam forte ligação com as

relações familiares, estando, por conseguinte, ligados a trabalhos domésticos, como bem observa Safiotti:

A MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (SAFIOTTI, 1978, p. 17)

Portanto, com a abertura do mercado de trabalho para a mão de obra feminina, a mulher continuou a ocupar um espaço de desvalorização, recebendo pelo mesmo trabalho executado por um homem, uma remuneração inferior, uma vez que:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos (SAFIOTTI, 1978, p. 21)

Essa *inferiorização* do trabalho feminino servia então, principalmente, a uma demanda do sistema capitalista que, por meio da mais valia absoluta, obrigava os trabalhadores a jornadas extensivas e exaustivas sem oferecer-lhes em troca qualquer tipo de vantagem, mas apenas exigindo maior empenho do funcionário a fim de que pudessem garantir o seu emprego. Condicionando a manutenção deste à sua produtividade. Desse modo, gerava-se, com a extensão das horas de trabalho, o excedente de produção que se convertia em lucro para os industriais.

Essa história de exploração começa a mudar, como já observamos no capítulo dois deste trabalho, já no século XX, a partir da alfabetização, inicialmente, das sinhazinhas e, mais adiante, das meninas pobres.

A escolha de uma carreira profissional era, portanto, algo novo para muitas mulheres. Tão recente que fora a avó de Maria Flor, Rosa Alfonsina, a primeira mulher da família a ter uma profissão, a de professora. Enquanto a avó seguira por uma profissão preponderantemente feminina à época, Flor dispunha de um número maior de caminhos, motivo pelo qual esteve por muito tempo dividida entre o cinema, o balé e a música, mas foi o mundo da moda que acabou ganhando sua preferência:

Flor gostava de desenhar figuras humanas com trajes variados e sempre teve um interesse genuíno pelo corpo em todos os seus aspectos. Era vaidosa; gostava de se enfeitar e se pintar e, dada sua natureza fora dos padrões, sempre confeccionara as próprias roupas e arranjos. (SILVVEIRA, 2019, p. 279)
(...)

Debruçando-se sobre esse pensamento e ramificações, ela decidiu, ia ser estilista. Ia trabalhar com moda, como seus bisavós, Umberto e Leda Rancieri. (SILVVEIRA, 2019, p. 280)

Superadas as inquietações quanto a seu corpo e escolhida a sua carreira, Flor seguiu para o Rio de Janeiro onde trabalhou bastante e construiu um nome forte no mundo da moda, fazia figurinos para o cinema, para o teatro, para as novelas e tinha seu próprio ateliê em Santa Tereza.

Quanto a vida afetiva de Flor, percebe-se logo que esta não foi sua preocupação inicial, o casamento deixara de ser a primeira necessidade de uma mulher, e as relações afetivas tornaram-se mais naturais e espontâneas desde o século XIX, quando a presença feminina em bailes e festas se tornou comum.

O que não era comum no século XIX era que as mulheres tivessem a iniciativa dos relacionamentos, mas algumas jovens da segunda metade do século XX já não costumavam esperar pela iniciativa masculina, tanto que, no mesmo dia em que conheceu Joaquim, – em uma festa na qual, juntamente com outros amigos, conversavam sobre as diferenças entre os sexos– Flor dirigiu a ele a seguinte pergunta: “Mas de onde foi mesmo que os homens tiraram essa ideia de que as mulheres necessitam menos de sexo? Que os homens por natureza são mais promíscuos e que as mulheres estariam, por natureza, interessadas em relações estáveis?” (SILVEIRA, 2019, p. 282)

Não só a iniciativa feminina no estabelecimento das relações afetivas, como também a naturalidade na abordagem da temática da sexual evidenciam uma nova percepção do prazer feminino que por muito tempo esteve distante da relação sexual, a qual servia unicamente para o prazer masculino e para reprodução.

Muito disso se deve a um avanço, inicialmente, científico, que permitiu desvincular o sexo de sua função reprodutiva, possibilitando que as mulheres pudessem relacionar-se sexualmente sem o risco de uma gravidez indesejada:

Desde o início da década de 1960, estava disponível no mercado um método mais seguro de contracepção, a “pílula”. A existência desse método anticoncepcional ajudou a consolidar na mentalidade das pessoas a separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas. Com a existência da pílula, o prazer das mulheres nas relações sexuais tornou-se uma questão ainda mais importante. (PEDRO, 2016, p. 244)

Nesse sentido, não só o prazer feminino ganha relevo, como também quais quer outros anseios e sonhos femininos, pois a possibilidade de escolher quando ter um filho ou ainda se teria um filho, abre ainda mais o mercado de trabalho para o público feminino.

Por isso, Flor investiu primeiro em sua carreira profissional, buscando primeiro estabilidade econômica e somente aos 33 anos passou a pensar na maternidade. Demonstrando, com isso, que as relações familiares haviam se tornado mais planejadas, agora os casais avaliavam suas condições e perspectivas antes de decidir ter um filho.

Assim, a estabilidade econômica e profissional se tornou um parâmetro para a escolha do momento ideal para se ter filhos, se antes a ordem era casamento, filhos e talvez uma carreira profissional, agora a carreira profissional vinha antes de ambos.

Sobre essas novas concepções da vida moderna, Maria Lúcia Rocha-Coutinho escreveu em 2000 um estudo intitulado “Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil”, nele a pesquisadora apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com 25 estudantes universitárias para observar como a mulher brasileira de classe média urbana está percebendo a maternidade, os relacionamentos afetivos, a sexualidade, o casamento e a carreira profissional.

Um dos apontamentos apresentados nos resultados da pesquisa destaca exatamente essa necessidade feminina de primeiro realizar-se profissional e financeiramente, para somente depois disso pensar ou não em ter filhos:

Aliada a esta realização profissional, surge a importância de uma estabilidade financeira para que a mulher possa fazer sua opção pela maternidade. O melhor momento para ser mãe é, portanto, aquele em que estas duas condições são, pelo menos em parte, satisfeitas. (ROCHA-COUTINHO, 2000, p. 9)

Nesta mesma pesquisa, entre outras constatações, Rocha-Coutinho verificou que seja na adoção das novas posturas da vida moderna, seja na opção pelas tradicionais funções femininas, as mulheres não parecem querer se posicionar dentro de um ou outro padrão, classificando seus posicionamentos como escolha pessoal:

Quanto à opção de ser mãe, a maior parte das entrevistadas situou a questão em termos de “escolha pessoal”, uma vez que, segundo elas próprias, outras opções e necessidades, como investir numa carreira profissional, estão abertas atualmente para a mulher. É possível, portanto, pelo menos no plano do discurso, que a mulher opte por não ter filhos e, mais do que isso, é um direito dela, até porque a maternidade, nessa visão idealizada que ainda sobrevive, implica numa disponibilidade muito grande por parte da mulher. (ROCHA-COUTINHO, 2000, p. 9)

E foi a partir da escolha feita pelo casal que, ao final de seu capítulo, Maria Flor está em seu carro, junto com Joaquim, em frente ao edifício onde moravam, depois de terem voltado do médico e descoberto que seriam pais de gêmeos. Enquanto isso, os leitores também são surpreendidos ao descobrir que Maria Flor estava narrando a história das mulheres da família para seus filhos. No entanto, a história de Maria Flor não termina aí, no capítulo seguinte conhecemos a Maria Flor mãe de Benjamim e Amanda.

Sua relação com os filhos era um pouco dividida, dava-se muito bem com Ben, mas tinha muitas dificuldades no relacionamento com Amanda. Pois, para a filha, a mãe sempre fora excessivamente protetora com Ben, o que estimulou o ciúme e a raiva de Amanda, que se sentia menos amada por Flor.

Maria Flor não era tão engajada nas questões políticas quanto seus pais ou sua avó e via com desesperança, a maior parte do tempo, o destino do Brasil. Todavia, antes de adotar uma postura descrente, ela também foi para as ruas lutar pelo que acreditava;

Por três vezes sentira o gosto de participar de uma crença e de uma vontade coletiva e por três vezes vira tudo continuar na mesma ou até pior. A primeira vez foi na época da mobilização pelas eleições diretas; mal voltara ao Brasil com o pai, adolescente, e achava muito importante bater panelas e ir às grandes manifestações carregando cartazes com pintados com as letras garrafais de “Diretas já!”. A segunda foi quando o PT quase ganhou as eleições para presidente e ela e a avó distribuíram panfletos com a foto do Lula sorrindo, na bela campanha em que ainda fazia sentido conclamar o povo a “não ter medo de ser feliz!”. A terceira foi para o impeachment do Collor, quando pintou o rosto de verde amarelo e sentiu que, por fim o país mudaria, que afinal afastar um presidente por corrupção significava que o povo dissera o seu basta, que nunca mais aceitaria nada parecido.

Mas deu no que deu.

Mais miséria, mais concentração de renda. Mais desemprego. (SILVEIRA, 2019, p.271)

Depois dessas três tentativas, Flor desacreditou da política, mas manteve-se acompanhando e dialogando com o pai e a avó sobre os rumos da política brasileira. Expressando, em suas constantes ligações para eles, toda sua indignação e revolta com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Fora essas agitações políticas a única preocupação de Maria Flor era com os filhos. Ben era homossexual e já havia passado por inúmeras situações de homofobia e Amanda uma menina namoradeira que aos dezessete anos estava grávida.

Com Maria Flor podemos compreender o título da última parte do romance, “O signo do lucro”, pois, em sua vida, esteve alheia a todas as privações e perseguições às quais foram sujeitas suas descendentes. Viveu o lucro do trabalho das gerações anteriores e das conquistas sociais que permitiram que ela pudesse ter uma carreira, casar-se ou não, ter filhos ou não, mas acima de tudo ter direito de escolher quem era e quem desejava ser.

Como filha nada se pode dizer, pois do tempo que esteve com a mãe não se tem qualquer informação. Mas como neta de Rosa Alfosina, fora uma menina livre e decidida, enfrentou os conflitos da adolescência e da vida adulta com determinação, e se faltava-lhe ânimo, sempre pôde contar com o apoio da avó.

Decidida ao romper com a ditadura do corpo, que por tanto tempo a aprisionou em diversas dietas e medicações para o emagrecimento. Decidida quanto à sua vida profissional, quando fora de encontro aos que a julgavam por escolher uma profissão, que ante a história combativa de Lígia, parecia fútil. Igualmente decidida, ao flertar com Joaquim e conquistá-lo.

Uma perfeita representante da mulher moderna que já não condiciona sua felicidade a um relacionamento amoroso, mas orienta sua realização a partir de seus próprios sonhos e

anseios, que escolhe a maternidade porque pode escolher, e não mais porque que era o seu papel.

E dos lucros que pôde gozar, também os ofereceu aos filhos, criados, como ela também fora, para uma vida feliz no caminho que escolhessem seguir. Contudo, em sua vida, assim como na vida de sua filha, é possível notar a crítica à inércia das mulheres modernas, que ficaram com os lucros das lutas de suas ancestrais e pouquíssima disposição para lutar pelas gerações seguintes.

3.5 Represent(ações) femininas

Cada uma das personagens analisadas neste estudo foi apresentada por uma outra mulher, uma narradora que se projeta no romance como mulher, como fonte da memória da família, e como voz das mulheres dessa família secular.

Por sua percepção, pôde-se observar, em cada personagem, mulheres olhadas, essencialmente, a partir da função de mãe. Ressaltando, a priori, o papel feminino enquanto fonte de vida e partícipe direto da diversidade étnica brasileira, o que fez ao optar pela construção cíclica que colocava cada personagem ora na posição de filhas, ora na posição de mãe.

Além dessa premissa inicial, do contato com a história de cada uma das personagens, viram-se evidenciados diferentes aspectos da vida feminina que colaboraram para a desmistificação de alguns estereótipos.

O mais antigo, e talvez o mais conhecido, deles tomava o sujeito feminino como ser inferior devido à maternidade, tal crença alegava que as limitações impostas pela gestação, os cuidados no pós-parto e a necessidade de cuidar e alimentar os filhos tornavam as mulheres mais fracas.

Entretanto, foi sendo filha e mãe que todas as personagens passaram por essa história, realizando ações incompatíveis com essa percepção *fragilizante*. Isso foi observado, principalmente, nas mulheres do período colonial, em princípio nas ameríndias, em seguida nas primeiras colonas.

As ameríndias, como Inaiá e Tebereté, eram responsáveis por tarefas essenciais no interior de suas comunidades, tarefas que demandavam força física, ao passo que o trabalho diário e pesado estava a cargo das mulheres que, embora vivessem em uma sociedade patriarcal, não tinham sua força condicionada a seu gênero. Essas mesmas mulheres possuíam muito mais

conhecimento e domínio sobre seu corpo que suas descendentes do período imperial, por exemplo.

Além das ameríndias, as primeiras colonas, nascidas no Brasil, tiveram de se adequar a condições de vida muito duras, pois o Brasil era um país em construção. Elas precisavam compor e trabalhar para o crescimento da colônia. Estiveram presentes, então, nas fazendas, engenhos, expedições bandeirantes e colaboraram para a edificação do país.

A cada personagem observou-se uma supressão gradiente de direitos, de modo que as mulheres do período imperial e republicano precisaram lutar por direitos que para suas ancestrais indígenas eram naturais. O que revela que a ideia de sociedade civilizada estava ligada à ideia de mulher aprisionada, não em cárcere, mas nas inúmeras convenções das sociedades ditas civilizadas.

Em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, pôde-se observar mulheres “possíveis”, tomadas a partir de uma posição extremamente estigmatizada, evidenciando que a maternidade não as anulava enquanto sujeitos sociais, tão pouco as impedia de contribuir para a vida em suas comunidades.

Vale ressaltar também, que nenhuma dessas mulheres realizou grandes feitos, ou ocupou altos cargos políticos, contudo suas histórias fazem memórias das filhas e mães que geraram esse país. Portanto suas histórias importam pelo que representam, bem mais pelo que fizeram.

Nesse sentido, Tebereté não foi a primeira brasileira, não lutou em nenhuma batalha, nem fez nada de extraordinário, mas sua vida ofertou-nos a compreensão acerca de valores e condições da vida feminina nas tribos tupinambás no século XVI.

Assim como, em *Maria Cafuza* vemos, a partir da vida de sua mãe, características da vida das mulheres escravizadas, e em sua própria vida, as condições de vida das mulheres que desbravaram o país em diversas expedições. Pois, a violência presente na rotina desses grupos expedicionários exigia que as mulheres fossem mais combativas e corajosas.

Logo, nenhuma dessas personagens foi uma heroína para a história do Brasil, mas como inúmeras outras mulheres, foram heroínas em suas próprias vidas, enfrentando preconceitos, violências e a ignorância de uma sociedade que as subalternizava e punia com severidade apenas por serem mulheres.

Tais percepções só foram alcançadas a partir do estudo integrado das memórias que cada filha tinha, ou não, da vida de suas mães e vice, versa. Por isso, a metamorfose de Jacira, configurada pela mudança de seu pensamento acerca da vida e dos direitos das mulheres, só foi possível a partir das experiências que viveu com a filha. De igual modo, o jeito severo, retraído e amargo de Maria Cafuza se ampara sobre o destino de seus pais.

O romance tem, portanto, um papel social relevante pois permite identificar as mulheres para além da maternidade, por meio de uma conversa que embora pareça cumprir, em princípio, um papel de entretenimento para seus ouvintes, mas adiante mostra-se essencialmente didática, pois as intervenções da narradora contestam alguns estereótipos femininos.

Por essa ótica, a presença de dois níveis diegéticos também apresenta fins pedagógicos uma vez que, distribui o discurso da narradora em dois níveis distintos a partir da intensão narrativa. De sorte que, no nível intradiégético, conta a história das mulheres, enquanto, no extradiegético, opina e discute aspectos da vida das personagens e da vida das mulheres de modo geral. Tornando essa uma narrativa aberta, que no diálogo com o leitor pode consolidar-se como uma representação feminina coerente e possível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intento desta pesquisa, visava analisar as representações femininas no romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* a partir das intersecções e confluências entre ficção, história e memória.

O caminho traçado para atingir a finalidade pretendida iniciou-se no capítulo 1, abordando algumas considerações teóricas sobre ficção e memória, seguindo-se, no capítulo 2, com um estudo acerca da memória autobiográfica e da memória histórica e finalizando no capítulo 3 com a análise de alguns aspectos estruturais do romance e de cinco de suas personagens.

No capítulo 1, delimitamos o conceito de representação à imagem que remete à ideia e a memória os objetos ausentes, por entender que a narrativa da vida das mulheres dessa família, vem ocupar um espaço vazio deixado na história do Brasil, ocasionado pela ocultação da participação feminina na esfera pública. O que não se justifica pelas restrições de trânsito impostas a elas, pois ainda que sua presença tenha sido ignorada, sempre figuraram em diferentes meios sociais.

Inclusive nos meios, preponderantemente, masculinos ou masculinizados, nesse sentido vimos, bandeirantes, vaqueiras, fazendeiras e guerrilheiras, assim como vimos índias, escravas, sinhás e jovens rebeldes.

Delimitada a ideia de representação, passamos a explorar os conceitos de memória apoiando-nos em uma fundamentação heterogênea que transitou por perspectivas sociológicas, fenomenológicas, neurocientíficas e filosóficas, a partir dos postulados de Halbwachs, Ricoeur, Izquierdo e Pollak. Que viabilizaram a análise das personagens a partir de perspectivas como as de: memória individual, memória coletiva, *mneme*, *anamnesis* e memória por tabela. Observando, ainda, os procedimentos que envolvem os processos de rememoração.

No capítulo seguinte, buscou-se, inicialmente, distinguir a memória histórica, da memória autobiográfica e conceituá-las, para assinalar que os fatos da história do Brasil não são apresentados no romance como fatos da história formal, mas sim como experiências vividas pelas personagens, tornando inviável para a análise a separação entre o que pertence à história e o que pertence à memória.

Abordando, também, a relação entre história e memória, pois, seja por fluir por cursos aproximados, seja por se encontrarem em diversos momentos na narrativa, as duas consistem

em concepções basilares para a estrutura do romance. Base consolidada através da relação mãe/filha, que se assenta sobre uma construção genealógica responsável por interligar essas mães e filhas, de modo que, as memórias de cada mãe influem diretamente ou não na vida da filha, quer vividas pessoalmente, quer por tabela.

Ainda nesse capítulo, apresentou-se um levantamento histórico sobre as condições da vida feminina no Brasil nos três principais períodos da história do país: o período colonial, o período imperial e o período republicano. Com vistas, a acentuar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a participação feminina na história nacional.

Fundamentada a pesquisa, propusemos uma breve análise do macrocosmo da obra, observando-a em sua totalidade a partir de dois pontos muito importantes na configuração do romance: a voz narrativa e a organização temporal.

Esses dois pontos foram analisados separadamente no capítulo 3, onde se deu início à discussão sobre as intersecções e confluências entre ficção, história e memória dentro do romance.

Desse primeiro trabalho analítico, constatou-se a presença de duas narradoras não simultâneas, de dois níveis diegéticos e de dois tipos de narradora. Aspectos organizados da seguinte forma: no nível intradiegético têm-se uma narradora heterodiegética, enquanto no nível extradiegético têm-se uma narradora homodiegética.

Constatou-se, ainda, a adoção de uma estrutura temporal que sugestionava uma composição linear, hipótese vencida diante da análise, a qual revelou uma fragmentação temporal ao utilizar, ora o tempo cronológico, ora o tempo psicológico; utilizando também anacronias, para interromper a narrativa principal e iniciar narrativas paralelas, e metalepses, para transitar entre os níveis diegéticos.

Toda essa organização servia a fins específicos, portanto para contar a história das mulheres da família a narradora utilizava o nível intradiegético e para dirigir-se a seus interlocutores utilizava o nível extradiegético. Portanto, o nível intradiegético integra a base do estudo proposto, nele se tem acesso à história das mulheres da família, das quais destacou-se nessa pesquisa, Tebereté, Maria Cafuza, Jacira Antônia, Damiana e Maria Flor.

Concluídas essas primeiras investigações, a pesquisa dirigiu-se para a análise das personagens, iniciando com Tebereté.

Para apresentar a filha de Inaiá a narradora apresenta os aspectos mais importantes da vida da menina, dos quais a partir da análise dos costumes da cultura indígena, das memórias de Tebereté, assim com a história de sua mãe, pôde-se concluir que a vida das primeiras indígenas brasileiras não continha tantas restrições. As mulheres gozavam de maior liberdade,

mas também dispunham de muitas responsabilidades, atividades que jamais permitiriam olhar para essas mulheres e chamá-las de frágeis. Contudo, percebeu-se, também, que ainda que dispusessem de mais liberdade, as diferenças de gênero já eram convencionalizadas dentro da tribo, pois o destino das índias era definido por seus pais.

A segunda personagem analisada, Maria cafuza, era filha de escravos e possuía fortes memórias relacionadas ao assassinato de seus pais. A vida dessa personagem foi abordada enfocando o impacto dessas memórias traumáticas e alguns aspectos da vida dos escravos e dos bandeirantes daquela época. Dessa análise, observou-se que a força do trauma ao mesmo tempo que extinguiu as memórias da vida que Maria levava antes da morte dos pais, intensificou a memória do assassinato e tortura de seus pais. Ao passo que, a vida dessa mulher foi conduzida por um desejo de vingança inteiramente ligado à única memória que conseguiu guardar. Todo ódio que conduziu sua vida, fez de Cafuza uma mulher forte e corajosa, pois a criança que fora parece ter morrido junto com seus pais.

Em Jacira Antônia, observou-se uma mulher que se descobriu com o casamento. Na infância fora abandonada pelo pai e pouco a pouco foi apagando as lembranças de sua primeira família. Levava uma vida humilde de muito trabalho e nenhuma perspectiva, por isso aceitou um casamento arranjado sem qualquer pretensão, simplesmente por não ter qualquer outra perspectiva.

Analisar Jacira possibilitou um estudo sobre o casamento e a família, comprovando que para muitas mulheres brasileiras, do século XVIII e de parte do século XIX, o casamento era a única opção, pois a instrução feminina ainda se restringia às tarefas domésticas. Tanto que, o marido de Jacira só a ensinou a ler porque acreditava que seria importante para a educação dos filhos.

Outro fato importante levantado na análise dessa personagem, foi a mudança na condição feminina ao se tornar viúva, situação na qual poderia, legalmente, assumir a função de chefe de família. Assim, quando o marido morreu, Jacira se tornou uma grande fazendeira, muito embora o nome que engrandecesse fosse sempre o do marido, revelando uma veneração exacerbada ao marido, que creditamos, em parte, à violência simbólica que tanto oprimiu as mulheres.

A terceira personagem, Damiana, fora criada pela avó Jacira, com um pouco mais de liberdade do que tivera sua mãe. Diferentemente dessa última, a jovem pôde escolher com quem se casaria. Com essa personagem observou-se o quão machista era a legislação brasileira, que permitia ao marido assassinar a esposa em caso de traição, ou interná-la em um convento. Damiana fora vítima do último caso, e enquanto esteve presa nunca teve ninguém que há

ouvisse, nem tampouco pôde defender-se das falsas acusações de seu esposo ambicioso. Foi uma mulher que sofreu muito, mas sem nunca abaixar a cabeça, por isso não se pode dizer que foi uma vítima, pois a palavra sugere uma condição inerte à qual ela nunca se prestou, diga-se, portanto que foi vitimada pelo marido e por um sistema, social, político e religioso injusto e machista.

A última personagem analisada é também a primeira narradora do romance, portanto sua narrativa é um ponto de memória autobiográfica, pois ela narra a história da própria vida.

Filha de uma ativista política assassinada durante a ditadura militar, Maria Flor conhece a liberdade que nenhuma de suas ancestrais poderia sonhar conhecer. Apesar da infância marcada pela morte da mãe e por memórias traumáticas, tivera uma vida cheia dos benefícios conquistados pelas lutas feministas. Assim, Flor é a única das personagens analisadas que teve uma carreira, as preocupações dessa personagem representam os principais anseios da mulher moderna, uma carreira de sucesso, dinheiro e um corpo perfeito. Com Flor pôde-se discutir a mudança nas prioridades das mulheres que passaram a preocupar-se primeiro com a carreira, deixando em segundo plano, ou mesmo fora do plano, o casamento e a maternidade.

Em Maria Flor, percebe-se um esfriamento da determinação das mulheres dessa família, como se as conquistas alcançadas já bastassem. De modo que, ela até se engajou em algumas questões sociais, participou de algumas passeatas, mas depois desacreditou do país e desistiu. Ofertando ao leitor uma reflexão sobre as mulheres do século XXI.

A partir dessa análise foi possível verificar que a representação feminina no romance apresenta a mulher enquanto protagonista da história nacional e não coadjuvante, isso ficou evidenciado nas histórias de luta dessas mulheres, que foram submetidas a inúmeras provações e privações, mas conservaram-se fortes, mesmo quando a memória de suas tragédias, ou as leis, ou a sociedade as perseguiram. Histórias conectadas a fatos da memória nacional e, conseqüentemente, da memória coletiva, que proporcionaram um encontro sensível do leitor com todas essas mulheres. Umhas ativas e combativas outras inertes e despreocupadas, tal qual os homens que também construíram a história do Brasil.

REFERÊNCIAS

AREND, Silvia Févero. PYNSK, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). Trabalho, escola e lazer. In. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 65-83.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução Eudoro de Sousa. 2. ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1990. Série Universitária. Clássicos de Filosofia.

BAKHTIN, Mikhail M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução do russo Aurora Fornoni Bernardini; José Pereira Junior. São Paulo: Hucitec, 2010.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acessado em: 29/09/2020.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de Representação. **Fronteiras**. v. 13, N° 24. p. 169-183, 2010.

COUTO, M. T. & SCHRAIBER, L. B. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: Venturine, G.; Godinho, T. (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 47-61.

DEL PRIORE, Mary. VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DIAS, Maria Odila. PYNSK, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). Resistir e sobreviver. In. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 360-381

FERNANDES, G.M. **O pós-modernismo**. In: *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas* BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana. (org.). Maringá: Eduem, 2009., 301-315

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GENETTE, Gerard. **Figuras III**. Tradução de Ana Alencar. São Paulo: Estação da Liberdade, 2017.

HABNER, June E. PYNSK, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). Honra e distinção das famílias. In. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 43-64.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. **Acessado em: 13/02/2021.**

PEDRO, Joana Maria. PYNSK, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). Corpo, prazer e trabalho. In. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 238-259.

PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. **A Era dos Modelos Rígidos**. In: *Nova História das Mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

RAMINELLI, Ronaldo. PYNSK, Carla Bassanezi (coord. de textos). PRIORE, Mary Del (org.). Eva Tupinambá. In. **História das mulheres no Brasil** 2018 p. 11-44.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al] Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Revisão técnica Maria da Penha Villela-Petit. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Nova opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil**. Trabalho apresentado no Simpósio Relações Sociais de

Gênero: Possibilidades e Perspectivas de Análise Psicossoci- al, na XXX Reunião Anual de Psicologia das Sociedade Brasileira de Psicologia, Brasília, DF, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. PYNSK, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). Mulheres educadas e a educação de mulheres. In. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 333-359.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópoles: Vozes, 1976.

SANTOS, G. S. **Papéis passados: a história das mulheres a partir da documentação arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020 (Comentário). Disponível em: http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5347&Itemid=460. Acessado em: 20/12/2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamentos no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada no cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampo, 1993.

SILVEIRA, Maria José. **A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

SILVEIRA, Maria José. **A personagem invisível**. A partir do Encontro de Interrogação (Itaú Cultural) em Buenos Aires/ 2009. Disponível em: <https://mariajosesilveira.wordpress.com/encontros-palestras-bate-papos/>. Acessado em: 11/02/2020.

SILVEIRA, Maria José. **História em minha obra. Casa das Rosas, 7 de julho de 2010**, evento “Conversas Literárias: Literatura e História na produção contemporânea de Língua Portuguesa”. Disponível em: <https://mariajosesilveira.wordpress.com/encontros-palestras-bate-papos/>. Acessado em: 04/02/2020.

SOIBET, Rachel. PYNSK, Carla Bassanezi (org.). PEDRO, Joana Maria (org.). A conquista do espaço público. In. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 219.

WOLF. Naomi. **O mito da beleza**. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FORTUNA CRÍTICA

ALMEIDA, Veridiana. **História (d)mulheres, Um livro, muitas vidas**. Departamento de Pós-Graduação em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. p. 124.

OLIVEIRA. Patrícia de. **Entre mulheres, uma história: um olhar literário à colonização brasileira e A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas (2002) – A mediação na releitura**

ficcional do passado. Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: 2019. p. 104.

Plácido, E., & Rodrigues, R. (2018). Representações da loucura feminina em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. **Opiniões**, (12), 261-274. <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2018.143355>.

Plácido, E., & Rodrigues, R. (2018). Empoderamento da personagem Jacira em *A mãe...* empoderamento de personagens femininas como forma de transgressão **Revista feminismos**, Vol.6, N.3, set. – dez. 2018 • www.feminismos.neim.ufba.br.

Plácido, E. *Representações do feminino em A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. Universidade Estadual de Pau dos Ferros – UERN. Mestrado Acadêmico em Letras. 2018